

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Vinícius Pales Quaresma

Memória e jornalismo: a trajetória do Jornal da Bahia e de dois de seus intelectuais - João Falcão e João Gomes- durante a ditadura civil-militar brasileira

Vitória da Conquista – BA
Agosto, 2017

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Vinícius Pales Quaresma

Memória e jornalismo: a trajetória de dois intelectuais - João Falcão e João Gomes - e o Jornal da Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira

Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para o título de mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães.

Vitória da Conquista – BA
Agosto, 2017

Q26m Quaresma, Vinicius Pales.

Memória e jornalismo: a trajetória do jornal da Bahia e de dois dos seus intelectuais - João Falcão e João Gomes - durante a ditadura civil-militar Brasileira. / Orientador (a): Dra. Livia Diana Rocha Magalhães, 2017. 118f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: linguagem e sociedade, Vitória da Conquista, 2017.

1. Jornal da Bahia - Memórias coletivas. 2. Jornalismo - Intelectuais - João Falcão e João Gomes. 3. Jornal da Bahia - Ditadura. I. Magalhães, Livia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Memória: linguagem e sociedade. III. T.

CDD 079.81

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção - CRB 5/1890
UESB - Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Memory and journalism: a trajectory of the Bahia newspaper and two of its intellectuals.

Palavras-chaves em Inglês: Memory. Dictatorship. Intellectuals. Journal of Bahia. Journalism.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (Presidente), Prof. Dr. José Alves Dias (Titular), Profa. Dra. Lia Vargas Tiriba (Titular).

Data da Defesa: 30 de Agosto de 2017.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vinícius Pales Quaresma

Memória e jornalismo: a trajetória do Jornal da Bahia e de dois de seus intelectuais - João Falcão e João Gomes - durante a ditadura civil-militar brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 30 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

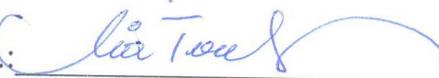
Prof^ª. Dr^ª. Livia Diana Rocha Magalhães (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.:  _____

Prof. Dr. José Alves Dias
Instituição: UESB

Ass.:  _____

Prof^ª. Dr^ª. Lia Vargas Tiriba
Instituição: UFF

Ass.:  _____

*A Maria Rosa Pales Quaresma, minha mãe
E a Gileno Quaresma de Oliveira (in
memorian), meu pai.*

AGRADECIMENTOS

Tomo aqui, após exaustivo trabalho, a liberdade de cambiar um substantivo por outro, agradecimento acrescentaria bem menos do que o sentimento de gratidão, me expresso dessa forma pela generosa educadora Professora Dra. Livia Diana Rocha Magalhães e por quem tenho como minha amiga, a Dra. Daniela (Dani) Moura. A estas, tudo que aqui disser será pouco.

Sou grato a Deus por me dar forças no caminho, mormente por guiar meus passos nos momentos mais difíceis e, conseqüentemente, agradeço às orações de quem sempre comigo está e intercedeu por mim.

Agradeço também à sociedade por custear o meu aperfeiçoamento como estudante, profissional, aluno e pessoa. À Fapesb pelo financiamento da pesquisa através de bolsa. Não deixaria de agradecer a Vilma, funcionária tão dedicada do nosso colegiado de Memória, sempre prestativa e simpática comigo e de uma doçura ímpar no cotidiano.

Ao PPGMLS que em toda a sua estrutura (disciplinas, coordenação, etc.) me permitiu desenvolver a pesquisa, como também agradeço aos professores que compuseram a minha banca de qualificação (Profa. Dra. Livia Diana - orientadora -, Prof. Dr. José Dias, Profa. Dra. Luci Mara Bertoni e Profa. Dra. Daniela Moura), nas quais sem as orientações e contribuições apresentadas não teríamos tido condições de finalizar nosso trajeto.

A Profa. Dra. Lia Tiriba, por gentilmente ter aceitado o nosso convite de participar da banca de defesa.

Aos meus familiares simbolizados aqui por minha mãe, Maria Rosa e meus irmãos, Gilmar, Rogério, Milena e Gilvan, que nesta caminhada bem compreenderam minhas ausências e facilitaram meus caminhos. Agradeço também a Larissa, devotada e amada companheira de estrada.

Por fim, não poderia deixar de mencionar, mesmo que não nominalmente, meus muitos colegas de classe e ao professor Dr. José Alves Dias, pela luz intelectual que expandiu meus entendimentos e por toda a compreensão e por também aceitar o convite de fazer parte da banca de defesa.

RESUMO

Memória e jornalismo: a trajetória de dois intelectuais - João Falcão e João Gomes - e o *Jornal da Bahia* durante a ditadura civil-militar brasileira é uma dissertação que tem por objetivo demonstrar o destacado papel de Falcão e Gomes como intelectuais e maiores representantes do *Jornal da Bahia*, periódico de Salvador que resistiu aos críticos efeitos da ditadura civil-militar, tais como o golpe em si e a invasão à sua redação, além da desarrazoada e cruel perseguição promovida por Antônio Carlos Magalhães por meio do aparelho estatal do qual se servia. Por meio de levantamento realizado em livros como “Não deixe esta chama se apagar”, de João Falcão e “Memórias das Trevas” e “Brava travessia” de João Gomes, além de pesquisa feita coletando manchetes do *Jornal da Bahia* e do seu contemporâneo Diário de Notícias através de visitas feitas aos acervos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, esta localizada em Salvador, foi possível submeter o material coletado à análise epistemológica, mormente baseado nos conceitos de memória em Maurice Halbwachs e nos conceitos de hegemonia e intelectuais desenvolvidos por Antonio Gramsci. Deste modo somos capazes de aferir com maior acurácia a importância da conservação de notória base de membros do jornal “*O Momento*”, braço jornalístico do Partido Comunista Brasileiro na Bahia, na postura de resistência do *Jornal da Bahia* e na visão que seus opositores tinham do periódico e da qual se valiam para combatê-lo.

Palavras-Chave: Memória. Ditadura. Intelectuais. Jornal da Bahia. Jornalismo.

ABSTRACT

Memory and journalism: the trajectory of two intellectuals - João Falcão and João Gomes - and the *Jornal da Bahia* during the Brazilian civil-military dictatorship is a dissertation whose objective is to demonstrate the outstanding role of Falcão and Gomes as intellectuals and major representatives of *Jornal Of Bahia*, a Salvador newspaper that resisted the critical effects of the civil-military dictatorship, such as the coup itself and the invasion of its writing, as well as the unreasonable and cruel persecution promoted by Antônio Carlos Magalhães through the state apparatus that served . Through a survey carried out in books such as "Do not let this flame go out", by João Falcão and "Memórias das Trevas" and "Brava travessia" by João Gomes, in addition to a research done collecting headlines from the *Jornal da Bahia* and his contemporary *Diário* By means of visits to the collections of the Public Library of the State of Bahia, located in Salvador, it was possible to submit the collected material to the epistemological analysis, mainly based on the concepts of memory in Maurice Halbwachs and on the concepts of hegemony and intellectuals developed by Antonio Gramsci. Thus, it was possible to gauge more accurately the importance of conserving the notorious base of members of the newspaper "O Momento", journalistic arm of the Brazilian Communist Party in Bahia, in the resistance position of the *Jornal da Bahia* and in the view that its opponents had of the newspaper And of which they were worth.

Keywords: Memory. Dictatorship. Intellectuals. Journal of Bahia. Journalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 DEMOCRACIA ASPEADA: DA CRISE DO ESTADO DE DIREITO À EXCEÇÃO INSTAURADA	13
2.1 A BAHIA ENTRE O DIAPASÃO DE UMA LUTA DISSONANTE	29
3 A IMPRENSA E O GRÃ-CRUZ - O JORNAL DA BAHIA E ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES ENTRE A REPRESSÃO E A LUTA	33
3.1 A NARRATIVA DE DOIS JOÕES: A FORMAÇÃO DO JORNAL DA BAHIA E SEUS ENCONTROS E DESENCONTROS COM O REGIME CIVIL-MILITAR.....	37
3.1.1 O Jornal da Bahia entre a faceta de “duas censuras”	39
3.1.2 Gomes e Falcão: memórias em confluência e conflitivas	45
4 ENTRE A CENSURA E A RESISTÊNCIA: MEMÓRIA, HEGEMONIA E INTELLECTUALIDADE NO JORNAL DA BAHIA	60
4.1 AS A MEMÓRIA COLETIVA EM HALBWACHS E A RECOMPOSIÇÃO DO PASSADO.....	62
4.2 O PAPEL DOS INTELLECTUAIS PARA A HEGEMONIA EM GRAMSCI.....	66
4.3 “TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA” : CONSENSOS E DISSENSOS ENTRE DOIS INTÉRPRETES NA LUTA CONTRA A DITADURA.....	68
4.3.1 O Jornal da Bahia como lugar de resistência e construtor de memórias coletiva.....	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A - DIÁRIO DE NOTÍCIAS ANTES DO GOLPE	97
APÊNDICE B - DIÁRIO DE NOTÍCIAS NO PÓS-GOLPE	108
APÊNDICE C - JORNAL DA BAHIA ANTES DO GOLPE	113
APÊNDICE D - JORNAL DA BAHIA PÓS-GOLPE	117

1 INTRODUÇÃO

A imprensa ocupa um lugar privilegiado no ato de construção e reconstrução de memórias, bem como enquanto espaço que abrange tanto lutas pela resistência quanto manutenção da ordem vigente.

Durante a graduação no curso de direito experimentamos reflexões sobre as facetas do Estado burguês e suas dimensões no decorrer da história transitando entre o Estado de Direito e Estado autoritário na nossa democracia brasileira. O nosso projeto inicial para o mestrado visava discutir como os jornais baianos se posicionaram frente à ditadura civil militar e, posteriormente, no processo de redemocratização. Durante o amadurecimento do objeto passamos a focar nosso interesse na memória e a trajetória de dois jornalistas imbicados no jornal da Bahia, e este como espaço de resistência contra a ditadura civil militar, e o debate com um dos representantes mais ferrenhos do poder despótico no Estado da Bahia, materializando na figura de Antônio Carlos Magalhães (ACM). Esse processo lento e gradual ocorre a partir dos estudos das teorias da memória.

A medida que fomos tendo acesso às fontes documentais, amadurecemos nossas inquietações de outrora e passamos a relacionar os postulados do estado de direito e confrontá-los com o regime ditatorial imposto, assim foi possível associar o posicionamento do *Jornal da Bahia* como opositor do regime e a figura conservadora e autoritária de Antônio Carlos Magalhães (ACM) como a de maior destaque na Bahia durante o período em estudo. Contudo, foi ficando cada vez mais claro que compreender a oposição do JBa a ditadura civil-militar, implicava também entender que sua combatividade não era medida apenas por sua linha editorial combativa, mas também relacionado com o fato de ser considerado um jornal de esquerda, dado que muitos de seus profissionais, eram provenientes do quadro do Jornal “*O Momento*” - PCB. Para além destas questões havia também outros ingredientes que permeavam este cenário, pois na intimidade dos pensamentos dos seus principais membros temos visões diferenciadas e o resultado dessa dicotomia é apreciável na relação de dois dos seus intelectuais, João Falcão e João Teixeira Gomes.

O percurso da pesquisa desnudou a verdade de que não poderíamos falar em memória coletiva do JBa, sem observar a memória e trajetória desses dois expoentes do mesmo e que se havia um quadro de memória no jornal que era de

inegável oposição à Ditadura e havia também relações e uma memória individual/social que evidenciava as diferentes posições e situações de classe dentro do jornal.

Para desenvolver a pesquisa utilizamos como fonte principal obras memorialísticas produzidas por Falcão e Gomes, como também realizamos o levantamento e a coleta *in loco* na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade de Salvador das notícias publicadas no ano de 1964, antes e pós-golpe, tanto no JBa, como noutro Jornal da situação o *Diário de Notícias*. Definimos pela formulação do regime como ditatorial civil-militar, apoiando-nos em teóricos como Dreifuss (1981) e em trabalhos mais recentes que defendem que durante todo o período em que vigorou o regime ditatorial este contou com o financiamento, apoio e participação ativa de entidades civis imbricadas com as Forças Armadas.

Gramsci (2002) nos faz ver que a hegemonia dos grupos dominantes não é monolítica, mas mediada por forças entre blocos de classes em dado contexto. E assim, observa que há dados históricos nos quais elementos como o consenso, a coerção, direção e ditadura se coadunam com o fulcro de promover a supremacia política de determinados grupos sobre outros:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter, inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados (GRAMSCI, 2002, p. 62).

Já tendo atentado em outras vezes contra os trâmites regulares e convencionais do processo democrático, conforme anunciamos anteriormente, focaremos na Constituição Federal de 1946, quando a elite hegemônica engendrou uma articulação que resultou num ponto de inflexão decisivo para os rumos da “pátria moderna”. Por meio de pressões e direção intelectual fomentadas também por meio do controle de uma fração majoritária da mídia nacional e, por inferência lógica da opinião pública nacional, em prol de uma forçosa instabilidade. Tal grupamento nacional que executou ações em prol da derrubada do governo João Goulart era formado por um coletivo que, apesar de bastante heterogêneo, prestou um “serviço” através de um trabalho bastante articulado e coeso:

O conjunto de forças que se articulou para derrubar o presidente João Goulart compunha-se, grosso modo, de militares das mais

variadas correntes (algumas denominadas como sorbonistas, linha dura, nacionalistas e legalistas), como também de civis, em sua maioria, ligados à UDN. Esse partido compunha-se de antigos coronéis, políticos liberais dissociados do PTB de Vargas, socialistas e mesmo comunistas dissidentes (DIAS, 2007, p. 5)

E nesse estágio um componente decisivo e estratégico auxilia as elites capitalistas e o capital estrangeiro nesta tarefa: a imprensa. É ela que aprofunda (ou não) seu papel no processo de construção de um premeditado consentimento social e político e ao agir de modo que o resultado da soma destes esforços fosse um grupamento composto por vários veículos informativos gerando “uma só força modelo a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2004, p. 2).

Halbwachs (1990) em *A Memória Coletiva* explana sobre a capacidade da memória se perpetuar através da manutenção de certos aspectos e da capacidade de um determinado cenário com o qual temos familiaridade induzir-nos ao pensamento do não transcorrer do tempo:

Anos de vida comum decorridos num quadro até este ponto uniforme, se distinguem mal um do outro e chegamos a duvidar que tenha passado muito tempo e que tenhamos mudado muito nó intervalo. Não está totalmente errado. Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita' e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu (p. 132-133).

Ocorre que, se há alguma possibilidade de centralização da figura da resistência contra hegemônica na Bahia no processo em que levou ao golpe, durante o golpe ou até o fim dos anos 1970, esta centralização estaria ‘emblemática’ pelo *Jornal da Bahia* e a base coesa e fundadora deste era oriunda de experiências anteriores no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a permanência em convivência é, indubitavelmente, fator importante para o posicionamento alinhado à esquerda por parte do editorial, pois, como elucida o supracitado trecho do pensamento de Halbwachs, havia ali muito dos militantes que formavam o todo que era o PCB baiano, inculcando a sensação de que o tempo não passara e que tal trincheira era a mesma:

A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o

próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. (p. 133)

Tal realidade apresentar-nos-ia a possibilidade de contemplar o processo histórico de uma resistência única no jornalismo da Bahia e o submeter histórico dela à realidade da truculência ditatorial da Bahia e do Brasil, esta voz dissonante e de nítida relevância, calcada na memória coletiva de um partido comunista num período de “caça às bruxas” promovido por partes da sociedade e também pelo próprio Estado, traz uma rica amostra da memória de um grupo que foi um importante agente de enfrentamento dos interesses golpistas.

Neste diapasão, tivemos na Bahia durante a ditadura de 1964 um potente e coeso agrupamento de linhas editoriais favoráveis à movimentação das elites civis-militares para o cerceamento das liberdades, há de se mensurar os matizes deste apoio, havia os grupos editoriais mais atuantes que louvavam a tomada de poder supostamente em nome da moral e da ordem e outros que não eram combativos. Porém, de maneira oposta, podemos destacar não só jornalistas e intelectuais, mas também jornais contrários ao governo ditatorial, estejam estes contra o poder executivo nacional dos generais que se sucederam em Brasília ou contra a figura despótica estadual de Antônio Carlos Magalhães, que era patrocinada pelos já referidos militares.

2 DEMOCRACIA ASPEADA: DA CRISE DO ESTADO DE DIREITO À EXCEÇÃO INSTAURADA

Nos anos dos pós-guerras mundiais acentuara-se a polarização que coloca em choque direta ou indiretamente forças aliadas e não aliadas, de acordo com as ideologias em disputa. Em meio ao período da guerra-fria, não havia muito espaço para a neutralidade dos países em face das duas superpotências declaradas que eram os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS), cada uma representando sua visão de mundo e seus sistemas econômicos e modos de produção. O Brasil, já alinhado com os Estados Unidos tradicionalmente, esteve atrelado aos ditames deste país com intenções imperialistas que tocava seu jogo de dominação global. Essa movimentação do Brasil em prol dos *Yankes* e coadunante para com os objetivos destes não foi uma postura isolada em toda a América do Sul, pois a maioria dos países tomou a decisão de apoiar o bloco capitalista encabeçado pela supracitada nação.

Os países da região que haviam participado com tropas na Segunda Guerra Mundial, como o Brasil, lutaram como aliados dos Estados Unidos e sob seu comando militar, iniciando aí uma cooperação operacional que avançaria nas décadas seguintes, gerando unidade de doutrinas, treinamento conjunto na formação de quadros e estreita identidade ideológica (BRASIL, 2007, p.19).

No transcorrer da história do Brasil o Estado, por meio de golpes ou de mudanças constitucionais, apresentou facetas autoritárias para legitimar determinadas formas de poder conforme podemos exemplificar com: o golpe da independência política de D. Pedro I em 1822, em 1823 quando este dissolve a assembleia constituinte e instaura o poder moderador em 1824; outro golpe em 1831 com o coroamento de Pedro II, mais adiante com a Proclamação da República em 1889, ademais com o golpe de 1930 que trouxe Vargas ao poder, sendo que em 1937 ele dando um golpe “nele mesmo” instaura a ditadura do Estado Novo, em 1961 a entrada e saída peculiar de Jânio Quadros e o governo tumultuado de João Goulart na qual por meio de um golpe instalou-se o parlamentarismo no Brasil, para em 1964 o golpe da ditadura civil-militar que sofreu outro golpe em 1968 com a instauração do AI-5, e assim prossegue o Brasil, com golpes outros.

Diante dessa constatação, verificamos que a democracia brasileira tem amargado diversos períodos autoritários que vem a ser não uma exceção e sim

regra na trajetória jurídico-política no país. Conforme o estudo de Agamben (2004), o século XX foi marcado por totalitarismos instaurados por meio de uma modalidade de Estado de exceção que oposto ao Estado Normal ou Democrático de Direito em países sob a égide da democracia, se constitui como resposta do poder estatal aos conflitos mais extremos internos, cuja violência e repressão adquirem autonomia como forma de manutenção da ordem.

O estado de exceção, enquanto figura da necessidade, apresenta-se pois - ao lado da revolução e da instauração de fato de um ordenamento constitucional - como uma medida "ilegal", mas perfeitamente "jurídica e constitucional", que se concretiza na criação de novas normas ou de uma nova ordem jurídica (AGAMBEN, 2004, p.44).

Ao apoiar-nos no referido autor a fim de definirmos a natureza do estado brasileiro entre 1964 a 1985 como de exceção, no sentido que atribui o autor, inclinamo-nos a entender que o estado burguês brasileiro assumiu conforme define Maciel (2004) uma postura de oscilação entre a forma democrático-liberal e ditatorial da autocracia burguesa que em um movimento de reestruturação capitalista e contenção de conflitos internos e externos, instaurou um regime representado oficialmente pelas Forças Armadas em articulação com outros grupos de poder que após intensos momentos de repressão e violência recompôs as diversas frações de classe em acirradas contradições tanto do ponto de vista da resistência de esquerda quanto da resistência entre os próprios pares que divergiam em conduções e propostas jurídico-políticas do país.

Faz-se mister ressaltar que durante os vinte e um anos em que vigorou o regime civil-militar houve diferenças significativas na forma de condução dos dirigentes políticos, considerando que mesmo fazendo parte do mesmo partido (Arena) não havia homogeneidade enquanto a forma de governar e perspectivas de ação que a grosso modo os enquadram entre moderados, progressistas e conservadores, linha branda ou linha dura.

Importante também destacar que, conforme esclarece Dreifuss (1981), as Forças Armadas contaram para a concretização da ideologia de Segurança e Desenvolvimento Nacional com alianças entre os EUA, empresariado nacional e internacional, que desde a década de 1940 vinham estreitando laços, oferecendo cursos e treinamentos, na qual o autor supracitado demonstra a partir do número de agentes formados pela Escola Superior de Guerra (ESG) que tiveram treinamento

com representantes das forças armadas estadunidenses bem como muitos foram enviados para os EUA a fim de se aperfeiçoar e difundir o ideal doutrinário que corroborava com o lema da ordem e do progresso da nação. Cabe ressaltar, que enquanto a ESG fazia esse movimento outras instâncias nos finais da década de 1950 e meados de 1960 se associavam a este, se consolidando: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que defendiam os interesses empresariais e das multinacionais e amalgamados com o discurso difundido pela doutrina de segurança nacional, introduziram a lógica do gerenciamento de empresas para os setores econômicos, culturais e sociais nas reformas que foram implementadas. O tripé formado por estes pilares deu a sustentação ideológica ao regime ditatorial civil-militar.

A necessidade da criação de um inimigo que justificasse o poder coercitivo do Estado, alimentado pelo avanço e ameaça das revoluções socialistas, antagonistas do capitalismo, fez com que o discurso anticomunista se tornasse uma obsessão nacional e legitimasse os atos de perseguição, sequestro, exílio, violência, censura e truculência que acompanharam o transcurso do país durante os vinte e um anos em que vigorou a ditadura tendo na imprensa uma de suas mais fluentes articuladoras tanto do ponto de vista da propaganda que legitimava, quanto da oposição que formara.

O golpe de 1964 foi instaurado tendo como discurso a revolução da defesa pela democracia a fim de livrar o país das teias perniciosas do comunismo, durante todo o seu percurso até 1985, não se intitulou enquanto ditadura e sim enquanto democracia. Essa contradição permite que aprofundemos a discussão acerca do posicionamento da legislação e ordenamento jurídico e as filigranas de seus desdobramentos.

Os agentes de repressão a serviço da Doutrina de Segurança Nacional partiam do princípio de que todos os cidadãos eram inimigos em potencial, conforme esclarece Gallo (2014), “[...] o uso da violência política [não] tratou-se de exceção: afinal, sua prática era condição à uniformização e à formação de uma sociedade política passiva a serviço da própria DSN e dos militares-ditadores no poder” (p.32).

A partir dessa afirmação o autor indaga como o aparato jurídico legitimou o regime autoritário estabelecendo uma relação intrínseca entre o direito e a sua apropriação pelo estado ditatorial e como foi direta e indiretamente utilizado.

A legislação e o ordenamento jurídico asseguraram o controle social e político desde o início do governo de Castello Branco, os dezessete (17) Atos Institucionais (AI's) implantados entre 1964 e 1969, regulamentados por 104 atos complementares e revestidos de caráter jurídico se constituíram como aparatos legais de controle, ordem e repressão, sendo que o primeiro foi editado em abril de 1964 por uma junta militar e redigido por Francisco Campos, Conforme dados apresentados pelo CPDOC (s/d) este concedeu ao “comando revolucionário” poderes para deliberar sobre cassação de mandatos políticos, suspensão de direitos, demissão ou aposentadoria de quem estivesse atentando contra a “segurança do país”, imbuído do discurso antissubversivo e antiterrorista. Além deste ato, foi sancionada em novembro de 1964 a Lei de nº. 4.464 mais conhecida como Lei Suplicy, visando coibir as manifestações estudantis, tornando ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE) e suas ramificações estaduais e políticas.

Em outubro de 1965, coordenado pelo ministro da justiça Juracy Magalhães foi sancionado o AI-2, redefinindo de forma mais autoritária os termos do primeiro ato institucional, estabelecendo dissolução dos partidos políticos, eleição indireta para a presidência da República, aumento do número de ministros o que garantia maioria no tribunal, instituição de apenas dois partidos: ARENA e MDB, em fevereiro de 1966 o AI-3 foi sancionado a fim de reestruturar os governos estaduais e municipais, acentuando as outras deliberações dos outros AI's, assim como entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967 foi sancionado o AI-4 com a síntese dos outros atos e pautado na Doutrina de Segurança Nacional bem como elaboração da nova constituição que foi implementada em março de 1967.

Estes atos institucionais redirecionaram o país para um verdadeiro desmonte nos setores sociais, políticos, econômicos e culturais, contudo, o maior impacto do ponto de vista da repressão se deu com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, quando o regime ditatorial apresentou seu posicionamento mais opressor, com demissões, perseguições, torturas e censuras deliberadas, ato este que comumente é recorrido com ênfase em nossa história quando o assunto é ditadura.

Os outros AI's continuaram com as cassações, reformas administrativas, reformulação de calendários, prisões, dentre outras ações mais pontuais do regime.

Importante também considerar que a ditadura não foi uma particularidade brasileira, praticamente toda a América Latina foi acometida por regimes ditatoriais a partir das décadas de 1960 e 1970, cada país com a sua especificidade, mas, tendo

em comum a ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico à reestruturação dos estados nacionais frente às mudanças exigidas pelo capital e também manutenção do mesmo diante da corrida armamentista e ideológica de uma guerra fria bipolarizada pelos EUA e URSS. Todos contaram com o endurecimento do regime, repressão e opressão, prisões, mortes, torturas, cassações, perseguições, cerceamento da liberdade de expressão e de conduta, sob o estigma da “subversão” em uma grande reforma jurídica política, ferindo a constituição democrática e instaurando legislações de exceção. Segundo Almeida (2007), o estado militar latino americano foi responsável por cerca de quatrocentos mil crimes, que variavam entre prisões, perseguições e crimes dos mais hediondos, além de proporcionar uma série de ataques contra as conquistas trabalhistas adquiridas ao longo das últimas décadas anteriores aos golpes.

No campo da cultura o desmantelamento de instituições e institucionalização da censura adentrou espaços como a mídia jornalística, que segundo Dantas (2014) se constituiu como instrumento poderoso ideológico na preparação e respaldo ao regime instaurado a partir de 1964. Houve empresas jornalísticas, revistas, emissoras de TV e Rádio, que foram cooptadas por agências estadunidenses que distribuía verbas publicitárias no Brasil e paralelo ao controle da mídia o IBAD e IPES também recebiam recursos para promoverem ações nos campos culturais em prol do regime.

Os aplausos da mídia ao golpe não impediram que, uma vez instalados no poder, os militares desfechassem uma furiosa ofensiva contra participantes do governo deposto e cidadãos acusados de atividades esquerdistas. Jornalistas, professores, intelectuais, cidadãos suspeitos de subversão foram presos e torturados; vários tiveram seus direitos políticos cassados. Rapidamente o golpe que fora saudado como uma revolução revelava a sua verdadeira face (DANTAS, 2014, p.68)

Reiteramos que o golpe de 1964 já vinha sido ensaiado décadas anteriores, e muito bem orquestrado por várias instâncias e agências nacionais e internacionais. Quando João Goulart (Jango) assumiu a presidência na tentativa de apaziguar a crise proveniente do curto governo de Jânio Quadros, este esteve sob a vigilância de grupos dominantes políticos, sobretudo por conta de seu posicionamento ambíguo em relação ao capitalismo e “simpatia” por alguns ideais socialistas. Isso fez com que, segundo Bandeira (2014), o pentágono estadunidense elaborasse um plano de

intervenção militar em acordo com a ESG, caso Jango tendesse mais para os movimentos esquerdistas e estabelecesse vínculos com países socialistas.

A democracia para o direito tão reiterado pelos diversos governos republicanos no Brasil, não perpassaria tão somente pela prevalência do que é escolhido pela maioria da população, esta seria sua dimensão formal, mas também a possibilidade das minorias coexistirem com seus direitos e anseios protegidos e representados, a democracia em face do Direito não seria tão somente a vontade da maior fração de um todo, pois contaria também com a não exclusão da sua vontade, esta seria então a dimensão substancial da democracia:

Se as normas formais da constituição - aquelas que disciplinam a organização dos poderes públicos - garantem a dimensão formal da democracia política, que tem relação com o "quem" e o "como" das decisões, suas normas substantivas - as que estabelecem os princípios e os direitos fundamentais - garantem o que se pode chamar de dimensão material da 'democracia substancial', uma vez que se refere ao conteúdo que não pode ser decidido e ao que deve ser decidido por qualquer maioria, obrigando a legislação, sob pena de invalidade, a respeitar os direitos fundamentais e aos demais princípios axiológicos por ela estabelecidos (ROCHA, 1999, p. 46).

A partir desse contexto, Delgado (2010), trazendo as considerações de Toledo (1984), sintetiza o período entre Jango e o golpe de 1964:

[...] o Governo João Goulart nasceu sob o signo do golpe e não conseguiu, apesar de seus esforços, angariar qualquer apoio das classes dominantes. Por outro lado, sofreu crescente pressão dos movimentos populares que reivindicavam maior agilidade na adoção das reformas de base. Diante do impasse, em um contexto de forte tensão, acabou por romper os limites do pacto populista e decidiu implementar as reformas reivindicadas pelos trabalhadores. A expressão maior dessa orientação política, adotada após tentativas de construção do consenso, foi o anúncio de medidas reformistas no Comício de 13 de março de 1964 (TOLEDO apud DELGADO, 2010. p.22)

E continua:

[...] a instituição de um regime autoritário no Brasil em 1964 foi decorrente de fatores conjunturais, como crise na economia, ampla mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e inédita luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil (TOLEDO apud DELGADO, 2010. p.22).

O discurso de que o Brasil estava à beira de uma conversão a uma doutrina comunista, por conta da atuação, concessões e reformas de Jango, foi de grande utilidade para o grupo golpista no momento anterior e no momento posterior ao golpe, no primeiro momento houve uma contribuição para que tais rumores – somados a distúrbios diversos como a rebelião dos marinheiros, que a partir do relato de seu líder Avelino Capitani (2005), apresenta uma revolta iniciada a partir de um camponês que se tornou marinheiro (o próprio Capitani), que por meio de uma matriz nacionalista conduziu uma organização de enfrentamento ao regime ditatorial dentro das Forças Armadas e permitiu que instaurassem uma propaganda que construísse uma sensação de medo diante do clima de grande instabilidade e crise no país, posteriormente, com o aparecimento de um “inimigo da nação” que precisaria ser extirpado por ameaçar o estado democrático de direito e levar o país a derrocada de uma ditadura comunista.

Este discurso foi fundamental para justificar o golpe de 1964, bem como o regime instaurado a partir desse, que se intitulava revolucionário em prol da defesa da democracia. Essa contradição, nos faz lembrar de uma das considerações de um dos grandes ideólogos do pensamento burguês Émile Durkheim (2012; 2014) quando este propôs em sua ideologia funcionalista que para haver a harmonia e coesão social, seria necessário um consenso social que seria dado por meio da coerção que imporá a consciência coletiva no indivíduo por meio de regras pré-estabelecidas e valores atribuídos o fazendo compreender que às vezes é necessário fazer uso de um amargo remédio para evitar um mal maior. Extraímos alguns trechos do pensamento durkheimiano que podem nos auxiliar na compreensão da lógica da doutrina de segurança nacional.

[...] É verdade que a palavra coerção, pela qual os definimos, pode vir a assustar os zelosos defensores de um individualismo absoluto. Como estes professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, julgam que o diminuímos sempre que mostramos que ele não depende apenas de si mesmo. Sendo hoje incontestável, porém, que a maior parte de nossas ideias e de nossas tendências não é elaborada por nós, mas nos vem de fora, elas só podem penetrar em nós impondo-se; eis tudo o que significa nossa definição (DURKHEIM, 2012, p.4).

[...]

Aquilo que é muito mais difícil, porém não impossível, é, de maneira geral, fazer com que a criança consiga compreender por que ela tem deveres, por que precisa violentar-se, desprender-se de si mesma para cumprir tais deveres. É necessário que compreenda que existe, acima dela, algo ante o qual deve prostrar-se, regras às quais deve obedecer simplesmente porque ordenam, e é preciso vincular tais regras a um poder moral do qual elas emanam; e para que os atos reclamados possam aparecer como desejáveis é preciso que esse poder seja concebido como algo benéfico, como algo bom. [...] A sociedade presente deveria saber amar a sociedade de ontem e a de amanhã, que é aquela que a sociedade de ontem e a de hoje carregam em seus flancos. E se o parto é doloroso, trabalhoso, essa é uma razão para ajudarmos em seu trabalho e não nos colocarmos contra ela. É preciso amá-la com suas misérias, pois, como ela sustenta o nosso ser moral por todas as nossas entranhas, suas misérias são também as nossas misérias, seus sofrimentos são também os nossos sofrimentos (DURKHEIM, 2007, p.68 e 75).

Para Durkheim a sociedade seria como um organismo vivo que para funcionar cada parte deveria cumprir sua função, na qual algum corpo estranho aparecesse este provocaria a patologia (anomia) o desequilíbrio nesse todo harmônico e por isso deveria ser extirpado, os movimentos de resistência na concepção durkheimiana seriam sempre elementos anômicos que prejudicam o bom andamento da coesão coletiva. Se traçarmos um paralelo entre este pensamento com o que foi elaborado pela Doutrina de Segunda Nacional (DSN) conseguimos identificar semelhanças com as assertivas do teórico funcionalista, quando esta retoma em seu discurso a harmonia social fundamentada na ordem e no progresso, tendo na figura do comunista a anomia a ser extirpada para que não desequilibre a sociedade e não a corrompa. Há um consenso entre estudiosos do regime ditatorial de que seu maior ideólogo, ou intelectual orgânico, foi o general Golbery de Couto e Silva a ele coube a sistematização da DSN, e dentre os discursos pungentes o ódio contra o inimigo declarado:

[...] Ser nacionalista é reconhecer, como suprema lealdade, a lealdade à nação de que se é ínfima parte, mas parcela atuante e consciente. [...] Tal nacionalismo, por exemplo, apregoado, com tanto maior virulência quanto maior desfaçatez, pelos comunistas de todos os matizes – o pseudonacionalismo que disfarça a fria e inexorável lógica de seu internacionalismo imanente na metafísica sibilina de uma dialética flutuante e acomodatória, oportuna e cínica [...] um nacionalismo que só apresenta, como única constante, a moeda falsificada cujo verso é a admiração, o endeusamento, a submissão desfibrada a tudo que vem da Rússia e cujo anverso é o ódio sistemático e mesquinho, o denegrir constante, o ataque insidioso ou brutal às democracias do Ocidente, evidencia claramente que seus

fins supremos são outros, muito outros e diversos da soberania e do engrandecimento nacionais (GOLBERY, 1967, p.101-102).

O trecho acima, foi elaborado em 1967, contudo, o mesmo discurso esteve presente desde antes de 1964, e colocou o país em estado de alerta por conta de um risco bélico por parte das aproximações de Jango com países socialistas e pela mídia que dava voz aos apoiadores e colaboradores do Golpe Civil-Militar de 1964 e incitava o povo contra aqueles que eram considerados perigosos ao sistema vigente ou subversivos.

Pelos trechos dos AI's instituídos, vemos que a política da ideologização do medo era algo legalizado no Brasil da ditadura civil-militar retomado pelo governo autoritário como dispositivo oficial e com força coercitiva e imperativa sobre toda à nação para justificar a sua permanência e legitimação no controle do poder no país.

Observa-se então que a visão de democracia dentro do Direito abarca uma significação maior do que a legitimidade do povo e o clássico jargão de que o poder dele emana, o chamado Estado Democrático de Direito foi concebido no pós-segunda guerra mundial após o choque da sociedade com os Estados autocráticos.

No Brasil, desse contexto, a constituição que fora promulgada foi a de 1946, descrevendo o Estado Democrático de Direito que vigorou até o golpe civil-militar e durante o regime foi invalidada gradativamente por meio dos AI'S, quando este alterou a sua constituição, paradoxalmente utilizando como discurso a defesa pela democracia:

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei.

§ 2º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

[...]

§ 4º - A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

[...]

§ 8º - Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência.

[...]

§ 11 - Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.

§ 12 - É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária (BRASIL, 1946).

Art. 151. Aquêle que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão dêstes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla defesa

[...]

Art. 152. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de: I – grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção; II – guerra.

§ 1º O decreto de estado de sítio especificará as regiões que deva abranger, nomeara as pessoas incumbidas de sua execução e as normas a serem observadas.

§ 2º O Estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas: a) obrigação de residência em localidade determinada; b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns; c) busca e apreensão em domicílio; d) suspensão da liberdade de reunião e de associação; e) censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas; f) uso ou ocupação temporária de bens das autarquias, emprêsas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, assim como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprêgo nas mesmas entidades.

§ 3º A fim de preservar a integridade e a independência do país, o livre funcionamento dos Podêres e a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei (BRASIL, 1967).

A Constituição Federal de 1946, concebida para um período ainda conturbado mas, democrático, dava garantias aos jornalistas brasileiros com o fulcro de tornar a

atividade livre e independente, para que, em tom de repressão, não pesasse a mão do Estado sobre os ombros da classe. A maioria de tais prerrogativas foi mantida na Constituição Federal de 1967, de caráter ditatorial, contudo, os acréscimos realizados possibilitaram a intervenção do governo brasileiro na sociedade e em seus diversos setores, a exemplo da imprensa.

Com a necessidade de regulamentar as mais diversas áreas da vivência social por meio de rígidos regramentos jurídicos ou de costumes que se solidificaram em um corpo mais consistente de leis, o direito se constituiu em uma área importante de denúncia, mesmo em um contexto na qual ele por si foi utilizado de forma dúbia. Para Godoy (2009), mesmo com as arbitrariedades dos Atos Institucionais, crimes como de tortura, assassinatos, assédios, eram reprováveis e muitos juristas e magistrados lutaram contra e em prol da defesa pelos direitos humanos, resguardados pelos artigos não alterados da constituição, e tiveram grande atuação durante a instalação do projeto de anistia como depois a fim de que o país não se esquecesse de marcas consideradas por eles tão vergonhosas.

O referido autor argumenta que mesmo durante o período mais “endurecido” do regime ditatorial, o governo difundia a ideia de defesa da democracia, conforme linhas abaixo:

Logo no início do AI-5 são utilizados termos como “autêntica ordem democrática”, “liberdade” e respeito à “dignidade da pessoa humana”, demonstrando a preocupação do governo em mascarar que se tratava de um regime autoritário, de instituir atos totalmente ditatoriais mantendo a aparência democrática (GODOY, 2009, p.48).

Ao verificarmos o próprio ato institucional nº 5, este discurso ditatorial travestido de democracia está presente como justificativa da repressão:

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

[...]

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição (BRASIL, 1968).

No ano de 1964, o ordenamento jurídico pátrio encontrava valhacouto na Constituição vigente àquela data, que era então a Constituição Federal de 1946, onde nela era nítida a característica democrática da sociedade. Já em seu preâmbulo apregoa “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte (BRASIL, 1946)” é paradoxalmente mantida durante o regime ditatorial para na prática ser desobedecida. Apesar do nítido rompimento com o ordenamento jurídico estabelecido no Estado Democrático de Direito brasileiro que todo golpe traz consigo, o golpe de 1964 dizia-se, a princípio, um movimento transitório que viria devolver ao Brasil à sua "normalidade", então tratou de se colocar dentro das regras que este mesmo estabelecera, divergentes daquelas expostas na Carta Magna de 1946, que era vigente até então. A lei, para Koselleck (1987), era um aparato agora utilizado para evitar que a crise que gerou a “revolução” de 1964 saísse do controle dos seus criadores e gestores, evitando assim a rédeas curtas e dura repressão tecnicamente legal, contudo, conforme defende Godoy (2009), é preciso desfazer a ideia de que toda a violência imposta pelo regime possuía o caráter legal, pelo contrário, não havia nenhum dispositivo que autorizasse juridicamente o uso de assassinatos, crimes sexuais, torturas, sequestros, etc.

O que está alocado em um ponto do plano diametralmente oposto à democracia e do Estado Democrático de Direito são os modelos totalitaristas e autocráticos. Há nestes modelos o abrigo da imposição pela força e poderio de um

ditador ou um grupo ditatorial que governa uma nação usurpando direitos e liberdades individuais assim como prerrogativas coletivas e aniquilando movimentos oposicionistas que possam vir a se levantar ou que efetivamente se levantem contra uma estrutura despótica de Estado, criando uma situação perigosa para quem ouse tentar defender bandeiras oposicionistas ou propriamente e luta.

Mas há de se levar em consideração uma corriqueira tentativa de legitimação legal por parte destes movimentos de caráter autocrático. Chama-nos a atenção que mesmo em meio a um Estado com nítido ignorar dos direitos mais íntimos e básicos do ser humano, como o direito à vida, à integridade física, à opinião e à livre expressão de ideias e do direito da livre associação a qualquer movimento ou corrente de pensamento, coexiste ainda assim uma busca por legitimidade em regimes autocráticos.

Uma campanha de desestabilização reverberada por diversos setores componentes da sociedade brasileira fora mais que suficiente para que um golpe de Estado que negasse toda esta estrutura legal e supralegal do ordenamento jurídico pátrio. As garantias legais que consubstanciavam as liberdades e as inviolabilidades individuais agora seriam suprimidas supostamente em nome de uma inquestionável e necessária ordem, todas as forças repressivas nacionais deveriam trabalhar para garantir o bom desenvolvimento da nação.

A constituição vigente no país em 1964 demonstrava caráter determinantemente garantista, ou seja, preconizava garantias individuais aos nacionais e aos estrangeiros, levando então o caráter humano destes, sendo assim, protetor explícito de direitos como a livre manifestação e livre reunião pacífica, a liberdade de associação, a indissolubilidade das associações, liberdade de crença religiosa, filosófica e política. Todos estes direitos foram suspensos no decorrer do processo ditatorial, ainda que do ponto de vista do discurso e ordenamento jurídico o andaime norteador tenha sido o fortalecimento da democracia nacional.

A distorção dos valores democráticos causou em determinados grupos sociais, uma sensação de imprecisão e de medo, na medida em que o Estado autoritário brasileiro, construía uma face do "mal", por meio do inimigo destruidor da nação, na qual qualquer atitude geral e genérica contra a ameaça seria tolerada e tudo se justificaria em nome da Doutrina de Segurança Nacional, a "incubadora" que foi a tônica do governo Militar brasileiro.

Esta dissonância presente entre democracia e autoritarismo permite que reflitamos a cerca da crise enquanto fenômeno social que materializa contradições presentes na sociedade, e que de acordo com Koselleck (1987), elucida uma de suas filigranas, tensões e sua necessidade de resolução imediata:

Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes - ameaçadora, temida ou desejada - é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico. (KOSELLECK, 1987, p. 111)

O autor considera que num processo de transtorno há sempre a sensação latente de que ao mesmo tempo em que a incerteza sufoca há, concomitantemente, uma aproximação irreversível de uma resposta a tal momento que levará o todo para longe da crise aos braços de uma bem-vinda solução. Seria então, na visão do autor, um fenômeno que nos aproxima do futuro que resolutivo de um dado problema tende, subjetivamente, a ter uma valoração positiva.

Então, a guerra civil seria uma das respostas à crise, de acordo com essa definição ao tomar os holofotes na realidade fática. Sendo assim, em outras palavras, há uma compressão dos fatos e do tempo em uma intensidade que nos leva ao anseio por uma resposta, esta crise seria então um caminho a ser percorrido, não raramente confundido até com um processo evolutivo e necessário em direção a uma resposta, porém, para Koselleck, há um controle da resposta visível e não original da crise que seria manipulada por setores interessados nos resultados que dela poderiam advir, o que para a sociedade soaria como algo espontâneo nada mais seria do que um movimento orquestrado.

O referido autor ao trazer Rousseau como o primeiro pensador que se destacou ao fazer uma crítica não só ao Estado, mas também a sua aceção de “povo crítico”, traz uma possível solução a partir daquele “quando apresentou que a solução para a crise viria não por intermédio da revolução ‘feliz’ que Voltaire se lamentava por jamais poder ver, mas por uma revolução que viria sim mas por um estado de crise” (ROUSSEAU apud KOSELLECK, 1987, p.138).

Entretanto, aponta que, apesar dos prognósticos pré-fabricados e com limitações calculadas dentro de um leque de opções, a crise rotineiramente fugiria do controle, traçando rumos incertos:

Pelo que contém de prognóstico e diagnóstico, a expressão "crise" é um indicador da nova consciência. Mesmo se apreendessem os fatos com a perspicácia de D'Argenson ou Turgot, os anunciadores do progresso, confinados à concepção política da tomada indireta do poder, não podiam enxergar o fenômeno da crise enquanto tal. Toda crise escapa ao planejamento, ao controle racional sustentado pela fé no progresso. (KOSELLECK, 1987. p. 118)

Ao considerar importantes as assertivas do autor para a nossa análise, estamos partindo do pressuposto de que a crise instalada e difundida pelas instâncias representativas do poder, dentre elas a grande mídia, foi "a desculpa" ideal para a instauração do golpe de 1964 e sua derivada ditadura, que em um discurso de freio da crise terminou por agravá-la trazendo outras nuances. Pensar a crise também como faceta de um despertar de consciência sobre o real, o não visto, e a ideia de que o progresso geralmente pautado na racionalidade torna-se discutível, uma vez que mesmo sendo gestada com certos fins, sempre escapa do controle e do planejamento inicial que os seus interlocutores apregoam, a crise gesta consigo resultados ainda ocultos e inesperados que poderão vir a ser inconvenientes para aqueles que a programaram.

Nessa perspectiva, poderíamos dizer que setores dominantes da burguesia, mesmo sendo arauta da democracia positivista, costumam considerar que um golpe é legítimo para controlar uma dada "crise", porém, na verdade negam os preceitos legais que sustenta os próprios direitos políticos que, por sua vez e de certa maneira, sustentam a mesma burguesia. As regras que compõem o ordenamento jurídico de uma nação norteiam a sociedade e apontam um "vir a ser" tecnicamente ideal de um coletivo nacional, mas na visão e nos interesses de sua elite dominante. O Estado não só cria regramentos para o todo social e limites e direitos para o indivíduo, mas também para o próprio Estado, atribuindo a si mesmo prerrogativas e limitações legais.

Importante destacar o fato de que desde o começo do regime em 1964, que medidas foram tomadas para tentar resolver os problemas da crise, sobretudo, econômica do país, Barros (2007) destaca restrição de crédito, arrocho salarial, aumento da carga tributária e reorientação dos gastos do Estado para o

desenvolvimento do capital internacional, culminando na falência de várias empresas nacionais de médio e pequeno porte. Os primeiros anos da ditadura, marcaram a parceria entre o estado e o capital monopolista a fim de favorecer o crescimento da economia, por meio da concentração de renda.

Entre 1968 e 1973 ocorreu o conhecido milagre econômico, que segundo Veloso et al (2008), enquanto que as taxas do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil alcançavam números consideráveis de crescimento este veio acrescido de superávits nos pagamentos e declínio da inflação. O ambiente propício para a expansão internacional promoveu uma conjunção favorável de crescimento, inclusive das empresas industriais, além disso os mecanismos de ajustes salariais com o aumento dos impostos pagos contribuíram para a crescente arrecadação do governo. Dados analisados pelo autor, demonstram que até 1975 havia aproximadamente 707 empresas multinacionais instaladas no país, em parceria ou não com empresas estatais, em diversos setores. Se de um lado essa realidade propiciou a quebra de várias empresas nacionais dos ramos tradicionais do comércio, indústria etc., por outro, determinados ramos da indústria nacional vieram a crescer com a implantação das multinacionais por terem se tornado principal fornecedora de produtos para as empresas estrangeiras.

Do ponto de vista sociopolítico, conforme Alves (1984) elucida em Estado e oposição no Brasil, os mecanismos de controle foram sofisticando seus procedimentos, cujos atos institucionais permitiram controle de salários e na área do trabalho, crises no Congresso e separação dos poderes, institucionalização da tortura, bem como eclosão dos movimentos sociais de massa como o estudantil, sindicalismo, o papel da imprensa, etc.

Em relação a esse último, o cerco no decorrer do regime ditatorial foi se apertando aos jornalistas, tendo em vista que qualquer mínimo "deslize" levava o profissional a ser enquadrado como subversivo e, sendo assim, passível de ser alvo dos Inquéritos Policial-Militares (IPM'S), quando não desaparecer e/ou morrer. No próximo capítulo (seção) retornaremos a esse tema com maior atenção e cuidado.

2.1 A BAHIA ENTRE O DIAPASÃO DE UMA LUTA DISSONANTE

A ditadura, desde a sua implantação, causou reestruturações profundas no cenário nacional e, por conseguinte, em todas as regiões, estados e municípios a ele

adjacentes. Na Bahia, desde o período anterior ao golpe de 1964 a desestabilização do governo de Jango acarretou uma série de manifestações a favor ou contra. Em 1963, de acordo com Santana (2009) após o primeiro ano do governo de Lomanto Júnior, em Salvador a luta entre os partidos opositores Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN) promoveu conflitos, sendo que este último em associação com setores conservadores da igreja católica, organizou suas primeiras ações de rua, contrários às políticas de Jango e as reforma de base. Dentre as primeiras que se destacaram esteve à procissão de Corpus Christi de 1963, organizada pela Cruzada do Rosário em Família, presidida pelo bispo Dom Walfrido Vieira, que por sua vez possuía sua sede nos EUA e defendia a luta dos católicos contra o comunismo.

Estas cruzadas foram espécies de ‘Marcha da Família’ nas quais buscava-se reavivar e rememorar os valores cristãos de ‘*Deus, Pátria e Família*’ contra a instalação do comunismo, nelas a participação de mulheres provenientes de camadas medias e altas foi preponderante. Do ponto de vista político, a deputada Ana Oliveira do Partido Libertador (PL), conforme ainda revela Santana (2009), convocou em março de 1964 o movimento de mulheres baianas em defesa da democracia e contra o comunismo. Utilizando da imprensa para conclamar essa parcela da população, sobretudo, o *A Tarde*, Ana Oliveira foi à primeira mulher a se destacar publicamente na defesa do regime civil-militar. O referido jornal também noticiava manchetes trazendo a participação feminina como: *Professoras solidárias com o exército*, como também o discurso da professora Suzana Imbassahy da Silva, que sintetiza todo um discurso orquestrado que para além do movimento feminino cristão pairava em outras organizações que legitimaram o golpe, já no primeiro ano de vigência do regime:

Aqui estamos nós, uma delegação de senhoras cristãs, mães de famílias, médicas, professoras, funcionárias, mas, antes de tudo, mulheres baianas que também têm seu passado de glórias vinculado a todos os fatos da história do Brasil, mulheres que se orgulham de serem descendentes de Maria Quitéria, mulher-soldado, e sóror Joana Angélica, a mártir; mulheres baianas que também sofreram e vibraram, dentro de seus lares, acompanhando cheias de ansiedade toda essa maravilhosa campanha que se processou com tanta eficiência e tanta paz que se nos afigura milagre de Deus por intermédio das forças armadas. [...] porque afastou de nós, mulheres cristãs, esse vento mau que soprou pelo Brasil, “vento de pânico e de discórdia”, que ameaçou desviar a terra brasileira da sua tradição

de cordialidade e de 'solução pacífica na superação das suas crises históricas' (A TARDE, 7 de abril de 1964, p.2 apud SANTANA, 2009, p.24).

Em relação às lideranças políticas, aquelas que em todo o estado que foram simpatizantes de Jango foram afastadas do poder com a deflagração do golpe de 1964, podemos citar Francisco Pinto (Feira de Santana), José Pedral (Vitória da Conquista), Murilo Cavalcanti (Alagoinhas), Virgildásio Senna (Salvador) entre outros. Além destes, uma lista grande de outros nomes do campo da política como também militantes estudantis e sindicais, professores, jornalistas, que segundo Dias (2009) passaram pela política de "saneamento", por meio de afastamentos, prisões, torturas etc.

Contudo, se de um lado havia todo um aparato de construção e manutenção de um regime ditatorial, por outro explodiam também os movimentos de resistência. Militantes de esquerda baianos protagonizaram eventos de confronto, mesmo neste Estado que fugia do eixo Rio - São Paulo e sendo por alguns, considerado área de recuo, Souza (2009), vai destacar as ações de organizações de política armada urbana em Salvador, tais como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Estes enfrentamentos na capital do Estado, principalmente a partir do Ato Institucional n.5, rumaram pela via da luta armada por compreender que a realidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de repressão do regime, com a truculência desmedida, não reestabeleceria os direitos democráticos sem resistência direta, cuja liberdade não viria por meios pacíficos.

O movimento estudantil baiano também eclodiu em franca resistência ao poder. Para Souza e Oliveira (2017), a influência da esquerda por meio de organizações tais como: Ação Popular (AP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Política Operária (POLOP) e Esquerda Independente (EI), atuaram no ME de Salvador. Entre os anos de 1967 e 1968 a mobilização estudantil em Salvador foi mais acirrada do ponto de vista dos processos contra o MEC-USAID e alguns aspectos da Lei Orgânica do Ensino sistematizada por Navarro de Britto, até então secretário de educação do Estado, pelo ME considerar imperialista e criar dificuldades em relação ao desenvolvimento cultural do Estado e acesso a estudantes de camadas menos abastardas a escola/universidade.

Outros movimentos também se fizeram importantes e presentes no que corresponde à resistência ao regime. Espiñeira (2009) esclarece que na Bahia, havia os integrantes da Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) composta por membros de oposição a ditadura, bem como outra linha que formou o Trabalho Conjunto da Cidade de Salvador, que reunia artistas, estudantes, guerrilheiros, jornalistas, políticos de oposição, e outros profissionais que possuíam como lema “melhores condições de vida a partir das liberdades democráticas”, essa frente também atuava em aliança com outras bases a exemplo da Teologia da Libertação organizada por integrantes da igreja que também se opunham a realidade deflagrante.

De uma forma geral, há, sem sombra de dúvidas, uma premeditação dos passos dados ao longo do calvário ao qual a democracia brasileira fora submetida, antes dos anos em que vigorou o Estado de exceção, para, *a posteriori*, ser subjugada por alianças formadas por membros da ESG (Escola Superior de Guerra), capital estrangeiro, igreja, instituições civis, políticos e jornais alinhados ideologicamente a este processo.

Fora implantada por diversos meios uma crise em vários âmbitos do país, gestada pelo discurso de combate e proliferação terrorismo comunista que cobrava, implicitamente ou não, uma resposta para que a nação pudesse caminhar em direção a um suposto progresso, exterminando o inimigo que ameaça tal ensejo. Assim como vimos com Koselleck (1987), a resposta ideológica ao medo estava pré-definida, não obstante fugira do controle, perdurada por 21 anos, fazendo os mais diversos setores serem cooptados pela força da nova ordem ditatorial a exemplo da imprensa brasileira, dita oficial que atualmente tende a minimizar seu apoio ao golpe ou até mascarar sua atuação.

Renegam então, de forma categórica, o seu passado golpista e a seríssima gravidade dos fatos que apoiaram e/ou acobertaram durante vasto período da ditadura brasileira, deturpando a realidade fática que ajudaram a sacramentar de forma categórica nas páginas do tempo.

O que nos resta de concreto é que as elites brasileiras souberam se utilizar do medo e do inimigo com primazia para, *a posteriori*, implementar o golpe e um regime ditatorial, tendo em grande parte da imprensa sua porta voz. Porém, cabe a ressalva, houve jornais de oposição e /ou alternativos, os mais combativos na clandestinidade e outros que sobreviveram à duras penas, que durante todo o

regime fizeram-lhe oposição e tinham um caráter crítico se posicionando a favor da liberdade democrática. Na Bahia há uma história com diversos jornais de esquerda ou de oposição ao regime militar¹. Estes jornais² de várias cidades baianas denunciavam as arbitrariedades do regime, contudo, optamos por analisar a trajetória do Jornal da Bahia de Salvador e a posição combate ao regime e à figura de seu maior representante político baiano o ACM, por meio de seus dois interlocutores: João Falcão e João Teixeira Gomes, trazendo à tona a memória coletiva da resistência jornalista em tempos tão difíceis para a nação brasileira, em sua especificidade baiana. Assim concordamos com Delgado (2006) quando este enfatiza que “[...] o tempo da memória ultrapassa o tempo individual e se encontra com a história das sociedades” (p.2).

¹A equipe que integra o grupo de pesquisa Memória e História das Políticas Educacionais e Trajetórias sociogeracionais – GHEMPE do Museu Pedagógico, sob a coordenação da Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães e encontrou por meio de levantamento, vários exemplares de jornais baianos de oposição à ditadura, estudantis e sindicais, tais como: Faca Amolada, Inimigos do Rei, Cálice, Voz estudantil, Feijão, Viração, O Constituinte, Fifó

² Entre agosto de 2014 e janeiro de 2015, a equipe formada por Daniela Moura Rocha de Souza, Mércia Caroline Sousa de Oliveira e Taís de Oliveira Santos e Santos, sob a coordenação da Profa. Livia Diana Rocha Magalhães, realizou levantamento em arquivos públicos e privados de Vitória da Conquista-Bahia. O material coletado se encontra em um CD-ROM disponível para consulta no Centro de Documentação do Museu Pedagógico.

3 A IMPRENSA E O GRÃ-CRUZ³ - O JORNAL DA BAHIA E ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES ENTRE A REPRESSÃO E A LUTA

Entre os anos de 1946 e 1960, a liberdade de expressão e os direitos humanos são reconhecidos e garantidos legalmente no Brasil, e supõe a plena liberdade de expressão do pensamento. Contudo, seria imprudente não mencionar que historicamente no Brasil há uma propensão às aspirações antidemocráticas e autoritárias nos meios políticos e tais resquícios não haviam desaparecido. Havia ainda os consensos e dissensos políticos e institucionais nas disputas pelo poder local e nacional, e tal enfrentamento nem sempre se pautava por uma convivência estável e democrática, e tais embates não estavam imersos apenas nas esferas representativas de poder.

Com a deflagração da ditadura civil-militar e até mesmo depois da chamada redemocratização esses acordos e consensos ainda fizeram parte da estrutura do país, inclusive nos períodos onde o autoritarismo foi mais extremo este não deixou de se proclamar como democrático, ainda que as liberdades tenham sido violentamente cerceadas, a maquiagem do tempo, imposta no transcorrer dos governos entre 1964 até 1985, fez com que essa dicotomia prevalecesse e é nesse ínterim que a imprensa jornalística enquanto setor de veiculação e informação foi utilizada para ser um dos braços de perpetuação e legitimidade ao se configurar como formadora de opinião e difusora dos ideais da DSN, leia-se a imprensa oficial, a exemplo dos jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias* em Salvador.

A interrupção do Estado democrático de direito, inaugurou uma série de ações e medidas em prol do cerceamento de liberdades de expressão, afetando diretamente alguns setores e atividades como as jornalísticas que por meio de um forte controle de dados e informações, conforme elucida Moraes (2014), de órgãos criados para essa finalidade tais como o Sistema Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), supervisionavam e coordenavam as atividades de informações que deveriam ser veiculadas, utilizando dos mecanismos de censura a fim de defender os ideais e posturas impostas pelo regime ditatorial, tendo seus representantes estendidos aos Estados e municípios.

³ Antônio Carlos Magalhães durante a sua trajetória de vida possuiu várias condecorações recebidas de vários países da América e Europa e Estados brasileiros incluindo a de Grã-Cruz.

A vigilância organizada inspecionava tudo o que era produzido e caso identificasse algo que contrariava interesses ocorria o processo de punição que poderia ser desde a simples censura, às ameaças mais latentes que incluíam depredação e incêndio dos estabelecimentos jornalísticos, prisão e tortura de seus funcionários e diretores.

Porém, diante desse cenário conturbado havia jornais de resistência ao regime, vinculados às várias tendências que iam desde a esquerda ao nacionalismo, a maioria sobrevivendo na clandestinidade e outros que driblavam a repressão e inspeção instaurada, como o Jornal da Bahia (JBa) que mesmo diante de todas as ameaças sofridas continuou veiculando suas impressões sem estar na clandestinidade.

Falar da resistência e do enfrentamento desempenhado pelo JBa no cenário baiano em diferentes momentos da ditadura é inevitavelmente se referir principalmente as memórias de João Carlos Teixeira Gomes e as de João Falcão, redator-chefe do jornal e principal proprietário deste estabelecimento, respectivamente. Há alinhamentos e distanciamentos entre eles – em períodos anteriores ao surgimento do jornal - quanto nos posicionamentos tomados nas decisões centrais de sua redação nos anos de ditadura civil-militar brasileira. Mas ao mesmo passo que o empenho de ambas as forças mostrou-se relevante para que houvesse um jornal com preponderante voz de resistência dentro da capital baiana naquele período.

Neste sentido, a interpelação desse passado depende das diferentes visões de mundo sobre democracia e ditadura, portanto, possivelmente do debate de memórias próximas e distintas, de Falcão e de Gomes, talvez se possa observar a flagrante disputa de poder na Bahia e o clientelismo (ou anacronicamente “coronelismo”) extremado de um prefeito e depois governador deste Estado, que coloca em campos comuns, mas de fato distintos, sujeitos de uma história e uma memória em certa medida comum, todavia também conflitantes entre si.

Há uma continuidade e uma transição de um processo de disputas do poder que comparecem completamente permeadas de momentos e elementos anteriores ao regime ditatorial e que estão presentes nas memórias escritas e narradas pelos dois interlocutores. Não se pode também dissociar o JB de sua conjuntura político-social, da conjuntura e do cenário político baiano, mas, em especial, a disputa de poder com as diversas e contrastantes forças que se opunham na Bahia e que foram

expostas a novas circunstâncias diante da brusca mudança de paradigmas criada a partir do golpe civil-militar de 1964, culminante com a ascensão de Antônio Carlos Magalhães (ACM 1927-2007) aos postos de prefeito da cidade de Salvador em fevereiro de 1967, posteriormente, governador do estado da Bahia durante anos intercalados da década de 1970, cargos dos quais comandou as ofensivas ao Jornal da Bahia e a alguns de seus membros, como também outros opositores às suas pretensões.

Médico de formação na Faculdade de Medicina da UFBA em 1952, em sua trajetória enquanto estudante foi presidente do Grêmio do Ginásio da Bahia e representante do Diretório Acadêmico-BA e do Diretório Central dos Estudantes – DCE. Em período posterior foi professor da referida faculdade e médico do Serviço Público do Estado, assim como simultaneamente foi redator do jornal Estado da Bahia. Em 1975, foi presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás e Conselheiro de Administração da Itaipú Binacional. Estas são algumas das funções que ACM se ocupou durante a sua vivência, em sua biografia descrita pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, uma série de condecorações e títulos de honra nacional e internacional, incluindo a das Forças Armadas o tornaram sócio benemérito de várias instituições.

Mesmo ocupando várias funções, o setor na qual se destacou foi o cenário político:

Eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional-UDN, 1955-1959; deputado federal, UDN, 1959-1963, reeleito UDN, 1963-1967; pela Aliança Renovadora Nacional, ARENA, 1967-1971, licenciou-se em fev. 1967 a abr. 1970; nomeado prefeito de Salvador, 1967-1970; governador da Bahia, ARENA, 1971-1975, indicado pelo presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Eleito governador da Bahia pelo Colégio Eleitoral do Estado, 1979-1983. Governador da Bahia pela Coligação "Vamos Salvar a Bahia" (PFL, PL, PTB, PDC, PST), 1991-1994; senador pelo Partido da Frente Liberal-PFL 1995-2003, renunciou ao mandato em maio 2001; presidente interino da República, 15 a 22 maio, 1998. Senador pelo PFL, 2003-2007 (ALBA, Antônio Carlos Magalhães, 2017. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/assembleia/legislatura-deputado/454>. Acesso em: 03 jul. 2017)

Suas filiações políticas, transitaram entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), na qual foi o primeiro presidente da Bahia, Democratas (DEM), Partido

Democrático Social (PDS), Partido da Frente Liberal (PFL), União Democrática Nacional (UDN).

A hegemonia de ACM na Bahia, conforme nos assinala Dias (2009), a partir da ditadura de 1964 se deu a partir da relação com os ideais comungados com a DSN (Doutrina de Segurança Nacional), articulando o anticomunismo com o desenvolvimentismo por meio do uso da violência e autoritarismo. Ele articulou os principais espaços de decisões políticas que iam desde a sede do partido à assembleia legislativa, se constituindo assim, no maior representante do regime ditatorial no Estado baiano.

A delicada posição política na qual se encontrava o governador Lomanto Júnior que era simpatizante de João Goulart e os cargos assumidos por Juracy Magalhães e Luiz Viana Filho no novo Governo Federal, criou uma delicada situação no cenário político baiano, pois este não contava com grandes representações de outrora o que deixou a situação favorável ao surgimento de uma força política local em eminência, a oportunidade foi bem aproveitada por Antônio Carlos Magalhães.

O sincronismo de ACM com o governo civil-militar foi fator primordial para o seu destaque, ele acabou se tornando uma espécie de homem de confiança do regime, sabendo se articular, esmagar rivais e crescer em perfeito compasso com o mesmo, tornando-se figura interessante para a cúpula do governo federal. Seu modo de agir político ficou conhecido no país como Carlismo, posteriormente eleito Senador da República, fortaleceu sua forte influência e esta se prolongou por cerca de três décadas, elegendo vários de seus apadrinhados políticos como Paulo Souto, César Borges, Antônio Imbassahy, e atualmente o seu neto (ACM Neto). ACM, que mesmo falecido em 2007, deixou como herança uma hegemonia que pareceu ter sido rompida com a ascensão do PT no governo do Estado, contudo, com o destaque midiático que seu neto vem tendo enquanto atual prefeito de Salvador, cada vez mais tem notabilizado o seu governo seguindo a política cotejada anteriormente pelo seu avô.

Para Jonas e Almeida (2004), a prevalência de ACM no poder em várias décadas se deu por meio do complexo midiático feito em torno dele, na cena política baiana, na qual de forma paradoxal se tornou um novo instrumento oligarquizador do regime. Sua inserção política sempre esteve imbricada com a mídia o que diretamente influenciou a percepção dos seus eleitores.

Ainda de acordo com os referidos autores o carlismo midiático, enquanto nova forma de oligarquia política, se reproduzia a partir do gerenciamento privado dos bens públicos.

Nenhum político baiano obteve mais proveitos em suas carreiras, com o golpe de 1964, do que Antônio Carlos Magalhães [...] Castelo Branco chegou a editar um ato complementar para favorecê-lo, ou, de acordo com suas palavras, “com a finalidade de antecipar a posse de um dos prefeitos, inclusive a minha” [...] O militar cearense beneficiou-o logo nos primeiros dias de sua administração com vultuosas verbas (GOMES, 2001. p. 57)

Com um poder ascendente ACM, utilizava dos mecanismos de repressão para fazer valer as suas “vontades” e como a mídia para ele tinha uma função preponderante para a sua reafirmação, a vigilância em relação à mesma se tornou constante. Dos vários jornais que sofreram perseguição, talvez o mais eminente tenha sido o *Jornal da Bahia*, que de uma trajetória conflituosa se manteve a “trancos e barrancos” tendo como inimigo número um e pessoal, o maior representante do conservadorismo autoritário do cenário político da Bahia, o que rendeu vários relatos de luta por parte de seus interlocutores, conforme veremos nos tópicos seguintes.

3.1 A NARRATIVA DE DOIS JOÕES⁴: A FORMAÇÃO DO JORNAL DA BAHIA E SEUS ENCONTROS E DESENCONTROS COM O REGIME CIVIL-MILITAR

João da Costa Falcão, popularmente conhecido como João Falcão, natural de Feira de Santana e nascido em 1919 em uma família abastada da usinagem, bacharelou-se em Direito em 1942, e de acordo informações extraídas do CPDOC (2009), em 1938 fundou a revista antifascista *Seiva* ficando em sua direção até 1943, quando foi fechada de acordo ordem do presidente Getúlio Vargas, temporariamente exilou-se na Argentina e quando retornou se tornou diretor da Empresa de Carnes da Bahia, maior rede de açougue do Estado e em 1945 abandonou essa função para fundar e dirigir o Jornal de oposição *O Momento* de matriz socialista devido a sua filiação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁴ Frase apropriada de parte do título dissertação: A narrativa de dois Joões: um diálogo sobre identidades, de autoria de Cibele V. Correa da Silva. Em nosso caso, nos referimos às trajetórias de João da Costa Falcão e João Carlos Teixeira Gomes.

Com o período de redemocratização, pós Estado Novo, Falcão candidatou-se à Câmara dos Deputados na legenda do PCB, mas não obteve o retorno esperado. Quando o PCB foi considerado ilegal em 1947, passou a militar na clandestinidade e João Falcão atuou como “chefe” do “aparelho” de Luís Carlos Prestes.

Em 1954, após no começo da década ter transitando entre o exercício da advocacia e a fundação de uma imobiliária, foi suplente do deputado federal Eduardo Catalão na Bahia pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), atuando em substituição deste entre 1955 e 1956.

O Jornal da Bahia (JBa) foi uma das reverberadas concretizações de Falcão e a responsável por inseri-lo diretamente em um cenário de embate direto com a chefia política local (no caso estadual). Sua fundação é datada no ano de 1958, mais a diante quando o golpe civil-militar foi instalado ele (através do seu jornal) se posicionou contrário a este, e antagonizou principalmente com a figura de Antônio Carlos Magalhães, conflito este que durou até 1984, período final em que ele esteve na direção do referido jornal.

Além dessas atribuições em 1962 foi um dos fundadores da Comissão Econômica de Planejamento da Bahia e

Em 1960 fundou o Banco Baiano da Produção S.A., que mais tarde, após a fusão com dois outros bancos, passou a ser denominado Banco da Produção S.A., com uma rede de agências de Manaus a São Paulo. Ocuparia sua presidência até 1971. Foi também um dos fundadores, em 1967, do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, exercendo a presidência da instituição entre 1968 e 1970, no governo de Luís Viana Filho (1967-1971). Em 1977 deu prosseguimento à sua atividade no mercado imobiliário fundando a Empreendimentos Imobiliários Ltda., depois transformada em João Falcão Urbanizadora Ltda., da qual se tornou diretor (CPDOC, 2009, s.p).

A trajetória de Falcão também esteve vinculada ao conselho consultivo da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), e da Associação Baiana de Imprensa e a Associação dos Bancos da Bahia. Sua reconhecida atuação no ramo jornalístico lhe rendeu ser também sócio da Associação Baiana de Imprensa e da Associação Brasileira de Imprensa.

No que tange o JBa, Falcão contou com uma equipe de escritores e jornalistas para a sua manutenção e sobrevivência, contudo o destaque maior foi para João Carlos Teixeira Gomes, também conhecido como Joca, redator do referido jornal e também interlocutor de vários conflitos e contradições que

juntamente com Falcão fizeram do percurso jornalístico de uma “oposição” medianamente consentida por seus inimigos políticos um palco de inúmeros embates que custou-lhe no seu decorrer inclusive de risco de sobrevivência física.

Nascido em Salvador, Joca, como ficou conhecido, diplomou-se em 1961 em Ciências Jurídicas Sociais na UFBA, em 1973 cursou mestrado em letras na mesma instituição de sua graduação e tornou-se seu professor de Literatura Brasileira na mesma unidade, como membro do departamento de letras vernáculas do qual foi chefe por três mandatos e depois na Faculdade de Comunicação, o que lhe permitiu alternar sua atividade docente entre a literatura e jornalismo. Entre 1958 e 1977 foi jornalista profissional, fazendo carreira no *Jornal da Bahia*, que ajudou a fundar junto a Falcão, tendo ocupado várias vezes

[...] os cargos de repórter, secretário, chefe de reportagem, redator-chefe e editorialista. Como jornalista e na qualidade de convidado de governos e instituições estrangeiras, visitou por duas vezes os Estados Unidos, o Chile, Portugal, Angola e Moçambique, tendo participado, em 1972, em Boca Ratón, na Flórida, de um seminário internacional sobre expansão demográfica. Estendeu suas viagens de estudos a outros países da América do Sul e da Europa. Ao lado da sua produção em livros, tem colaborado regularmente em jornais e suplementos literários. Foi também Coordenador do Sistema de Comunicação Social do Governo Waldir Pires e, também, foi Diretor do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia (ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, 2007, s.p).

Tomou posse na Academia de Letras da Bahia em 1989 e dentre suas produções ao longo de toda a sua trajetória polemizou ao lançar em 2001 a obra: “Memórias das Trevas – uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães”, na qual relata a presença conturbada de ACM na sua trajetória, destinando em seus capítulos a perseguição sofrida por ele e João Falcão quando estavam à frente do *Jornal da Bahia*, durante o período ditatorial.

Gomes (2001), se debruçando em sua própria trajetória relata que este nascera “da confluência de duas famílias que foram ricas e se tornaram pobres pelo imprevisível caminho dos riscos empresariais” (p. 28). Intitula-se membro originário do grupo “Geração Mapa” ao qual pertenceram também o cineasta Glauber Rocha, o escritor João Ubaldo Ribeiro e outros. Segundo ele, Glauber Rocha foi um dos seus principais influenciadores para a carreira jornalística conforme afirma: “[...] foi ainda por sua insistência que me iniciei no jornalismo, levando-me aos quadros preparatórios do *Jornal da Bahia* como aprendiz” (p.29).

O JBa foi formado com muitos dos quadros oriundos do periódico “O Momento” do então Partido Comunista Brasileiro-PCB. Segundo relato do próprio Falcão “[...] muitos jornalistas que atuavam no jornal do Partido Comunista, que acabara de encerrar suas atividades em 1957, foram contratados” contudo, faz a ressalva de que, “[...] não permitíamos qualquer discriminação ideológica ao escolhermos nossos reatores e repórteres”. Os principiantes, dentre os quais Glauber Rocha e João Carlos Teixeira Gomes ingressaram nas assertivas dele “[...] por vocação” (FALCÃO, 2006, p.29).

Em relação ao posicionamento do jornal e de seu fundador, Gomes (2016) elucida que este

Era, posso afirmá-lo, um jornal democrático, que acolhia colaboradores ou profissionais sem discriminações ideológicas, e até recebia sem vacilar aqueles que a ditadura perseguia, mesmo correndo riscos, pela vigilância militar que nos rondava. (GOMES, 2016, p. 45).

Destarte, ambos fazem questão de localizar em suas memórias escritas suas distâncias da esquerda comunista. Enquanto Falcão (2006) anuncia que pertenceu ao PCB, asseverando que resolvera se afastar do movimento comunista após ser informado dos “crimes cometidos por Stálin contra o socialismo” (p.9), Gomes (2016) afirma não ter sido cooptado pelo pensamento da esquerda, inclusive revisitando seu passado o repudia:

Desde adolescente repudiei submeter-me a qualquer ideologia castradora do meu pensamento e do direito de expressá-lo. Foi uma intuição admirável, pois não faltaram pressões geracionais para que eu me curvasse a experiências opressivas de esquerda (GOMES, 2016, p.45).

Porém, não nega certa aproximação com o pensamento marxista:

Embora me impressionasse profundamente a visão marxista das relações econômicas na sociedade capitalista, cada vez mais atual, hoje, em decorrência da globalização, e um impulso de solidariedade humana me impelisse para o socialismo, eu não suportava a tendência das esquerdas de tutelar, impor dogmas [...] (GOMES, 2001, p. 48).

A simpatia pelo ideal de transformação social e luta em prol da liberdade de expressão e democracia, permeou o espaço coletivo de alguns veículos de informação, culminando na utilização destes estabelecimentos enquanto recintos de denúncia, e no caso da Bahia, o que alcançou durante as décadas de 1960 a 1980 a

fronete que mais se destacou nesse intuito, chamando para si o enfrentamento pessoal com o representante do autoritarismo do Estado e ainda assim permaneceu em funcionamento ainda que “entre trancos e barrancos”, foi o Jornal da Bahia, na qual nos aprofundaremos a seguir.

3.1.1 O Jornal da Bahia entre a faceta de “duas censuras”

Fico (2004), ao definir a ditadura enquanto regime composto por diversificadas frentes de batalha, destaca o fato de que a mesma contou com duas facetas ou “duas censuras”, nas quais nos apoiamos em sua definição para se referir às ações que foram acometidas à imprensa na Bahia, tendo como foco de pesquisa, o JBa. Esta parte do conceito de que

A primeira era "revolucionária", ou seja, não regulamentada por normas ostensivas. Objetivava, sobretudo, os temas políticos *stricto sensu*. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam. A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida com orgulho. Amparava-se em longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira (FICO, 2004, p. 37).

No mesmo sentido, o jornalista Paolo Marconi (1980) que reuniu mais de 300 bilhetes da ditadura para as redações de todo país, destaca

Praticamente todos os dias, agentes da Polícia Federal levavam a todas as redações de todos os órgãos de comunicação do País pequenos pedaços de papel, nos primeiros tempos timbrados e assinados por alguma autoridade, contendo explicitamente os assuntos que não deveriam ser abordados ou divulgados por não interessarem aos desígnios dos donos do poder. O policial entregava a proibição à primeira pessoa que encontrasse na redação, fazendo-a assinar, num papel a parte, um recibo comprovando ter recebido a ordem. (MARCONI, 1980, p. 46)

Fico (2004) destaca que as redações dos jornais eram alvos de diversos tipos de censura, muitas vezes severos, como foi o caso da JBa que teve seu estabelecimento invadido durante os primeiros meses de instalação do golpe civil-militar de 1964, conforme elucida Gomes (2001, p.123)

[...] A censura, de qualquer forma, prosseguia implacável, sendo exercida pela Polícia Federal, a serviço do Ministério da Justiça e

articulada com os comandos militares regionais. As proibições que eu recebia vinham datilografadas em tiras de papel sem assinatura. Os algozes cobriam-se quanto ao futuro, não pretendendo assumir, com tais expedientes, acobertados pelo anonimato, as suas responsabilidades. Além da opressão, a covardia, que, aliás, são irmãs e costumam andar juntas. A opressão só é valente nos porões.

Por meio desse relato de João Gomes, na qual é possível identificar o *modus operandi* das instâncias repressivas do poder que mantinha o autoritarismo sem diretamente “ferir” o discurso democrático e de liberdade ainda presente na constituição, ordens e ações proferidas de forma anônima ou na surdina eram mecanismos utilizados em todo o país:

De ordem superior, fica proibido divulgação através de meios de comunicação social, qualquer matéria relativa a atividade subversiva e terrorista, inclusive referência de reunião ou encontro de grupos terroristas no país ou exterior. Fica igualmente proibida divulgação matéria referente pronunciamento contra interesses nacionais, contra autoridades brasileiras e críticas aos atos e decisões do governo, feitas no exterior por brasileiros ou estrangeiros (MARCONI, 1980, s.p).

Ou de caráter mais regionalista, ou particular a uma situação:

14 - Por ordem superior, fica esta rádio através deste, proibido de transmitir qualquer notícia referente a problemas com estudantes na Bahia. Esta nota só terá permitida a divulgação, por ordem de autoridade governamental, exército, reitor ou Ministro da Educação (MARCONI, 1980, s.p).

Especificamente em relação ao Jornal da Bahia, desde a madrugada do golpe civil-militar, entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, tropas militares invadiram a sua redação, em Salvador. De acordo com o relato de João Falcão (2006), o incidente ocorreu da seguinte forma: a situação política do Brasil aliada ao passado de considerável fração da redação do Jornal da Bahia já estabeleciam o periódico e sua equipe – dentre os quais ele e João Carlos Teixeira Gomes - em delicada posição perante a ditadura civil-militar brasileira, porém o panorama se agravaria e propiciaria mais um grande episódio de repressão e resistência do JBa. Com sua habilidade política e sua proveitosa proximidade dos militares do alto escalão – com a maioria dos quais gozava de grande simpatia – Antônio Carlos Magalhães ao assumir o cargo de prefeito de Salvador em fevereiro de 1967 acirrou seus atritos mais sérios com o JBa não tardaram a começar.

Emiliano José (2006)⁵, em seu comentário que prefacia o livro “*Não deixe esta chama se apagar*” de Falcão (2006) ao caracterizar a perseguição de ACM ao JBa informa que:

A perseguição que ele moveu ao Jornal da Bahia, primeiro na condição de prefeito e depois como governador é um episódio quase que inacreditável pela violência, desfaçatez, cinismo, arrogância, prepotência, pequenez, tudo aquilo que os pequenos régulos incorporaram em suas personalidades. Entre o fim de 1968 e março de 1975, Antônio Carlos Magalhães perseguiu o Jornal da Bahia de forma implacável, não só conseguindo fechá-lo então devido à tenacidade de João Falcão da equipe de jornalistas sob o comando de João Carlos Teixeira Gomes e da união de todos os demais funcionários (p.15).

No momento “pré-golpe” o Jornal da Bahia, ao contrário de outros jornais soteropolitanos como o *Diário de Notícias* e o *A Tarde*, não contribuiu para uma maior agitação do cenário conturbado no qual se encontrava o governo João Goulart, tal fato e a presença de um núcleo de ex-membros do partido comunista nos seus quadros levariam o periódico a um primeiro embate com a ditadura e a luta pela resistência.

No final da edição de 31 de Março, já de madrugada, antes de ser impresso, o jornal foi invadido por 12 oficiais do Exército, comandados pelo capitão médico Geraldo Sodré Martins. O objetivo era impedir que a edição de 1º de abril circulasse com uma manchete favorável ao presidente João Goulart [...].

A edição do dia 1º de Abril circulou com espaços em branco, inclusive na primeira página, em consequência de censura, a primeira na Bahia após o golpe de 1964. (FALCÃO, 2006. p.65).

Para tentar contornar a tensa situação, João Falcão (2006) afirma ter utilizado de sua articulação política e entrado em contato com Lomanto Junior, que interveio com o intuito de que nada e mais grave ocorresse:

Ele imediatamente entrou em contato telefônico, em Recife, com o comandante Justino Alves Bastos, comandante do IV exército. Falou sobre o Jornal da Bahia e solicitou sua interferência. Estou convicto, quarenta anos depois que a providência foi decisiva para o futuro do Jornal da Bahia e até hoje sou grato ao ex-governador Lomanto Junior (FALCÃO, 2006. p. 66).

⁵Jornalista e autor de livros sobre a ditadura, além de professor de Comunicação da UFBA.

Na opinião de Gomes (2001), não fora por acaso que o Jornal da Bahia foi escolhido para sofrer a intervenção militar naquela madrugada, foi levado em consideração o quadro de funcionários mesmo por conta dos ex-militantes comunistas, dentre eles João Falcão:

A violência da VI Região especificamente contra o JBa., na imprensa baiana, se amparava em duas considerações: a existência de grande número de ex-militantes comunistas em nossos quadros, entre os quais o próprio diretor (todavia já empresário e banqueiro), e o apoio sistemático que dávamos às reformas de base pregadas durante o governo Jango, para tornar o Brasil um país menos dependente economicamente e socialmente mais justo (GOMES, 2001. p. 52).

Em depoimento concedido à Comissão da Verdade da Bahia, Gomes afirmou que o JBa cultivava a postura de defender as reformas que seriam realizadas pelo governo João Goulart mas não era comunista e ressalta a classe à qual pertencia João Falcão:

Qual era o papel que o Jornal da Bahia desempenhou nesse processo? Era um jornal a favor das reformas de base! Tinha um grupo de comunistas mas eles estavam controlados, já tinham passado a fase mais intensa do pensamento comunista, sabiam que o dono do jornal era um banqueiro, João Falcão era o dono do Banco da Produção, não se esqueçam disso [...] Então o jornal foi, desde o início, pessimamente visto pela comunidade militar aqui na Bahia (GOMES, depoimento, 2015).

Invadido e intimidado antes mesmo da população brasileira em geral estar ciente do golpe, o JBa teve suas instalações imediatamente tomada, ainda Na Comissão da Verdade Bahia, Nelson Cerqueira, um dos plantonistas na redação do Jornal na noite da invasão relatou que:

Naquele dia, 1º de abril, a 6ª região militar com a polícia federal distribuiu um negócio chamado salvo conduto, porque tinha toque de recolher as 18 horas, imagina você jornalista saindo de madrugada do jornal, tá frito! Então eles criaram um salvo conduto e os jornalistas - as redações de jornais - recebiam e davam ao jornalista para o jornalista ir pra casa de noite, todo mundo recebeu menos o Jornal da Bahia, o jornal da Bahia não teve direito à salvo conduto. Aí especula-se, todo mundo imagina, que foi devido àquele ato de rebeldia de não ter colocado aquele título 'A nação que se salvou a si mesmo do julgo comunista' (CERQUEIRA, depoimento, 2015).

A justificativa dada à Gomes (2001) quando se apresentou na sede do jornal era compatível com a expectativa, para os representantes militares sobre a postura adotada pelo referido jornal, ou seja, o que eles denominaram como uma espécie de panfleto comunista.

Para minha surpresa, parte dos militares já se havia retirado. Um dos remanescentes, coronel que passara a liderar o grupo, afirmando em tom áspero que o *Jornal da Bahia* era um órgão a serviço da subversão comunista. (GOMES, 2001, p.34)

Em face da insistência dos militares armados, Gomes (2001) foi obrigado a remover notícias de suas edições, tendo em vista que a tecnologia da época não permitia simplesmente trocar os caracteres do título para gerar uma manchete que agradasse aos representantes do exército:

Diante da sua inflexibilidade, a solução foi raspar as notícias vetadas nas próprias "telhas" (semicírculos de chumbo com as matérias já compostas, agregados às rotativas) e deixar o jornal circular com imensos claros, que denunciavam a ação da censura (GOMES, 2001, p.34).

A supracitada manchete a qual se referia Nelson Cerqueira foi uma dentre as removidas à força pelos militares. Este afirma ainda que ser jornalista no JBa envolvia grande risco, e que, apesar dos mecanismos criados para burlar a fiscalização, ninguém queria ser plantonista do jornal naqueles tempos:

Na época a gente, o jornal da Bahia, criou um mecanismo de pegar a caminhonete de entregar o jornal e levava as pessoas em casa, então a gente ia na caminhonete do jornal, a gente ia de caminhonete pra casa, mas não havia segurança, não havia segurança porque o carro não tinha salvo conduto e nem os jornalistas lá dentro tinham salvo-conduto. Eu me lembro que nesse período era uma dificuldade pra ser plantonista, ninguém queria ser plantonista (CERQUEIRA, depoimento, 2015).

3.1.2 Gomes e Falcão: memórias em confluência e conflitivas

O Jornal da Bahia, ganhou notoriedade e se afirmou como um jornal combativo à ditadura. Cresceu com campanhas que podem ser tidas como arrojadas, pois o jornal, com apenas dois anos de existência, lançou campanha que empenhava o jornal por dez anos de assinatura e, sobreviveu, até mesmo diante de grandes concorrentes como *A Tarde*, o *Diário de Notícias*, o *Estado da Bahia* e o

Imparcial. Contudo, essa “memória comum de um veículo” uníssono e combativo será desvelada quando observarmos a memória registrada acerca das suas trajetórias, confluências e divergências sociais, políticas e de classe dentro do jornal.

Gomes (2001), ao denunciar a postura de ACM e seu posicionamento autoritário, relata que a sua indicação a prefeito pelo governador Lomanto Júnior que era da legenda do PTB, mesmo partido de Jango, seguiu as determinações das instâncias maiores do poder para além das discordâncias que este mantinha com ele:

No meio de suas aflições, Lomanto Junior conseguiu, afinal, manter-se no governo baiano, à custa de todas as concessões - inclusive a de ter sido obrigado a aceitar a nomeação de Antonio Carlos Magalhães para a prefeitura, como mandatário da ditadura, iniciando assim a escalada que o levaria ao domínio absoluto, em longa trajetória, da vida política da Bahia. (GOMES, 2001, p. 60).

Por outro lado, figuras proeminentes do cenário baiano foram agraciadas por apoiar o governo ditatorial na tomada de poder, conforme esclarece Dias (2016, p.48)

Dentro do esquema udenista baiano montado para a desestabilização do governo João Goulart e a conspiração contra a democracia se destacam Juracy Magalhães e Luiz Viana Filho. Após o golpe, ambos foram prestigiados com cargos na embaixada nos Estados Unidos e no gabinete civil, respectivamente.

Apesar das visões comuns que Falcão e Gomes compartilhavam acerca da conjuntura nacional e baiana, esse último como redator-chefe do Jornal, deixa claramente registrado, a sua posição de trabalhador:

Eu não era o dono do Jornal da Bahia, apenas seu redator-chefe e editorialista. Criado no JBa., tinha o respeito dos meus colegas e do diretor, que conheciam a minha seriedade moral e profissional, e me haviam prestigiado naquele episódio. Falcão, contudo, era basicamente um empresário, um homem de negócios múltiplos, que incluíam a administração, entre outras coisas, de um banco e de uma imobiliária. Dizia-se também, à boca pequena, que o seu grande sonho era o de chegar um dia à prefeitura. Em suma, ele não escapava da conhecida tradição dos donos de empresas jornalísticas em nosso país, de se utilizarem dos seus veículos para obter prestígio e favorecer empreendimentos paralelos. Por certo, não vacilaria em sacrificar-me para proteger seus interesses, quando isso lhe parecesse necessário. Não só eu não estava empenhado em colocar a minha cabeça a prêmio (GOMES, 2001. p. 78-79).

Falcão (2006) por sua vez, se refere a Gomes como um entre os outros da equipe do jornal e destaca seu redator-chefe, lembrando que quando o mesmo foi atingido pela Lei de Segurança Nacional, relata que às vésperas do julgamento do processo contra Gomes, ele (Falcão) foi chamado ao Comando da Aeronáutica para oferecer informações sobre o Jornal. E o mesmo perguntou se o Jornal iria aguentar a pressão exercida por ACM até o final do mandato. Ele teria respondido que sim e que esperava um julgamento favorável a Gomes. A consequência dessa visita propiciou que no dia seguinte esta defesa estivesse assegurada.

Por sua vez, Gomes (2001) ressalta que certa vez o Jornal da Bahia foi acionado por Antônio Carlos Magalhães com base na Lei de Segurança Nacional, o escolhido para responder a ação foi ele e não o diretor e proprietário do Jornal, João Falcão:

Nessas ocasiões, eu me recordava do fato de que ele jamais fora intimado a comparecer ao quartel da VI Região Militar para ouvir as vociferações e ameaças de coronéis e generais contra o *Jornal da Bahia*, tarefa que, não sei por que cargas d' água, recaía sobre os meus ombros [...] Há um aspecto nesta intrincada questão que até hoje me parece obscuro ou mesmo inexplicável. Por que foi processado o redator-chefe, e não o diretor do jornal, que era o seu proprietário? Jamais possuí sequer uma ação do *jornal da Bahia*, mas fui escolhido para enfrentar um complexo e rigoroso processo; (GOMES, 2001, p. 163; 169-170).

Este desabafo de Gomes, reflete o fato de que mesmo pese o fato de que o livro de João Falcão tenha sido lançado cerca de cinco anos depois do seu, tais questões de classes ou motivos para qual foi ele (Gomes) sempre o que enfrentou a face mais dura do regime ditatorial em nome do jornal do qual não era dono nunca foram levantadas, analisadas ou respondidas por Falcão.

Mesmo com relação ao início dos conflitos com Antônio Carlos Magalhães, há uma certa divergência entre eles. Falcão (2006) afirma que assumira o cargo de Secretário da Indústria e Comércio no Governo de Luiz Viana Filho, em consideração a este, e assim, convivera com ACM. Por conseguinte, o Jornal da Bahia fazia uma cobertura favorável à boa administração do pleito ACM. Já, o seu redator-chefe, João Carlos Teixeira Gomes, fora convidado a assumir a Superintendência de Turismo de Salvador – SUTURSA, mas, quando o Jornal começou a fazer as críticas que considerou pertinente a administração de seu

prefeito, entre outros fatos, o mesmo passou a posição de ofensiva ao Jornal. ACM teve sua gestão como prefeito duramente criticada com a manchete, conforme podemos verificar a seguir: 'Chuva de um dia destrói a obra do 'prefeito do século' e em seguida, Gomes pede demissão da então SUTURSA (FALCAO, 2006) a contragosto do prefeito. Estavam dadas essas e outras condições para a revanche política na Bahia, articulada com as ideias de subversão comunista.

Ao fazer outra leitura quando recompõe esse tempo passado de nossa história, Gomes (2001) afirma que não teria sido propriamente esse o rompimento gerado entre ACM e o Jornal da Bahia e sim que:

O rompimento acabou acontecendo, de público, durante importante convenção do partido, realizada em novembro e tumultuada pelos expedientes usados pelo então prefeito para controlar a Executiva estadual e limpar o caminho rumo ao Aclamação. O jornal da Bahia editava, naquela época, uma coluna muito influente, denominada "Política Dia a Dia", sob a responsabilidade do jornalista Newton Sobral, que tinha a obrigação profissional de comentar para os leitores o que se passava nos bastidores da sucessão, não, obviamente, dentro da ótica que interessava aos donos da Arena ou ao prefeito. Este, após o golpe, assumira a direção do partido. Limitou-se Sobral a escrever um curto comentário, sob o título de "Ambição de ACM gerou cisão", nem sequer a primeira nota da coluna. Estopim de um ressentimento que se projetaria por anos sucessivos, constituindo, pois, um documento histórico na deflagração da longa briga entre Antonio Carlos e o jornal da Bahia (p. 62)

O prefeito ACM solicitou direito de resposta e o jornal concedeu. A carta transcrita e apresentada por Falcão (2006), apresenta informações de que João Carlos Gomes fora chamado de subversivo, descumpridor de suas funções na SUTURSA, e os membros do jornal intitulados de comunistas (p.92).

Esse fato ocorreu em meados de 1969, e sob a publicação do AI-5 e após a publicação da lei de imprensa de 1967. Falcão (2006) ressaltou que ACM pareceu não perceber a pesada mão do estado militar e que o mesmo não gozava de plena noção da gravidade de suas palavras e atos. Já Gomes (2001) não compartilhava de todo dessa opinião:

Na verdade, nem tão pueris assim, porque era nítida demais a intenção do prefeito de atirar contra nós o faro dos órgãos de segurança da ditadura, pois éramos claramente acusados de "subversivos" e "comunistas", palavras que costumavam gerar pânico em tempos de AI-5 (GOMES, 2001, p. 85).

Mesmo sob tal risco, segundo Falcão (2006) eles responderam a ACM, embora o mesmo não tivesse contestado.

No ano de 1970 em visita de tom mais amistoso à redação do Jornal da Bahia, apesar de não ter sido agendado, o prefeito encontrou-se com Falcão (2006) e anunciou que aquela era uma “Missão de paz” e nas entrelinhas anunciou ser o candidato ao governo do Estado da Bahia. Ao pedir apoio ao proprietário do JBa., ACM teria escutado uma negativa.

Ao tomar posse como novo governador baiano em 1971, ACM, após vencer eleição indireta, é que teria ocorrido essa visita ao JBa, segundo relato de Gomes (2001), contrariando a informação de Falcão de que esta tenha se dado antes dele se tornar governador.

Na medida em que crescia o poder de Antônio Carlos como um dos políticos mais poderosos e confiáveis do governo ditatorial, este passou a dispor de amplos poderes para intimidar e/ou atacar seus adversários políticos ou na mídia baiana de forma truculenta e extremamente autoritária.

No jornal *Diário de Notícias*, jornal da situação, Antônio Carlos Magalhães, anunciara que:

A primeira preocupação do governador Antonio Carlos Magalhães quando passa em revista o noticiário dos jornais baianos é observar a publicidade carreada para outro matutino que tem manifestado arroubos emocionais de oposição ao seu governo. Ele quer saber se entre os seus amigos existe alguém que prefira fazer suas mensagens comerciais em um órgão que lhe faz oposição episódica e circunstancial, marcada sempre por uma hostilidade pessoal e gratuita, porque impulsionada por interesses que não são os do bem comum. Essas hostilidades podem confundir os desinformados, mas não amedrontam o governo. O que o governador não entende é que pessoas de suas relações de amizade fiquem a auxiliar, direta ou indiretamente, àqueles que lhe fazem oposição por caprichos pessoais. Pelo seu próprio temperamento, ele é homem que gosta de definições e quem prefere ficar com o inimigo que não procure ficar com o governo. (FALCÃO apud Diário de Notícias, 09/05/1971, sp)

Gomes (2001) interpretou de tal forma a nota emitida e direcionada ao Jornal da Bahia e aos seus parceiros comerciais que lhe dedicou uma resposta:

Os "amigos do governador" que não mais deveriam anunciar no jornal eram, claro está, os comerciantes, banqueiros, industriais, empresários, enfim, que precisavam divulgar suas mensagens comerciais, além das agências de publicidade, que não poderiam mais trabalhar para o Estado se programassem o nosso veículo, pois

a coluna "Painel" definira, enfim, publicamente, o *jornal da Bahia* como "um inimigo" (GOMES, 2001, p.110).

Ao tratar dessa arena midiática, em termos mercadológicos, o fim ou a severa diminuição da receita com publicidade do Jornal da Bahia, seja ela pública ou de origem privada, representaria ou a perda de força do periódico ou até mesmo o seu fim, pois restariam mormente os valores advindos da venda de jornais, seja ela por assinaturas ou não. O processo de intimidação dos parceiros comerciais do jornal, sejam estes anunciantes ou agências de publicidade inviabilizariam ou dificultavam em demasia a venda de espaços comerciais, pois o poderio econômico do estado é de inteiro interesse do capital privado.

Desse modo a reação de Falcão para Gomes (2001) àquela ameaça foi a de adotar uma "posição cautelosa":

Respondeu-me que já a havia lido, ficara igualmente indignado, mas surpreendeu-me ao observar que, como a reação de Antonio Carlos se manifestara apenas por pessoa interposta e oficialmente desautorizada, preferia esperar mais alguns dias, na expectativa de que houvesse um desmentido. [...] Percebi que Falcão queria afastar a possibilidade de novo confronto. (GOMES, 2001. p. 111).

Por conta deste episódio, o intelectual assim interpreta a posição de Falcão, à época:

A nota de "Painel" confirmava o que tenho deixado claro neste livro: a oposição que Falcão queria desenvolver era "episódica e circunstancial", enquanto eu, pelos fatos já expostos, desejava ardentemente uma oposição franca e aberta. Não era possível enfrentar adversário tão implacável com comedimento e hesitações (GOMES, 2001. p. 110).

No dia 16 de maio de 1971 o Jornal da Bahia se manifestou por meio do editorial "O Governador e a liberdade de imprensa" onde Falcão (2006) afirmou que contou a história desde o princípio e o jornal asseverou que:

Nunca, ao que sabíamos, um homem público, ocupando cargo de tamanha relevância, teve a audácia de manifestar assim publicamente o conceito que tem de imprensa, da qual só admite apoio, adesão, elogios e, quando muito, o silêncio, pois do contrário partirá para asfixiá-la e esmagá-la. (FALCÃO, 2006, p.105).

Como consequência da política intimidatória do então governador da Bahia, o resultado mostrou-se catastrófico para as finanças do JBa, que entrou em severo modo de contenção de gastos:

A verdade é que a essa altura, a campanha do governador Antônio Carlos começava a abalar fortemente a vida do jornal e ameaçava ao corpo de funcionários que nele trabalhava, muitos dos quais foram dispensados como medida de contenção de despesas, com a agravante de que sabidamente o mercado de trabalho para gráficos e jornalistas era escasso em Salvador (FALCÃO, 2006, p.109).

Com as demissões se tornando rotina neste jornal, que viu seu quadro de funcionários reduzir de 400 para 181 de forma aligeirada, como aponta Falcão (2006), a pressão crescia sobre os ombros dos responsáveis pela empresa e qualquer erro de conduta poderia ser fatal. Para Gomes (2001), essa realidade permitiu que uma série de chantagens aumentassem nos bastidores do JBa.:

Diante da hipótese de vir a ser responsável pelo desemprego de grande número de jornalistas, caso conseguisse realmente esmagar o JBa., começou a espalhar que o governo teria condições de aproveitá-los em órgãos como assessorias de imprensa, Empresa Gráfica da Bahia (então a Imprensa Oficial), como se fosse o árbitro dos interesses profissionais de cada um deles.

Para Falcão (2006) houve uma tentativa de intimidação dos sócios do jornal, para que vendessem sua parte do periódico e dessem o controle acionário a “laranjas” que representariam ACM, na qual é Gomes (2001) quem explica a estratégia do então governador da Bahia:

Era infinita a imaginação de Antonio Carlos Magalhães na busca de expedientes para nos silenciar. Como não conseguira fazê-lo por meio das pressões contra anunciantes, concebeu e executou um dos processos mais surpreendentes na tentativa de submeter o jornal: queria obter-lhe o controle acionário. Sabíamos que a direção estava extremamente preocupada, pois Antonio Carlos aliciava um poderoso grupo acionário, sobre ele jogando todo o peso e prestígio do governo. [...] O grupo que o governador pretendia manipular chegou a reunir mais de 40 por cento das ações ordinárias, justamente numa época em que a direção do JBa. estava empenhada no aumento de capital da empresa para enfrentar investimentos de modernização do parque gráfico [...] incentivou pessoas a ele ligadas (ou que tinham interesses junto à administração) a adquirir as ações do jornal. A corrida pelo controle acionário constituiu um capítulo dramático na sucessão dos fatos ligados à sobrevivência da linha de combate então adotada pelo JBa (GOMES, 2001, p. 124).

Os efeitos, de acordo com o referido interlocutor, seriam nefastos para o Jornal em termos da posição crítica que sempre adotara:

Obtido o controle das ações, logo, obviamente, o jornal mudaria de orientação. Todo o esforço despendido seria lançado por terra. O mesmo veículo de opinião que o combatia com tanta tenacidade passaria, sem dúvida, a apoiá-lo (GOMES, 2001 p. 124).

Ele ainda considera que esta ofensiva contra o Jornal da Bahia só não obteve êxito porque parte dos seus acionistas era formada por pessoas alinhadas ideologicamente ao perfil do periódico e não permitiram a cessão do controle reacionário pelos representantes de ACM:

Prestigiado por um grupo de pessoas solidárias e de acionistas identificados com a conduta ideológica do matutino, João Falcão conseguiu preservar-lhe o controle acionário encerrando-se, assim, mais um capítulo dessa história cheia de lances imprevistos. (GOMES, 2001 p. 126)

Outras formas de aumentar a asfixia ao jornal, segundo Falcão (2006), consistiam na prática de ACM negociar a sua aparição em eventos e inaugurações de empresas com a condição de não serem convidados jornalistas ou demais representantes do Jornal da Bahia. Gomes (2001) reiterando essa afirmação aponta como entre outras estratégias que:

O governador apertava o cerco gradual e implacavelmente, na expectativa de que pudesse, sem demora, levar o jornal à ruína. Subestimou a nossa capacidade de resistência e disposição para o combate, imaginando que assumiríamos a conduta que se generalizava em todos os setores, segundo a qual "melhor seria ficar amigo desse homem do que lutar contra ele" - o lema, em suma, da pusilanimidade dos conformistas (GOMES, 2001, p.120).

A Associação Brasileira de Imprensa – ABI denunciara as tentativas de intimidação e suas campanhas, aos parceiros comerciais do Jornal. Outras iniciativas também ocorreram na mesma direção como a de Ponce de León, do Jornal da Tarde contra o despotismo de ACM.

As atitudes do governador contra o jornal da tarde continuaram em menor medida, mas a matéria do dia 17 de julho de 1972, intitulada “Governador favorece firma da qual ele próprio é acionista”, que informava os benefícios que Antonio Carlos Magalhães havia concedido à empresa Magnesita S/A, reascendeu as

desavenças. No dia seguinte o *Diário de Notícias* publicou que ACM havia pedido ao Procurador Militar e ao Auditor de guerra a abertura de inquérito com base na Lei de Segurança Nacional por motivos de “ofensas à sua honra e dignidade veiculadas por um matutino local” (FALCÃO, 2006, p. 143). A Polícia Federal reuniu então, diversos meios de comunicação para informar aos seus diretores que não seria publicado nada sobre a empresa Magnesita, nem mesmo em forma de solidariedade ao governador da Bahia.

No dia 1º de agosto de 1972, após grande expectativa por detalhes, chegou a notícia de que a denúncia do governador fora aceita. Houve um momento de notória solidariedade, mesmo em meio ao processo ditatorial:

Vários órgãos da imprensa, especialmente os jornais do sul, divulgaram documento assinado por mais de 80 jornalistas, de solidariedade ao redator-chefe do Jornal da Bahia e “em repúdio à pretensão do governador do estado em tentar condenar um jornalista por exercer seu legítimo direito de crítica” (FALCÃO, 2006 p. 145).

A denúncia feita contra João Carlos Teixeira Gomes por ir contra a dignidade do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, em meio à supracitada matéria sobre os benefícios ilegais à empresa Magnesita SA, o JBa, a contragosto de Gomes e por opção de Falcão, resolvera publicar a declaração de bens de ACM. Este detalhe teria revoltado o mandatário baiano e permitido o enquadramento de algum responsável do jornal na Lei de Segurança Nacional, ACM escolheu o redator-chefe, deixando de lado a possibilidade de processar o empresário João Falcão:

Por ironia, como soube depois, foi sobretudo tal detalhe que levou o governador ao desespero e à decisão de enquadrar-me na Lei de Segurança Nacional. Numa época em que os militares apregoavam o combate à corrupção, o que Antonio Carlos mais temia era ser acusado de improbidade (GOMES, 2001, p.169)

Gomes (2001) declara que em momento nenhum foi tecido por João Falcão nenhum comentário sobre a decisão de enquadrar o redator-chefe na Lei de Segurança Nacional por uma matéria que este não havia assinado e não negava o medo e a intranquilidade pela qual passava no aguardo do julgamento, seu processo poderia servir para amedrontar todo um agrupamento, talvez com uma exemplar punição:

Não posso omitir que tão brutal ameaça me deixava extremamente intranquilo. Passou a crescer em meu íntimo a suspeita - que com a

proximidade do julgamento pela Justiça Militar ia se transformando em certeza – de que aquele processo seria usado pelo governo federal para punir, na minha pessoa, jornalistas com veleidades de oposição em tempos tão duros (GOMES, 2001, p.170).

No dia do seu julgamento, o advogado Heleno Fragoso que lhe acompanhava não acreditava ter nenhuma chance de absolvição na Bahia e pretendia transferir o julgamento para a cidade do Rio de Janeiro,

Atrás de mim postaram-se minha mulher Iracy, vários colegas e, um pouco à esquerda, o diretor Falcão, que, em companhia de outros membros da direção do JBa. e do vereador Casais, a tudo observava, atentamente. Havia um silêncio desses que chamam de "sepulcral" quando a sessão se iniciou, tendo sido permitida a presença de repórteres e fotógrafos. A ditadura queria publicidade na intimidação (GOMES, 2001, p.193).

Após manifestação da defesa veio à sentença:

Quase seis horas já se haviam passado nos desdobramentos processuais, quando, afinal, saiu o resultado, para espanto geral do auditório e uma grande explosão de alegria: um a um, os oficiais da Aeronáutica, respondendo à indagação aberta do auditor e num clima de irreprimível emoção, foram concordando com a incompetência da Justiça Militar para aquele feito: se o governador sentia-se ofendido, que procurasse a Justiça Comum. A tese da defesa fora aceita por todos os juizes militares - que respondiam sem a menor vacilação! (GOMES, 2001, p.201-202).

O resultado parecia inacreditável para Gomes (2001), vencer ACM dentro da própria estrutura do poder militar:

Produziu-se um resultado considerado fantástico: eu derrotara Antonio Carlos Magalhães pela histórica goleada de 4 a 1. Pela primeira vez a prepotência na Bahia fora vencida não só como força política devastadora, mas junto às próprias fontes que a sustentavam, ou seja, os guardiães e patrocinadores do regime ditatorial. Era inacreditável (GOMES, 2001, p.202).

Contudo, segundo Falcão (2006) outros meios de intimidação utilizados contra o Jornal da Bahia, até mesmo contra a sua pessoa já havia ocorrido:

Na primeira hora da madrugada do dia 12 de janeiro de 1973, sofri um misterioso atentado. Ao sair de um edifício na principal avenida da cidade, a avenida Sete de Setembro, onde estava em visita ao publicitário Epaminondas Costa Lima que me acompanhara até o carro, jogaram contra mim, de um Volkswagen, um petardo de alto poder explosivo. Como o auto passou em velocidade, o alvo não foi

atingido, tendo a bomba explodido a poucos metros de distância. (FALCÃO, 2006, pág. 154)

No seu 16º aniversário o JBa., escancarou ainda mais o seu perfil de resistência ao governo de Antônio Carlos Magalhães, a partir daquela data o periódico passou a estampar uma contagem regressiva de dias para o fim da gestão carlista a frente do governo do Estado da Bahia, tal sugestão teria sido feita por um general de nome Humberto Mello:

O Jornal da Bahia anunciou que a partir do 16º aniversário iria iniciar uma contagem regressiva até o final do governo de ACM, publicando um selo na Coluna Bola na Rede, assinada por Santelmo, pseudônimo do jornalista Newton Calmon, com a expressão: Contagem regressiva: Faltam x dias para o fim do governo (FALCÃO, 2006, p. 170)

No dia 16 de março de 1975, último dia de governo de Antônio Carlos Magalhães naquele mandato, o jornal da Bahia lançou em sua capa a seguinte matéria: “Quatro anos de resistência do Jornal da Bahia”. Na outra metade da folha estavam as labaredas que viraram símbolo da campanha com os dizeres: “E esta chama não se apagou”.

Em 1980 João Falcão (2006) decidiu-se por vender o JBa., alegando em seu livro “*stress* insuportável”, e “conselhos médicos” além do “regime ditatorial que parecia não ter fim” (p. 186). Do outro lado, Gomes (2001) passou a ouvir rumores sobre a venda nos quais alega que não acreditava e repelia tal ideia, pois se davam conta de que o Jornal da Bahia, após tanta luta, seria vendido ao seu mais notório inimigo, Antônio Carlos Magalhães (p.278).

No entanto, Falcão (2006) informa que o comerciante Armando Gomes teria adquirido o jornal em nome de um grupo e que soube que esse grupo era de ACM somente quando o mesmo declarou publicamente ter comprado o JBa. Afirma ainda ter dito que não entregaria o jornal para Antônio Carlos Magalhães mesmo sob ordem judicial (p.187). Diante dessa situação Gomes (2001) revela grande ressentimento pelos rumos tomados pelo jornal em face de sua história:

A divulgação desses fatos criou na redação do jornal e em todos os círculos formadores de opinião na Bahia uma comoção sem limites, gerando-se uma reação pendular, que oscilava entre a indignação pura e simples e a mais absoluta incredulidade. Quase ninguém ousava imaginar que o heróico JBa. da resistência, que mobilizou a participação de todos os baianos com o belo slogan "Não deixe esta

chama se apagar" e recebeu em troca uma adesão generalizada, estava sendo vendido pelo seu próprio dono ao seu mais temível (e certamente único) adversário. Seria uma punhalada inominável no coração da Bahia, um ato traiçoeiro e tão danoso que chegaria a afetar a incandescente imagem do jornal, que só fizera crescer no tempo das trevas. (GOMES, 2001, p.283)

O autor acima citado, enxergava algumas certezas para si e asseverou que “de uma coisa estava certo: aqueles fatos colocariam o jornal nas mãos do seu carrasco e encerrariam a minha carreira jornalística” (GOMES, 2001, p.288). Ao ser informado por João Falcão do que ocorria, Gomes pediu seu desligamento definitivo do jornal– este já houvera acertado, porém não ocorrera na prática até então – mas afirma que um pedido emocionado de Falcão o fez permanecer para que o negócio não fosse desfeito (p.290). Após esse momento:

Imediatamente, porém, raciocinei que o mais importante de tudo, na sequência daqueles fatos incríveis, era evitar que o jornal fosse parar nas mãos de Antonio Carlos Magalhães. Esta a tragédia que era preciso inviabilizar. E engolfado nesse propósito, respondi que concordava em permanecer na chefia da redação contanto que fosse logo proposta na Justiça a anulação da venda e eu viesse a ser informado detalhadamente de todas as etapas da nova batalha (GOMES, 2001, p. 290).

Através de seus advogados o Jornal da Bahia comunicou ao representante que havia assinado o contrato de compra e venda que o negócio era nulo:

Prezado Senhor: Tendo os acionistas fundadores da Editora Jornal da Bahia S/ A e da S/ A Gráficas Reunidas exercido, regular e oportunamente, na venda das ações, o direito de preferência que lhes asseguram, respectivamente, o art. 72 e seus parágrafos, e o art. 6º e seus parágrafos, dos Estatutos Sociais, cumpro-me informar-lhe que em consequência o contrato que celebramos em 31 de agosto pp. perdeu sua eficácia. Atenciosamente, João da Costa Falcão. (GOMES, 2001, p.291)

Após este ocorrido e com a desistência do preposto de ACM da ação que moveria a fim de fazer ter validade o contrato de compra e venda avençado entre as partes, João Carlos Teixeira Gomes, se sentindo traído por uma suposta articulação para tirá-lo do cargo e promover outro redator-chefe, entregou uma carta na qual pedia seu desligamento oficial do Jornal da Bahia, após 19 anos.

Enquanto esses fatos aconteciam e eu os acompanhava atentamente do meu posto de redator-chefe, no qual continuara

apenas para atender ao dramático pedido de João Falcão, este preparava na surdina o revide às minhas posições de independência e, sobretudo, à atitude clara e franca que assumi no episódio da venda: descumprindo o nosso acordo, preparava a minha substituição de modo a dar-lhe a coloração de uma queda e praticava atos que logo interpretei como dúbios e hostis, tendo decidido então afastar-me do jornal por um período breve de licença, a partir do qual pudesse analisar, sem emocionalismo, tudo o que estava acontecendo em minha volta, para tomar a decisão final. (GOMES, 2001, p. 296-297)

Em 14 de outubro de 1981 o Jornal da Bahia foi vendido para seus novos proprietários e circulou até o ano de 1994. Depois de mais de cinquenta anos, o impacto político de memórias biográficas de experiências vividas durante a ditadura civil-militar no Brasil, podem revelar as singularidades, os conflitos e contradições que permearam a história, por meio da memória dos processos políticos que se desenvolveram em âmbito local, regional em articulações nacional. Particularmente nesse capítulo, tomamos emprestado a interessante problemática que introduz as confrontações de memórias de dois protagonistas do Jornal da Bahia, visando apresentar elementos de compreensão do processo ditatorial na Bahia.

Como podemos observar a memória escrita ou narrada de ambos, já a partir dos anos dois mil nem sempre é confluyente e que há, visivelmente, uma memória reconstruída de um período político que parece só vir à tona e ser manifestamente declarado depois de um intervalo de tempo durante a qual se leva a cabo um conjunto de distanciamentos, avaliações como anuncia Halbwachs (2006) uma memória reconstruída certamente não tal do ocorrido, mas de acordo com as observações, visões acumuladas a partir do presente acerca do passado.

Ambos recorrem à memória e a conceitos que tendem a legitimar-se e fazer-se evidenciar o impacto da ditadura à suas realidades, considerando que seu representante mais direto, para eles seria o próprio ACM, mas também revelam aproximadamente vinte anos depois do período em que o regime autoritário assume características locais e complementares, numa interação na qual estão presentes memórias de práticas políticas e valores contraditórios e confluentes. Portanto, pensar em memória coletiva de um jornalista, uma instituição, não pode ser separada da intrincada rede de relações que as movimentam, não pode apenas ser pensada em seus consensos e coerção, tal como afirma Magalhães e Mascarenhas (2009).

Há de se traçar algumas considerações sobre as informações disponibilizadas mormente por João Falcão e João Carlos Teixeira Gomes. Falcão cala em seu relato pontos destacados por Gomes como importantes no relacionamento profissionais entre ambos. Não menciona, ao contrário de Gomes em nenhum dos episódios referentes, atritos ocorridos entre eles e também não cita a traumática – ao menos para uma das partes – saída de Gomes do Jornal da Bahia após praticamente duas décadas de serviços prestados, sendo 13 deles como redator-chefe do jornal. Por outro lado, Gomes se apresenta como traído por situações que teriam ocorrido sem a sua ciência ou consentimento.

Observando por outro prisma, Gomes afirma, em trecho supracitado, que a oposição de João Falcão a ACM seria algo meramente episódico. Em outros momentos cita que a preocupação de Falcão seria somente mercadológica. Porém, é bastante custoso crer que algum empresário inegavelmente rico iria arriscar-se fisicamente, moralmente, financeiramente ou colocar em risco a segurança dos próprios entes se não quisesse fazer uma oposição compromissada ao governador do estado. Salvo alguns momentos de hesitação, não faltaram oportunidades nas quais Falcão poderia tão somente declinar de sua luta e escolher o conveniente caminho de não ser opositor de Antônio Carlos Magalhães ou até colher as benesses de se aliar ao então governador.

Ao mesmo passo em que se vê o alinhamento de João Falcão e de João Gomes em virtude da luta contra a repressão da ditadura e do Carlismo, é possível verificar também que em dados momentos a opinião do proprietário do jornal se fazia mais aceita. É aferível através dos depoimentos contidos nos livros de Gomes que o mesmo procurava o recrudescimento da batalha contra os opressores do JBa., Mas, nem sempre respaldo na postura de Falcão.

Faz-se necessário também destacar trecho da obra de Gomes (2001) onde lista o vasto repertório de estratégias que Antônio Carlos utilizou para intimidar, não somente o Jornal da Bahia e seus membros mas também aos seus demais adversários:

Perseguições aos anunciantes, uso indevido da publicidade governamental, ofensas verbais e retaliações políticas dirigidas contra desafetos, sistemático arrocho fiscal, amordaçamento dos meios de comunicação, terror implantado entre os funcionários, ameaçados de remoções ou transferências, desrespeito ao Legislativo e coação sobre o Judiciário, aliciamento de artistas e tentativa de controle da consciência pública, gastos exagerados com

publicidade autopromocional, emprego de leis de exceção, tentativa de levar jornalista à cadeia numa época de torturas disseminadas e incontroláveis, conflitos permanentes, alastramento de um clima de insegurança política, discriminação genérica contra adversários - tudo isso compunha um quadro que não pode ser esquecido em plano nacional (GOMES, 2001).

Isto demonstra que além de enfrentar as diversas dificuldades originadas da diferenciação imposta pelo governo após o golpe civil-militar, o Jornal da Bahia e seus membros viram a ascensão e o apogeu de um civil que, munido de todo aparato estatal e de uma larga tolerância dos militares para seus atos, lançou mão de inúmeros recursos para conseguir um forçado silenciamento da oposição que resistia à sua opressão e aos seus diversos ataques.

Após a análise feita a partir dos relatos apresentados por Falcão e Gomes e sua luta contra a hegemonia carlista no período ditatorial, na seção seguinte discorreremos acerca do papel do intelectual para a transformação e enfrentamento de uma realidade hegemônica, neste caso, repressora, bem como a memória que emerge a partir desse tão complexo processo.

4 ENTRE A CENSURA E A RESISTÊNCIA: MEMÓRIA, HEGEMONIA E INTELLECTUALIDADE NO JORNAL DA BAHIA

A experiência ditatorial no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980 e sua forma de apropriação no campo jurídico que conforme tratamos no primeiro capítulo, marcou uma legalidade autoritária que partiu da suspensão parcial da Constituição vigente (1946), para posterior implantação de uma nova (1967), apesar de ter alterado e acrescentado vários itens, com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, manteve a essência do discurso democrático sob a justificativa de que as medidas tomadas eram para a defesa da liberdade e democracia no país que estaria sob “ameaça” comunista e de interesses que visariam à ruína da nação. Imbuídos deste pretexto, uma série de atrocidades e violência física e simbólica marcaram os anos do regime ditatorial que muitas vezes se valeu da perseguição anônima oficial a fim de não responder legalmente a constituição autoritária travestida de democracia, sendo que na prática as invasões, torturas, desaparecimentos, mortes, prisões em larga escala estavam sob a condução dos órgãos das Forças Armadas e adentrando os mais diversos espaços e setores, dentre eles a imprensa, representante ideológica de condução de massa.

A partir desta compreensão, focamos na Bahia, e na atuação de dois jornalistas João Falcão e João Teixeira Gomes, que mediante cenário de perseguição e censura (na qual inúmeros jornais do estado haviam sido fechados com mecanismos de violência tais como incêndios e depredação e seus membros perseguidos) conseguiram driblar essa realidade mantendo a sobrevivência do Jornal da Bahia, mesmo sendo acusados de comunistas e de subversivos por conta do vínculo de Falcão com o PCB e da simpatia de Gomes pelos ideais esquerdistas e também por ambos serem inimigos do regime autoritário imposto.

Consideramos também a presença, em ambas as trajetórias se depararam com o representante da ditadura na Bahia, esta estava personificada na figura de Antônio Carlos Magalhães, presidente da ARENA baiana e seguidor da vertente mais “dura” e conservadora dos grupos que conduziram o país naquele momento. Neste estado ACM era o “mandachuva” com características “coronelistas”, utilizando de diversos mecanismos tais como a imprensa a fim de legitimar-se enquanto figura despótica e por meio do processo midiático impor o sistema carlista enquanto forma de manutenção de poder.

Feita esta trajetória o público e o privado nas relações entre Falcão, Gomes e ACM, se amalgamaram, conforme apresentamos no capítulo anterior, o que nos leva a considerar e defender que se opor aos desmandos e ao governo conduzido por ACM era o mesmo que lutar contra a ditadura que havia se instalado no país. Os trechos dos relatos extraídos das memórias dos dois intelectuais que analisamos demonstram claramente essa percepção e se configuram como fontes importantes para a recomposição e discussão histórica do período em foco na Bahia por meio do arcabouço teórico da memória que permite inclusive que analisemos as peculiaridades e distinções nas duas trajetórias, considerando que se houve uma memória comum acerca do regime ditatorial e da resistência que travaram contra a sua realidade. Porém, cabe pontuar que através dos relatos de Falcão e Gomes, temos a percepção de que houve também posturas e interesses distintos por parte da atuação desses dois interlocutores configurando assim a existência de memórias conflitivas ainda que partindo de uma memória comum coletiva.

A aproximação com conceitos faz-se então necessária para compreendermos melhor o enredo e o presente capítulo, este adentrará em uma abordagem que traz a discussão sobre a memória dentro da perspectiva *halbwachiana* e *a posteriori*, perpassaremos pelos conceitos de intelectual e de hegemonia, ambos cunhados por Gramsci (2001), a fim de situarmos os dois intelectuais escolhidos para a pesquisa, bem como a representação que o Jornal da Bahia tem como expressão de resistência em um período tão controverso e conturbado de nossa história, e dentro de um quadro de um Jornalismo dominante apoiador do Golpe.

Partindo de tais elementos conceituais e familiarizados com os mesmos, adentraremos a discussão guiada mormente por estas categorias tomando como análise as revelações dos nossos protagonistas em “Memórias das Trevas” (2001) , “Brava travessia” (2016) “Não deixe esta chama se apagar” (2006) de João Carlos Teixeira Gomes e João Falcão. Depois, recorreremos às notícias expressas pelo Jornal da Bahia no pré-golpe e no pós-golpe de 1964 e também, para efeito de contraponto editorial, ao jornal *Diário de Notícias*, pertencente ao grupo *Diários Associados*, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand, este empresário era manifestamente favorável e atuante na luta que levou o bloco civil-militar ao poder em 1964, bem como apoiador da atuação de ACM durante os anos em que esteve a frente da prefeitura e do governo do Estado da Bahia.

Ainda é relativamente recente no Brasil o debate e a exposição das memórias sociais e coletivas em torno da ditadura civil-militar. As notícias jornalísticas, os processos de censura sofridos por seus corpos editoriais e os modos pelos quais estes foram afetados por violências e interesses de grupos hegemônicos, em dados espaços, e como estes foram vigiados e monitorados, ainda estão exigindo estudos.

Este capítulo têm por objetivo recuperar as biografias e as notícias extraídas do jornal da Bahia e em seu contraponto o Diário de Notícias, utilizadas aqui enquanto fontes de análise para os estudos de memória, aplicando mormente os supracitados conceitos de memória coletiva - abordada partindo da visão halbwachiana - e de hegemonia e de intelectualidade - a luz do pensamento gramsciano.

A análise das memórias de Falcão e Gomes, correlatas ao Jornal da Bahia, configuram em combate ao despotismo instaurado pelo golpe de 1964. Além disto, presta-se também a demonstrar à influência da permanência das características do grupo através das memórias coletivas e do prolongamento da duração do tempo por meio da manutenção do grupo na cultura de resistência do JBa que foi combatida pela ditadura por meio da superestrutura política em prol da hegemonia.

4.1 A MEMÓRIA COLETIVA EM HALBWACHS E A RECOMPOSIÇÃO DO PASSADO

Consideramos algumas definições salutares recompor para destrinchar certos questionamentos, a começar da memória individual, com a qual acena Halbwachs (2006), encontra-se sempre demarcada socialmente, ressaltando que toda recordação está racionalmente assinalada com as marcas das memórias coletivas dos grupos com os quais se convive, com os olhares e as impressões dos outros e que permanecem. Também significa dizer que estão nas várias memórias em pugna, conforme acentua Magalhães (2014) com base em Aróstegui (2004).

Nessa perspectiva, falar em memória é colocar em evidência os vínculos que os sujeitos mantêm com suas comunidades e grupos, classes sociais de origem, e como elas atuaram, constituindo nesse meio de uma memória latente ou explícita que se ampara em visões de mundo na comunicação e informações que intercambiam nos espaços que atuam [...] Quando destaca que elas [...] não são necessariamente coincidentes nem ainda necessariamente convergentes em natureza, mas sua relação é contingente de forma inequívoca [...]. (ARÓSTEGUI, 2004 apud MAGALHÃES, 2014, p.95).

Nessa perspectiva, a reconstrução que uma pessoa ou grupo faz de si mesmo - quando reconstrói o passado em articulação com uma realidade histórica, principalmente ditatorial, violenta, simbólica e material - pode revelar informações, e arquivos de memória fundamentais para o entendimento das lutas e sentidos desse passado através aqueles que relatam e transmitem narrativas biográficas sobre suas experiências e sobre seu lugar nesse passado.

Como já vimos Halbwachs (2006) em suas duas principais obras sobre o tema – *Os quadros sociais da memória* e *A memória coletiva* – aborda o caráter duradouro da memória e a participação do coletivo em sua construção, respectivamente. A memória coletiva para Maurice Halbwachs parte da premissa de que a toda memória individual é também uma memória coletiva, sendo a primeira, pequena fração do todo que se ancora na segunda.

A importância de evocar tais fontes da memória é notória, segundo o pensamento halbwachiano, uma vez que ao relacionar o individual com o coletivo se torna fundamental o confronto (embora o autor não parta desse viés de conflito) e, portanto, fortalecer, debilitar ou até mesmo completar lacunas de eventos dos quais temos ciência de alguma forma, mesmo que algumas de suas facetas não nos sejam nítidas. É natural e fisiológico que a fonte primária de quaisquer informações que tentemos recuperar sejamos nós mesmos, mas reside no coletivo a importante fonte da recuperação de eventos ulteriores que tentamos reconstruir (HALBWACHS, 2006, p.25).

Como afirma o autor francês, a memória individual representaria um ponto de vista sobre o todo da memória coletiva, seria então um dos tantos fechos que teceriam o todo coletivo, sobretudo, ao destacar então mais uma demonstração da relação entre a memória individual, social e coletiva mostrando uma complementaridade recíproca entre os conceitos, uma interdependência.

Halbwachs (2006), como explanado, chama atenção para sua presunção de que a memória se sustenta de forma mais verossímil para nós quando há o compartilhamento de situações com outros que referenciam o acontecimento como verdadeiro, isto atribui ênfase ao papel dos grupos e das coletividades na confecção e na sustentação da memória. Ademais, adverte também o sociólogo francês que a coletivização do fenômeno da memória demonstra-se até mesmo em situações nas quais ela primeiramente não aparenta ser coletiva, como quando ocorrem

acontecimentos e somente nós mesmos estamos envolvidos, alheios a todo o resto da sociedade e distante do olhar e da participação dos grupos, isso ocorreria pois, para o autor, nunca estaríamos verdadeiramente sós, tendo em vista que em nós habitam também as impressões e lembranças que nos são narradas por outrem e que influenciam no processo dialético entre as faces individuais e coletivas da memória (HALBWACHS, 2006, p. 26)

Devemos também nos atentar a outro componente da teoria de Halbwachs sobre o campo da memória, fala-nos ainda o sociólogo da importância dos grupos como quadros para a conservação da memória. Magalhães (2014) realçando “Os quadros sociais da memória”, apontado pelo mesmo autor elucida que

Halbwachs (1968) em *Os quadros sociais da memória*, publicado em 1925, ressalta o vínculo da memória com seu caráter duradouro pela transmissão geracional, social: “toda vida material e moral da sociedade das quais fazemos parte” (p.38) e que, a partir dos marcos sociais, ou seja, de um conjunto de pessoas, grupos, lugares, datas, constituímos nossa memória, que, em qualquer caso, depende de um desses quadros mais elementares para ser transmitida: a linguagem (MAGALHÃES, 2014, p. 97).

Em tempo, ainda cabe destacar a diferenciação demonstrada pelo sociólogo entre a memória histórica e a memória autobiográfica:

Memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso (HALBWACHS, 2006, p. 55).

Previamente, é de zeloso cuidado considerar a relativização feita por Halbwachs (2006). Em “Os quadros sociais da memória” Halbwachs (1968), mediante a interessante metáfora na qual compara a experiência de ler um determinado livro infantil e fantasioso durante a infância e relê-lo posteriormente em fase adulta, demonstra a influência do presente e do acúmulo de vivências nas interpretações que fazemos no presente sobre memórias de fatos do passado (HALBWACHS, 1968, p.108-110). Da mesma forma há em quaisquer memórias, notas sobre o passado ou livro de teor bibliográfico novos matizes sobre a tela de outrora. É forçoso querer que com perfeita acurácia tenhamos uma espécie de filtro ideal para distinguir neste jogo dialético entre o fato originário e puro e o fato

rememorado, não há então algo que nos aparte das impressões do hoje ou de experiências que porventura possamos ter vivenciado entre o fato e o presente. É possível ir além e falar até em interesses hodiernos ou ideológicos que podem trazer distinções ao que é relatado. Há, para efeito de comparação, um hiato de cerca de quarenta e sete anos entre a primeira publicação de João Carlos Teixeira Gomes e a noite do golpe civil-militar, em se tratando da narrativa de João Falcão tal diferença é de cerca de 52 anos, sendo assim são presumíveis habituais distorções.

Desta forma, há de se considerar tais observações, pois existe considerável distância entre a data do relatado e do relato, por conta disto naturalmente presume-se uma boa camada de novas experiências pessoais que influenciam no exercício da memória, ao mesmo passo que relevante parte do relatado é referendado por substancial quantidade de fatos históricos, manchetes e relatos que formam os sustentáculos da narrativa. Em outras palavras, a memória individual elencada apoio na memória coletiva, conceito também disseminado pelo sociólogo francês, porém também bebe na fonte das visões hodiernas, portanto conclui-se que a releitura dos fatos e incidentes é exposta às impressões do presente da narrativa, a memória dita individual é então diferente até mesmo da isolada visão que se teve nos tempos dos fatos narrados.

Ao mesmo passo, chama-nos a atenção o ensinamento de Halbwachs (2006) por meio do qual ele explica que podem haver outras espécies de enganos no recuperar da memória. Há certas lacunas, certos vácuos na memória evocada advindos da compreensível imperfeição do ato de rememorar que podem ser preenchidos pela imaginação. Tal atividade, que aparentemente ocorre de forma inconsciente, provocaria distorções na memória e tais imperfeições só seriam expostas, assegura o autor em uma analogia, quando consideramos outros ângulos a iluminar as paredes, ou seja, em uma comparação com outras memórias e, portanto, com a memória coletiva. Sem tal percepção outros prismas e olhares esta natureza de engano possivelmente ficasse desapercibida (HALBWACHS, 2006, p.77).

Em síntese, podemos inferir que a memória em Halbwachs tem desdobramentos (visíveis ou não) de cunho coletivo, mesmo que creiamos, aparentemente imbuídos de razão, que tais referenciais são absolutamente individuais e são interpretações pura e simplesmente advindas da nossa experiência com o passado. A comunicação dialética entre o presente e o passado – composto

por suas coletividades e marcos que auxiliam a preservação da memória – na relação individual e coletiva, se constitui fonte fundamental para a memória, e é componente intrínseco do processo de recomposição desta. Assim sendo, as memórias dos dois protagonistas do Jornal da Bahia, das quais estamos tratando, reúnem elementos fundamentais para o entendimento das lutas que ocorreram no passado nefasto e recente da ditadura civil-militar, em especial dentro da imprensa de resistência, e as instâncias dessas lutas no plano da visão - no caso de ambos - na perspectiva de intérpretes imbuídos de posições políticas dentro do contexto baiano e brasileiro.

4.2 O PAPEL DOS INTELECTUAIS PARA A HEGEMONIA EM GRAMSCI

Possivelmente nenhum outro pensador debateu e desenvolveu tanto o conceito de hegemonia quanto Antonio Gramsci. Hegemonia é uma palavra de origem grega, cuja formação remonta à palavra *eghestal*, que significa conduzir, ser líder, ser guia - em síntese - domínio. Para Gramsci a hegemonia estaria na sensação de consenso “espontâneo” passada pelo grupo dominante à massa. De tal modo, os grupos da sociedade dominados intelectual e moralmente estariam sujeitos ao pensamento e, portanto, ao domínio daqueles que exerceriam o controle social (GRAMSCI, 2001, p, 21). O autor divide a sociedade em dois grandes planos e estes são fundamentais para que o domínio social de um grupo sobre os demais ocorra:

[...] podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado” , planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “ domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “ jurídico” . (GRAMSCI, 2001, p.20).

O domínio hegemônico encontraria valhacouto então no plano da superestrutura denominada de sociedade civil, por meio dela seria feita a tentativa mais branda de domínio, por meios aparentemente menos conflituosos e agressivos, a alternativa a esta seria a ação pelo domínio direto, onde a força política e estatal seria utilizada para reprimir grupos que insistissem em não serem coesos ao grupo hegemônico.

No supracitado *modus operandi* o intelectual seria então elemento indissociável da “diplomática” tratativa do grupo hegemônico para com os grupos sujeitos a seu domínio, imprimindo através do seu prestígio a ideologia hegemônica. Aos grupos que não fossem cooptados haveria a coerção estatal do governo político que se encarregaria da repressão necessária para planificar a sociedade.

É tido então como parte da organização de um determinado grupo social o desenvolvimento de novos intelectuais que aparelhariam tal coletividade em razão da hegemonia, tais expoentes por meio de suas capacidades e do prestígio adquiridos seriam então responsáveis pela consciência da função daquele determinado grupamento, estes atores sociais seriam fundamentais na visão gramsciana:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., (GRAMSCI, 2001, p. 15).

A cooptação destes intelectuais seria primordial para a vitória da ideologia do grupo hegemônico, o domínio assimilado e consentido soaria como natural por meio do apoio dos intelectuais, que teriam maior trânsito entre os grupos não dominados e tornariam tal hegemonia natural e, de certa forma, atribuiriam contornos quase que consensuais à supremacia de uma visão de mundo sobre as outras:

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2001, p. 18-19).

Faz-se mister ainda ressaltar o papel dos partidos políticos neste cenário, eles seriam responsáveis pela formação dos intelectuais do próprio grupo hegemônico e teriam papel destacado para a rápida adesão dos intelectuais tradicionais, tornando a dominação mais eficiente:

Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um

intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca (GRAMSCI, 2001, p. 24).

A partir destes conceitos elaborados por Gramsci, a luz do processo ditatorial baiano/brasileiro, constatamos que o bloco hegemônico formado ideologicamente pelos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento organizou os seus intelectuais orgânicos, na qual o próprio ACM comparece enquanto representante do autoritarismo em sua representação mais “dura”, e os jornais de apoio como expoentes defensores de sua atuação e da ditadura, assim como na contramão tanto os movimentos de esquerda como facções das representações da democracia liberal apresentaram os seus próprios intelectuais, matizes e matrizes de pensamento opositor que no confronto buscavam derrubar as bases do regime instalado a partir de 1964. Nesse bojo vamos situar João Falcão e João Gomes, como intelectuais representantes do movimento opositor à situação vigente e o Jornal da Bahia como veículo propagador desses ideais.

4.3 “TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA”⁶: CONSENSOS E DISSENSOS ENTRE DOIS INTÉRPRETES NA LUTA CONTRA A DITADURA

O protagonismo histórico no enfrentamento da ditadura civil-militar por parte da imprensa que não o apoiava, nas assertivas de Moraes (2004) foi de fundamental importância para as denúncias dos excessos cometidos pela repressão desmedida. Apesar do controle e de muitos estabelecimentos jornalísticos terem sido fechados e impossibilitados de veicular o que bem entendesse, alguns jornalistas tentaram produzir informações críticas sob metáforas mesmo dentro de uma grande imprensa. Importante frisar que de acordo com autora que quando não havia censor instalado na redação, a própria censura empresarial restringia os conteúdos que consideravam contrários ao regime.

No caso do Jornal da Bahia, como já ressaltamos, algumas críticas e denúncias eram feitas de forma aberta. João Falcão, fundador e proprietário do JBa., João Carlos Teixeira Gomes, redator-chefe do periódico e dos demais membros do jornal, reconstruem sua memória tendo como nítido ponto de inflexão a ditadura civil-

⁶ Título inspirado no artigo: *As Trincheiras da Memória*. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) de autoria de Denise Rollemberg, 2010.

militar, consequência do embate realizado com o político Antônio Carlos Magalhães, o personagem que mais destacou e ganhou importância durante o período de exceção na Bahia.

A história combativa e de resistência do Jornal da Bahia contra ameaças ditatoriais nacionais e locais é relatada por estes intelectuais em suas obras, e através das vivências de destes, perpassando também pela inter-relação de classes, evidenciando o quanto falar em memória de grupo, em certo sentido, é também falar do lugar de cada indivíduo dentro do contexto social, observando as modulações que tais diferenças produzem, como ressalta Magalhães (2014).

As discrepantes posições de Falcão e de Gomes dentro da estrutura hierárquica do JBa, que veio a acolher de forma massiva os ex-funcionários do jornal “O Momento” periódico pertencente ao Partido Comunista Brasileiro, remonta à possibilidade de falar de uma memória coletiva que unia intelectuais de esquerda, salientando-se porém que, como frisa Gomes (2001), não havia preconceitos de ordem ideológica dentro do JBa.

Destaca-se na visão de Halbwachs (2006) que os mais diversos grupamentos sociais quando reunidos, por mais levianos e efêmeros que estes sejam, podem alterar a nossa percepção do transcorrer do tempo, dando a sensação de que a duração do tempo seria maior do que a duração fática, em outras palavras, a conservação de um certo aglomerado social altera a duração dos fatos em nossa mente:

Sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares, grupos de amigos, relações, e mesmo reuniões efêmeras de salão, numa sala de espetáculos, na rua, todas imobilizam o tempo à sua maneira, ou impõem a seus membros a ilusão de que por uma certa duração, ao menos, num mundo que se transforma incessantemente, algumas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativos, e que nada de essencial ali se transformou por um período mais ou menos longo (HALBWACHS, 2006, p. 130).

Contribui para a permanência do posicionamento do grupo, interpretado por membros da sociedade baiana da época como comunista, a característica duradoura de sua coletividade, pois, como supracitado, *O Momento* operou por mais de dez anos na cidade de Salvador e é substancial a afinidade ideológica demonstrada outrora e que fazia parte do histórico de vida e de experiências dos agora membros do Jornal da Bahia. A postura adotada pelo JBa mostra que havia ainda a manutenção da concordância com a ideia expressa no passado:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 2006, p.34).

Com a manutenção de um grupo originário do PCB, apesar da desilusão com o comunismo relatado por João Falcão, os membros do jornal se ancoravam numa certa continuidade de ideias de esquerda anteriores vinculadas ao ambiente de *O Momento*.

A atuação do Jornal da Bahia mostrou-se, em diversos momentos do Estado repressor, um empecilho aos planos ditatoriais e hegemônicos do governo e de Antônio Carlos Magalhães e este e outros fatores renderam ao periódico e aos seus principais personagens a pecha de “comunistas”, tudo isto em meio ao terror criado ao conceito no período. O próprio ACM, em cartas divulgadas pelo Jornal da Bahia em sua íntegra e transcritas nos livros “Não deixe esta chama se apagar” e “Memórias das Trevas” referia-se ao jornal e aos jornalistas como comunistas, abordagem que contribuiu para expor Gomes ao radar da ditadura ao ponto de ser processado com base na Lei de Segurança Nacional (LSN). Porém, não eram os militares e ACM os únicos a atribuírem tal rótulo ao JBa, Gomes (2001) relata episódios como o momento em que o padre Salles Brasil levantou tais acusações contra o periódico (GOMES, 2001, p.40). Contudo, Gomes e Falcão refutam tal fama, o primeiro diretamente e o segundo não.

Tal pensamento faz-nos inferir que a inclinação política do JBa., tida como esquerdista pelo fato de não realizar críticas contundentes como outros jornais fazia ao governo João Goulart, apoiar as reformas de base propostas pelo mesmo, conter parte do núcleo do extinto jornal *O Momento*, e apresentar forte oposição a *ARENA*, uma postura diametralmente oposta a de Jornais como o *Diário de Notícias*, por exemplo, lhe dava o destaque de “jornal de esquerda”.

O *Jornal da Bahia* foi invadido nos primeiros momentos do golpe, dentre os grandes jornais da cidade de Salvador é o único apontado como tendo passado por tão grave momento de repressão em plena noite da instauração do golpe civil-militar de 1964, tal fato é presumivelmente correlato à abordagem mais compreensiva com o governo de João Goulart, destituído poucas horas antes.

Gomes ressalta que, na noite do golpe que deu fim ao governo João Goulart e na qual também houve a invasão ao JBa por parte dos membros das Forças

Armadas da VI Região, os doze militares que adentraram munidos de fuzis eram liderados por Geraldo Sodré Martins, referido por Gomes (2001) como “fanático anticomunista” (p. 33). O intuito dos mesmos era mudar notícias favoráveis ao presidente Jango, que já presumiam que haveria na edição seguinte, por mensagens de apoio ao golpe civil-militar, não sendo instrumentalmente possível tal alteração a poucas horas do início da circulação do jornal, contentou-se o capitão com a censura de certas matérias que saíram em branco na edição. Não há notícias de outras invasões tão contundentes de jornais de grande circulação em Salvador na supracitada noite, o que reforça o tratamento diferenciado dado ao Jornal da Bahia por sua memória comunista atrelada ao extinto periódico *O Momento*.

Absorto no pensamento gramsciano de hegemonia e sociedade civil e sociedade política e, cientes da realidade do premeditado golpe, podemos dizer que as ligações da redação do JBa, com o partido comunista demonstraram que os intelectuais que ali exerciam suas posições incômodas ao novo *status quo* e não sujeitos a nova ordem recém estabelecida pelo golpe civil-militar, em face disto os poderosos naquele contexto lançaram mão do poderio estatal para planificar as vozes pretensamente relutantes de um veículo de comunicação. Por meio de tal asfixia então tornou-se a sociedade baiana consideravelmente mais suscetível à impressão de consenso e naturalidade para a aceitação do nova realidade nacional, o que é primordial para a construção do pensamento hegemônico, tendo em vista que a bandeira do combate à “ameaça da comunização” e uma suposta uníssona voz social clamando por uma atitude enérgica anticomunista foram motes da justificativa para a ação militar de tomada de poder, tal visão é expressa com ênfase e de forma oficial pelo próprio governo golpista através do Ato Institucional I*.

Contudo, Falcão e Gomes, intelectuais atuantes em funções com grande potencial para desempenhar relevantes papéis em prol da hegemonia (GRAMSCI, 2001, p.18) de oposição ao regime, tinham suas diferenças de pensamento e de classe entre si. Tais contradições de classe se manifestam, apesar da aproximação de ambos no processo de trabalho e contra a repressão. Mas, João Falcão, diferentemente de Gomes, era um banqueiro oriundo de uma família abastada e ligada a usinagem em Feira de Santana – BA. Além do mais, existia ali a relação patronal e Falcão era costumeiramente referido como “Doutor” em sinal de respeito e submissão de seus funcionários (GOMES, 2001, p. 281). Já em suas memórias Gomes afirma provir de famílias “que foram ricas e se tornaram pobres, pelo

imprevisível caminho dos riscos empresariais” (GOMES, 2016, p.28). Sobre as diferenças nas perspectivas da memória conforme o posicionamento que o indivíduo detém num grupo, versa Halbwachs (2006):

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 2006, p.51).

É possível que, posicionados em extratos diferentes da sociedade e na hierarquia dentro do *Jornal da Bahia*, João Falcão e João Gomes apresentem memórias diferentes dos mesmos fatos narrados, ainda que se unam numa memória comum dentro do cenário da repressão. Verificamos que Gomes (2001) em variados momentos de sua obra expõe a diferença de posicionamento social entre ele e Falcão (2006), algo que não é ponderado pelo último em nenhum momento de sua obra.

A diferente posição que cada um deles adotava fica bastante evidenciada na memória das situações expostas por Gomes (2001). O jornalista ressalta que mesmo sendo somente o redator-chefe do jornal e não seu diretor ou proprietário, era ele o usualmente convocado por militares ou autoridades durante a ditadura civil-militar para prestar esclarecimentos em nome do *Jornal da Bahia*, enquanto o banqueiro João Falcão não era submetido aos terrores de ser confrontado pelos militares. Esta questão inclusive não é mencionada por Falcão (2006) em suas memórias. Há registros neste sentido apontados por Gomes (2001) quando em momentos cruciais como a convocação para comparecimento ao quartel general para esclarecimentos ou no enquadramento da Lei de Segurança Nacional promovido por Antônio Carlos Magalhães, mas como um ato que foi dirigido ao seu redator, como já registramos anteriormente.

O tratamento diametralmente oposto relatado por Gomes (2001) nos leva a inferir que, a participação e militância de João Falcão no Partido Comunista Brasileiro, depois sua saída do partido e a organização do JBa, não está apartada de sua posição de classe empresarial local, meio no qual o golpe civil-militar obteve grande apoio e respaldo. Portanto, há uma disputa de classes e endurecimento da ação repressora sobre os ombros de João Gomes, que chega a afirmar que visivelmente o problema de ACM era com ele e não propriamente com o *Jornal da*

Bahia mas com sua pessoa. Em uma abordagem sobre a preferência da ditadura em acuar à Gomes (2001) e não a Falcão, esse destaca a explicação do procurador da Justiça Militar para que a matéria que não fora assinada por ele denunciando ACM servisse de base para queixa contra o jornalista e não contra o proprietário do Jornal da Bahia:

[...] na sua denúncia, começava mentindo, ao afirmar que o diretor Falcão "se encontrava fora desta capital" quando a matéria sobre a Magnesita havia sido divulgada. Era, sem dúvida, uma forma de justificar a preferência pelo redator-chefe no processo (GOMES, 2001, p. 177).

Merecem realce ainda nas memórias dos dois intelectuais, passagens de ambos pelo poder público em pleno momento ditatorial. Falcão fora presidente do banco Bandebe durante o governo de Luiz Viana Filho, pedindo sua demissão em 1969, após o governador desconsiderar seu pedido para que a demissão de Newton Sobral fosse revista (FALCÃO, 2006, p.96). Por outro lado, Gomes (2001) trabalhou para a Prefeitura de Salvador como diretor da SUTURSA, nomeado pelo próprio Antônio Carlos Magalhães e posteriormente para o Governo da Bahia na direção do TCA (GOMES, 2001 p.69-76). Como membros de um governo e ocupando cargos de direção, Falcão e Gomes passariam então a ter funções políticas.

A curta passagem pelos governos municipal e estadual de ambos não foi suficiente para que fossem cooptados definitivamente pela cultura hegemônica ao ponto de replicar os ideais da classe dominantes, porém, fizera com que eles conhecessem com proximidade a faceta das superestruturas, a chamada sociedade política com seu poder coercitivo e com todo o aparato estatal sendo utilizado para oprimir. O principal responsável pela a utilização da sociedade política contra o Jornal da Bahia e contra seus mais proeminentes gestores foi o político Antônio Carlos Magalhães que, como nos aponta Dias (2016) era um civil em plena sincronia com a ideologia da classe dominante durante a ditadura (p. 22).

À medida que ACM tentava ganhar apoio do Jornal da Bahia com resultado frustrado, se encontrava em uma situação de ascendência dentro das instâncias do poder no cenário político baiano e tornava-se mais duro em seus atos de manifesta perseguição ao supracitado periódico. As tentativas de intimidação e de calar a voz do JBa não foram poucas, desde as dificuldades para as mais simples licenças enquanto prefeito, ou as trocas de cartas ofensivas e difamatórias entre Gomes e

Falcão contra Magalhães ou o torturante processo de asfixia financeira do estabelecimento jornalístico, através da abrupta interrupção da propaganda oficial no periódico e intimidação dos anunciantes.

A face mais amedrontadora da perseguição ao JBa e seus mais importantes membros veio através do enquadramento de João Carlos Teixeira Gomes em inquérito e, posteriormente, em um processo movido por ACM por meio da Lei de Segurança Nacional. ACM alegou ter sido ofendido em sua honra pelo jornal e escolheu Gomes como polo passivo de sua ação. Após destacada atuação do seu advogado, forte comoção e repercussão popular o réu fora inocentado em processo, derrotando assim as pretensões do então governador da Bahia, conforme já tratamos em capítulo anterior.

São atribuídos a ACM também, porém sem a devida comprovação probatória, atentados a membros do Jornal da Bahia, dentre os quais seu proprietário e o redator-chefe. Ademais, as estratégias para converter o jornal de seu opositor a aliado foram além. Por duas vezes Antônio Carlos Magalhães tentou obter o controle deste para assim modificar sua linha editorial que lhe era nada proveitosa. Em um primeiro momento angariou uma série de procurações para que seus prepostos representassem o poder majoritário dentro do periódico e, posteriormente, chegou a sacramentar a aquisição do JBa por meio de contrato assinado por João Falcão entregando a empresa a um “laranja” de ACM, negócio anulado *a posteriori* por perspicaz manobra jurídica dos advogados de João Falcão.

4.3.1 O Jornal da Bahia como lugar de resistência e construtor de memórias coletivas

Ao perpassarmos os relatos de Falcão e Gomes, que extraíram juntamente com as suas vivências suas relações de classe, no agrupamento social na qual estavam vinculados tendo como ambiente comum o Jornal da Bahia, evidenciamos que quando nos apoiamos na definição de memória de grupo, como comum e coletiva representante de consensos, não descartamos os conflitos oriundos das especificidades presentes no interior de cada vivência. Assim se [...] há muitas memórias coletivas conviventes com um dado tempo histórico, também há de se levar em conta que estas são historicamente construídas, e dificilmente poderemos

apartá-las das relações de produção da vida material das relações de poder “. (MAGALHÃES, 2014, p.97).

Com essa compreensão apresentaremos algumas das notícias extraídas do Jornal da Bahia que expressam sua posição política imediatamente antes e após o golpe civil-militar. E tomamos como critério a necessidade de demonstração de que a imprensa, no caso a baiana, também era dominada por fortes tendências ao apoio ao governo militar, como é o caso de um dos Jornais de grande circulação, jornal *A Tarde*. Mas, a título de consideração vamos recorrer a notícias do jornal o *Diário de Notícias*, considerando seu vínculo principal com o grupo de ACM e defesa pelo regime ditatorial.

Apresentamos os quadros a seguir contendo manchetes e conteúdos dos *Jornais da Bahia* e *Diário de Notícias* com o intuito de destacar a clara posição do JBa nesse confronto. Vejamos algumas das manchetes que foram noticiadas no pré-golpe, para em seguida o contexto posterior.

Notícias do Pré-Golpe no Jornal da Bahia		
Manchete	Data	Conteúdo
Jango: Povo não se deve deixar aterrorizar	12 de Março de 1964	Em discurso Jango diz que trabalhador não acreditar em rumores.
João Goulart abriu caminho para reforma agrária	14 de março de 1964	Jornal fala sobre decreto que regimentaria a reforma agrária.
Derrubar Jango	17 de março de 1964	Jornal relata intenção dos parlamentares ligados a Carlos Lacerda.
Impeachment	17 de março de 1964	Jornal fala da possibilidade de Impeachment e de Arnaldo Cerdeira, articulador.
Jangoulart desmente os rumores de continuísmo	20 de março de 1964	Em encontro com 39 deputados do PSD Jango diz que nunca seria

		ditador.
Jango confirma o propósito de prestigiar a legalidade	22 de março de 1964	Jango reafirma lealdade à legalidade e à democracia
João Goulart testa dispotivo militar e desapropria sua fazenda em Mato-Grosso	24 de março de 1964	João Goulart começa desapropriação para reformas em suas terras.
Jurema desmente estado de sítio	29 de março de 1964	Ministro da Justiça desmente estado de sítio no país.
J. Goulart aos sargentos: Minoria de golpistas e privilegiados insuflou crise na Marinha	31 de março de 1964	Jango diz que agitação na Marinha foi causada por privilegiados e foi ovacionado por multidão.

Fonte: Jornal da Bahia, 1964.

No dia 12 de março do ano de 1964 o Jornal da Bahia concedeu uma espécie de direito de resposta ao então presidente João Goulart sobre a crise que se agravava informando que antes da participação em comício que faria no dia seguinte no estado da Guanabara, este passaria o discurso de que o trabalhador não deverá acreditar nos rumores de que ele irá deixar de respeitar as instituições da democracia brasileira. Em 14 de março de 1964 o jornal traz o decreto da Supra que regimentaria a reforma agrária e cita o artigo 147 da Constituição Federal de 1946, mostrando a perfeita constitucionalidade e legalidade dos atos que Jango pretendia praticar.

Ao denunciar a intenção dos parlamentares subordinados a Carlos Lacerda com finalidade de derrubar João Goulart antes que fossem postas em prática as reformas de base prometidas pelo então presidente da república, no dia 17 de março, o referido jornal ainda na mesma edição apresenta que o meio para a derrubada de Jango seria o Impeachment e que o principal articulador deste ato

seria o deputado Arnaldo Cerdeira, situação esta que o jornal caracteriza como movimentação golpista.

Continuando com a posição de defesa a Jango, na edição de 20 de março de 1964 o JBa, resolve dar voz ao próprio presidente que relata um encontro com 39 deputados do PSD onde afirmou que não tem pretensões continuístas, como era ventilado, e que ele nunca seria um ditador. Ao dia 22 de março o periódico mencionava nova afirmação de João Goulart no sentido da legalidade dos atos do seu mandato. Reiterando essa postura em 24 de março de 1964 ao demonstrar que o presidente começou a testar a desapropriação de terras prometidas na reforma agrária através de suas próprias terras no estado do Matogrosso.

Já entrando nas vésperas do golpe o Jornal da Bahia deu voz ao Ministro da Justiça com a manchete: “Jurema desmente decretação do Sítio” no dia 29 de março, esta notícia trazia o discurso do Ministro de Justiça Abelardo Jurema que negou que Valdir Pires estaria estudando, por ordem de Jango, a possibilidade de instaurar estado de sítio. Ao embarcar para Brasília, João Goulart teria afirmado ainda que a situação estava calma no Brasil no dia 31 de março de 1964, véspera do golpe, a última notícia relevante sobre a situação política apontou que Jango afirmou que a agitação na marinha fora causada por privilegiados e golpistas e, segundo o jornal, Goulart teria sido ovacionado por uma multidão de militares presentes neste evento.

A posição de Falcão, Gomes e a equipe do JBa, por meio dos discursos veiculados por este jornal durante o período pré-golpe foi menos incendiário e menos alarmista, uma fração considerável das manchetes deste periódico ocupava-se em negar uma série de preocupantes boatos que tomavam conta do país, sejam estes de ordem política ou financeira, norteados pela prática de ouvir ambos os lados e não impondo um tom incendiário às suas manchetes e nem por isso panfletário das causas de João Goulart, além disto, o jornal mostrou a legalidade e a constitucionalidade dos atos de Jango para a reforma agrária, um dos temas mais latentes na crise que se abatera sobre o país e o levou a situação que depois se mostraria irreversível.

O jornal soteropolitano também se incumbiu de falar diretamente sobre o impeachment, por eles caracterizado como golpe, que estaria já sendo articulado no início do mês de março contra o presidente e sobre quem estaria articulando tal manobra, neste caso, políticos opositores ao mesmo. Tais movimentações

propiciariam a majoração das chances do governo vigente não completar seu período previsto na Constituição Federal de 1946 e viabilizado por Goulart de maneira democrática.

Esta realidade fática revela que sim uma articulação orquestrada para que o golpe ocorresse e, tal denúncia, mostra por lógica que o Jornal da Bahia não dá indícios de se alinhar ideologicamente com quem facilitou o golpe, comportamento oposto à de uma fração importante e influente da imprensa daquela década. A partir de uma postura menos incendiária o JBa esvazia-se um tanto, ao menos nas páginas do Jornal da Bahia, abrindo menos campo então para a resposta que a crise necessitaria como resposta aos eventos e à instabilidade gerada, a consequência disto seria então a ausência da necessidade de uma resposta firme que viesse a aplacar o medo e supostamente levasse a todos a um caminho evolutivo ou ao menos um menor embasamento para um golpe.

Coadunando com o já exposto, seria forçoso negar a sensação de que tal postura e o tom comedido e também menos duro às intenções de João Goulart não tenham vínculo com a influência das antigas ligações do proprietário João Falcão, do redator-chefe João Gomes e de fração considerável da redação com o partido comunista, através também do jornal *O Momento*.

Em contraposição a esta forma de apresentar os fatos, a título de comparação e confronto, *O Diário de Notícias* (DN) de Salvador era pertencente, à época do golpe Civil-Militar, ao conglomerado *Diários Associados*, que chegou a ser considerado o maior grupo midiático da América Latina durante algumas décadas. Tal grupo incluía alguns dos mais influentes veículos de comunicação da época, dentre jornais escritos, revistas, rádios e até canal de televisão e pertencia ao magnata brasileiro Assis Chateaubriand.

Chateaubriand foi um dos mais abastados e influentes brasileiros durante o século XX, com grande atuação principalmente entre as décadas de 1940 e 1960 e acumulara durante sua vida as funções de advogado, professor de direito, jornalista, escritor, empresário, diplomata, mecenas e outras, além de ter sido responsável também pelo MASP e pela criação e difusão da TV Brasileira na década de 1950, com a criação da emissora TV Tupi.

Frisa-se aqui que o próprio fora convidado e fez discurso pouco instante após o Golpe Civil-Militar deixando escapar, propositalmente ou não, que havia uma articulação prévia para que ocorresse o mesmo. Em artigo de seu jornal baiano, o

Diário de Notícias, com o sugestivo título de “Todo poder ao glorioso Exército Brasileiro” Chateaubriand não hesitou ao conclamar a plateia a gritar ainda no dia 07 de abril de 1964 “Todo poder ao glorioso Exército Brasileiro” e louvar a atitude dos militares que teriam afastado a ameaça comunista.

Notícias do Pré-Golpe no Diário de Notícias		
Manchete	Data	Conteúdo
Goulart abre 64 insistindo em reformas.	1º e 02 de janeiro de 1964	Jornal relata em tom negativo a intenção de continuar reformas.
64 vai ser difícil, afirma CP.	03 de janeiro de 1964	Contrariando o título, ex-ministro afirma que reformas são necessárias.
Professores acusam governo de comunizar o país	07 de janeiro de 1964	Sobral Pinto e outros professores do RJ relatam país refém do comunismo
Incoerências reformistas.	15 de janeiro de 1964	Jornal chama de demagógicas e eleitoreiras as pretensões de reforma agrária.
Lacerda crê na posse do eleito em 65	17 de março de 1964	Jornal dá voz a Lacerda que crê em sucessão mas considera JG perigo a democracia.
Até esquerdas temem continuísmo de Jango	17 de março de 1964	Jornal diz que até aliados do presidente temeriam uma um golpe por parte de Jango.
General Albino acusa Jairo e outros de roubo de milhões de dólares na Petrobrás	26 de março de 1964	Jornal comenta denúncia de esquema de corrupção na Petrobrás.

Todos os Estados estarão no Rio para a Marcha	29 de março de 1964	Jornal diz que todo Brasil seria representado na Marcha da Família com Deus.
Nossa opinião – Novo estado de sítio	30 de março de 1964	Coluna editorial fala sobre rumores de estado de sítio, mesmo sem saber a origem.
Goulart diz que IBAD financia marchas	31 de março de 1964	Jornal repercute discurso de João Goulart no qual diz que órgão financia marchas.
Fazenda desmente congelamento para depósitos.	31 de março de 1964	Min. da Fazenda desmente pretensão de congelar depósitos em contas.
Crise evoluiu para um desfecho em 48 horas.	31 de março de 1964	Jornal transmite clima de tensão com direito à prontidão das Forças Armadas.
A Bahia presente	31 de março de 1964	Jornal informa que baianos estavam presentes na Marcha no Rio de Janeiro.

Fonte: Diário de Notícias, 1964.

Nos dias antecedentes ao golpe de 1964, o referido jornal ataca João Goulart e seu governo, no exemplar correspondente aos dias 1 e 2 de janeiro de 1964, com a manchete “Goulart abre 64 insistindo em reformas” relata em tom aparentemente de resistência à ideia que com presidente começara o ano de 1964 ainda com a fixa ideia de fazer as prometidas reformas de base na sociedade brasileira. No dia 3 de janeiro de 1964 destaca que o ano será duro com a manchete “64 vai ser difícil”, dá ênfase a fala de que o ano de 1964 será difícil, palavras atribuídas ao ex-ministro Carvalho Pinto, na sua fala completa ele ainda dizia, segundo o texto do corpo, que as reformas eram necessárias, porém o jornal deu ênfase somente à parte pejorativa da fala, nota-se um tom preferido pelo editorial para a chamada da reportagem. No

dia 7 de janeiro destaca na manchete que “professores acusam governo de comunizar o país” para tratar do protesto dos professores no Rio de Janeiro, dentre os quais destacava-se Sobral Pinto, que acusava o governo de entregar o país ao “jugo do imperialismo comunista”. Ainda nesta mesma página, tem-se o debate sobre a reforma agrária por meio da Supra⁷. Em 15 de Janeiro com a notícia “Incoerências reformistas” O jornal chama de demagógicas e eleitoreiras as pretensões governamentais de reforma agrária, pois, segundo DN, Goulart teria dito que não havia dinheiro para pagar as desapropriações. O jornal mostra claramente uma opinião contrária a um dos grandes motes do governo da época. Ademais, vale frisar que, no campo legal, Jango lutava para que as desapropriações fossem pagas em títulos que gerariam créditos posteriores.

No dia 17 de Março de 1964 temos o título: “Lacerda crê na posse do eleito em 65”, onde o jornal ventila a opinião de Carlos Lacerda que, acreditava em sucessão, apesar de considerar o Presidente um perigo para à república. Ressalta-se aqui que esta matéria denotava uma tensão de um possível golpe, tendo em vista que só assim não haveria a sucessão em 1965. Ademais, Lacerda era um ferrenho opositor de Jango. Nas proximidades do golpe, vemos a crescente tensão estampada nos jornais. No dia 17 de março temos o título: “Até as esquerdas temem continuísmo de Jango”, há na manchete do jornal uma demonstração de que o receio estaria presente até entre os aliados de Jango e já fala de um sistema autoritário que poderia tomar o poder. Nota-se aqui que o *Diário de Notícias* propagara um clima de tensão em meio à população com uma manchete e uma reportagem com um teor um tanto quanto alarmista. Em 26 de Março temos o título: “General Albino acusa Jairo e outros de roubo de milhões de dólares na Petrobrás”, o jornal comenta denúncia de esquema de corrupção em um dos principais patrimônios do governo federal brasileiro, a Petrobrás.

Em 29 de Março de 1964, com o aproximar do golpe, temos a notícia: “Todos os Estados estarão no Rio para a marcha”, nele o jornal diz que todos os estados do Brasil se fariam presentes e representados na Marcha da Família com Deus, movimento liderado pela igreja católica e por conservadores que se colocavam contra uma suposta onda comunista que estaria tomando conta do Brasil, esta onda seria de responsabilidade do governo Goulart. No dia 30 de março temos o editorial

⁷ A Supra (Superintendência de Políticas Agrárias) era um órgão que desempenharia papel fundamental na reforma agrária idealizada por João Goulart.

chamado “Nossa opinião” com o título “Novo Estado de Sítio” e este fala sobre os rumores de estado de sítio que circulavam pela Bahia e pelo Brasil, mesmo sem saber da origem e sem sequer tê-lo como confirmado, evidencia-se o tom alarmista que desenvolvera o jornal, pois o mesmo elucidava que eram apenas boatos mas a chamada passava a ideia de que havia um estado de sítio confirmado.

Dia 31 de Março de 1964 foi dada a seguinte notícia “Fazenda desmente congelamento para depósitos” e expõe a declaração do ministro da Fazenda, Sr. Nei Galvão, negando a pretensão de congelar depósitos de contas. Segundo o mesmo, tais boatos eram para causar pânico. Em coluna do jornal, ainda no mesmo dia 31, lê-se “Diário Político - Crise Evolui para um desfecho em 48 horas” a matéria transmite clima de tensão com direito à prontidão das forças armadas e fechamento de redação de jornal em Belo Horizonte e demais fatos que contribuíram para um ar de instabilidade, dia 31 de março de 1964: "A Bahia Presente" Matéria informa que representantes do estado da Bahia teriam se feito presentes em nova marcha de Deus com a família que ocorrera em outro estado. Este seria o último registro considerado relevante sobre o momento que o Brasil atravessara antes do golpe do dia 1º de abril de 1964.

Notícias do Pós-Golpe no Diário de Notícias		
Manchete	Data	Conteúdo
Forças Armadas se levantam	1º de abril de 1964	Jornal noticia que tropas de pelotões do sul do Brasil se rebelaram contra Jango.
Livre do domínio comunista, o Brasil tem, desde ontem, governo democrático.	03 de abril de 1964	Jornal informa que Ranieri fora empossado e que as forças armadas se insurgiram contra Jango.
Depois de dois longos anos, Brasil acorda de longo pesadelo	03 de Abril de 1964	Jornal afirma que partido comunista inspirava Jango e que militares empreenderam em cruzada patriótica.

Clube Militar pedirá ao Congresso cassação dos mandatos de comunistas.	04 de abril de 1964	Clube Militar faz anteprojeto de lei para caçar deputados tidos como comunistas.
Gratidão da Bahia	04 de abril de 1964	Jornal fala do patriotismo desmedido das Forças Armadas locais que apoiaram a revolução
Goulart é o maior latifundiário do país: A. Carlos.	05 de abril de 1964	Jornal destaca a fala de ACM sobre João Goulart e o mesmo diz que Brasil voltou à legalidade.
Mulheres saúdam herói	07 de abril de 1964	Jornal fala de visitas femininas aos quartéis em apoio aos militares e chama general de herói.
Todo o poder ao glorioso Exército Brasileiro	07 de abril de 1964	Chateaubriand, proprietário do DN discursa e relata participação em conspiração e diz “Todo poder ao glorioso exército brasileiro”.
Brasil estava à beira da comunização: Leitão Cunha.	09 de abril de 1964	Jornal destaca fala de chanceler que diz que as relações com os Estados Unidos serão ainda melhores.
No silêncio dos quartéis surgiu a liberdade no Brasil	16 de abril de 1964	Jornal afirma que a liberdade do Brasil contra a opressão comunista veio dos quartéis.

Fonte: Diário de Notícias, 1964.

No decorrer do início do período ditatorial, o DN, continuou com sua abordagem sobre os fatos nacionais, o jornal estampou a notícia de que tropas de

pelotões do sul do Brasil se rebelaram e exigiram a imediata deposição do então presidente João Goulart. Na edição seguinte, do dia 03 de abril de 1964, logo em sua capa estampou a seguinte chamada “Livre do Domínio Comunista, o Brasil tem, desde ontem, governo democrático” a matéria dizia que Ranieri fora empossado no dia anterior e que as forças armadas se levantaram contra o governo comunista de João Goulart. É anunciado também que o presidente fugiu para Montevideu. Ainda na mesma capa o jornal novamente expressa sua opinião com matéria intitulada “O jornal opina que, depois de dois longos anos, o Brasil passa a acordar de longo pesadelo”. Informa ainda ao leitor que o partido comunista era a inspiração de Jango e chama as forças armadas brasileiras de corajosos que empreenderam numa cruzada e patriótica. Mais a frente citam os trabalhadores baianos como fundamentais contribuintes para o estabelecimento da ordem.

No dia 04 de abril, o Diário de Notícias informa que o Clube Militar gesta o anteprojeto de lei que caça deputados tidos como comunistas e enviará para Brasília, e ainda nesta mesma edição pontua sobre qual seria, ao seu ver, o sentimento da Bahia. A matéria é intitulada de “Gratidão da Bahia”, nela o jornal fala em patriotismo desmedido das Forças Armadas locais que, imbuídas do espírito de Tiradentes apoiaram a “revolução” contra o facção vermelho do comunismo. O Diário de Notícias dá contornos heroicos à atitude que, segundo sua visão, careceria de bravura para ser tomada e ser a resposta ao medo da força comunista que tomaria o Brasil de assalto.

Na edição seguinte, no dia 05 de abril, o jornal destaca fala do então deputado Antônio Carlos Magalhães dizendo que Jango era o maior latifundiário do país e diz ainda que as Forças Armadas brasileiras fizeram com que o país voltasse à legalidade com sua ação. No dia 07 de abril o DN apresenta o texto com fala do seu proprietário, o senhor Assis Chateaubriand, sendo assim, do porta-voz da sua linha editorial. Com o título de “Todo o poder ao Glorioso exército brasileiro”, Chateaubriand relata que já havia um tom claramente conspiratório em rodas de conversas de formadores de opinião contra a ameaça comunista que estes alardeavam. Ao fim, convocam todos a gritar a frase que dá o título à reportagem: “Todo poder ao glorioso Exército do Brasil”. No dia 09 de abril destaca as palavras do Chanceler Leitão Cunha que dizia que a “comunização” era eminente e que esta viria de cima pra baixo. Mais a frente diz que as relações com os Estados Unidos

serão cada vez melhores de ali em diante. Cabe ainda o realce para o título da matéria do dia 16 de abril “No Silêncio dos quartéis surgiu à liberdade do Brasil”.

Relata também denúncias de corrupção em um dos principais órgãos do governo federal brasileiro, e desde o início do ano, aborda uma situação complicada no que tange ao governo de João Goulart, uma incerteza de que o estado democrático seria respeitado por parte de Goulart com a devida sucessão presidencial em 1965 e relata preocupação com uma possível comunização do país e com as reformas de base que passariam então a ser feitas. Aqui vemos novamente de forma clara a presença de um elemento que se tornou indissociável da situação pré-golpe, o medo. Para além dele temos o elemento do medo de uma suposta comunização crescente, tal inimigo interno nos foi apresentado pela ESG, através da DSN. O Diário dá voz a boatos que desestabilizam ainda mais a já conturbada cena político-social brasileira.

Abre espaço então o jornal para a sensação de crise tão bem explorada por Koselleck (1987), o passar do tempo atropelado pelos fatos e pela tensão que, por sua vez, exige uma resposta em tons de panaceia e que eliminariam o medo que permeava tais tempos. Essa combinação é fértil e fora deveras explorada em distintos momentos da história humana antiga e moderna.

O flagrante clima de insegurança e medo não é passado para o público baiano apenas por meio de matérias ou de falas oriundas de personalidades, sejam elas notórios pensadores, militares, políticos ou importantes religiosos da época, e nitidamente transcritas, mas também está presente em opiniões emitidas nas colunas do jornal e em seus comentários sobre os pronunciamentos ou em manifestações editoriais. Sendo assim, nota-se cabalmente a participação, consciente ou não, deste jornal na derrocada do regime democrático, pois de forma deliberada e sem a necessidade de interlocutores contribuiu em demasia para a desestabilização do governo vigente à época e auxiliou as forças civis e militares na derrubada do chefe do executivo com a contribuição através de sua força em termos de influência e seu peso no campo intelectual.

Em outro momento de tons aparentemente sensacionalistas o jornal fala até em congelamento de poupanças ainda durante o governo Jango, fatalmente levando a um acréscimo significativo no mal-estar generalizado.

São frequentes então termos como comunização, crise, temor, segurança nacional e outras que dão uma conotação de completo pavor nas ruas e na política

brasileira, corroborando então com o entendimento de que a histeria estava sendo espalhada pela Bahia, em tom parecido ou uníssono com o Brasil. Porém, não se fala em apoio à manutenção do mandato do presidente, não há manchetes jurando lealdade ou chamando a atenção para o respeito das instituições democráticas brasileiras, tendo em vista que o então presidente João Goulart foi devidamente eleito pelos votos do povo brasileiro.

Ressaltamos aqui que a sensação de absoluta normalidade deixaria muito mais difícil qualquer rompimento com a ordem democrática que havia até então, tendo em vista que o rito presidencial estava em conformidade com a constituição de 1946, então a legalidade estava sendo respeitada pelo presidente Jango. O clima de instabilidade desesperadora que fora relatado era muito mais propício a uma intervenção de alguma ordem contra o já contestado presidente da república. Seria então a insegurança e a sensação crítica de caos o meio para que se tornasse possível à finalidade do golpe, nisto é visível à contribuição pré-golpe do *Diário de Notícias* da Bahia.

A seguir apresentamos algumas das notícias apresentadas pelo Jornal da Bahia, que ao contrário desse tom alarmista do DN, manteve uma postura mais informativa e descritiva sem aferir defesas em prol do novo regime instaurado.

Notícias do Pós-Golpe no Jornal da Bahia		
Manchete	Data	Conteúdo
Manifesto de Magalhães Pinto	1º de abril de 1964	Jornal reproduz manifesto do governador de MG que apoiou o golpe.
Repercute o movimento na imprensa do exterior.	03 de abril de 1964	Correspondente na Inglaterra fala da repercussão do golpe.
Imprensa mundial continua comentando deposição de JG.	04 de abril de 1964	Jornal afirma que a notícia do cenário conturbado no Brasil é notícia no mundo.
Ex-Presidente J. Goulart chegou ontem ao	04 de abril de 1964	Notícia informa a chegada de João Goulart

Uruguai.		a Montevidéu, capital do Uruguai.
Mensagem do Cardeal aos seus diocesanos.	04 de abril de 1964	Em carta, o Cardeal D. Augusto diz que Deus livrou Brasil do comunismo.

Fonte: Jornal da Bahia, 1964.

No período pós-golpe mais precisamente no dia 1º de abril de 1964 o JBa, que a esta altura já havia sido censurado em invasão à sua redação, reproduziu o manifesto do então governador de Minas Gerais que mostrara apoio aos militares de sua terra e deu respaldo ao golpe que começara a ocorrer no país. No dia 03 de abril apresentou a repercussão do golpe fora do Brasil, cujo seu correspondente esteve na Inglaterra tratando da repercussão do golpe na imprensa londrina. Esta previa que de fato tempos de intranquilidade se apossaria do Brasil e informou que o jornal *Daily Telegraph* noticiou que as medidas reformistas provocaram o revide da ala militar. No dia 04 o jornal ainda dá conta da repercussão mundial e apresenta o fato de que jornal *The New York Times*, noticiou o golpe com tons pejorativos à imagem de João Goulart. Em 04 de Abril o JBa noticiou a chegada de João Goulart à Montevidéu, capital do Uruguai, lugar onde passaria a se refugiar e ainda no mesmo dia publicou a carta do Cardeal D. Augusto dizendo que Deus novamente livrava o Brasil das mãos do comunismo internacional que era ateu e opressor.

Temos aqui expressa a postura um tanto mais contemplativa e descritiva dos fatos por parte do Jornal da Bahia, a sua linha editorial que antes mantinha postura de enfrentamento para com os interesses do golpe e dos golpistas foi uma das primeiras no país a sentir a dureza dos novos tempos para a consciência jornalística e editorial e limitava-se a noticiar e não carregar os tons da opinião em suas páginas. O jornal de João Falcão noticiou com mais enfoque a repercussão do golpe ao redor do mundo em grandes editoriais ingleses e estadunidenses e as opiniões estrangeiras acerca dos fatos que ocorriam em meio às turbulências brasileiras. Não havia ali espaço para a exaltação do exército ou da manobra que fora feita ou a colunas de opinião que diriam que a intervenção por parte das forças armadas seria uma das maneiras de se garantir a sobrevivência da democracia no Brasil.

É de demasiada importância lembrar neste momento que a própria edição do dia 1º de abril de 1964 foi reflexo da intervenção dos militares na redação do Jornal da Bahia, justamente pelo periódico sustentar posição não conveniente aos interesses do movimento golpista que surrupiaria o controle do país daquele momento até o ano de 1985.

Essa postura conforme verificamos nas notícias, não coaduna com a do Diário de Notícias que no pós-golpe, apresentou um tom de conciliação com o novo momento apresentado no país e com a nova ordem de poder estabelecida. O periódico trabalha em função da manutenção do novo *status quo* e não questionou a legalidade ou a legitimidade do ocorrido por ser, segundo ele próprio, a ação golpista – caracterizada então como revolução - ter livrado o país de um suposto mal maior que seria a “comunização”.

Como demonstrado pelo próprio editorial, Assis Chateaubriand defendeu a nova realidade política e social em inflamado discurso. A atribuição de um clima de pacificação social imediata após o golpe e a repressão a nomes da oposição ao movimento civil-militar que destituiu João Goulart corresponde com a necessidade de consenso que a hegemonia necessitaria. O processo transicional da derrocada da democracia e início do regime militar fora passado à população, através das páginas do Diário de Notícias, como a salvação em meio à crise, dando a naturalidade e forçando o entendimento de que esta era a única saída, exprimindo a opinião de que tal situação obrigava o Exército Brasileiro a agir.

A partir dessa análise fica palpável que o jornal da Bahia, ao contrário do DN, nem em suas manchetes e nem em seus conteúdos, era favorável ao golpe que transcorreu no dia 1º de abril de 1964 e não trabalhou para que os objetivos das elites Civil e Militar lograssem êxito na sua tomada de poder e na destituição do então presidente João Goulart, prova disto são os livros publicados posteriormente por seus principais interlocutores, nestes Falcão (2006) e Gomes (2001) relatam sua ferrenha oposição ao golpe.

Somando-se o tom dos momentos anteriores ao Golpe Civil-Militar de 1964 e os momentos posteriores ao referido e agudo momento histórico, vemos que a postura do JBa se enquadraria num polo nitidamente contrário ao movimento que mudou os rumos do país no emblemático ano de 1964, em especial se compararmos com o forte engajamento do seu jornal conterrâneo e contemporâneo, tanto que mesmo antes que o golpe fosse anunciado a toda nação pelo Exército

Brasileiro sob a pretensa forma de “revolução” o Jornal já havia sido ocupado, tal processo acuou seus jornalistas, silenciou uma luta e fora o princípio da difícil parte da história à qual a truculência, censura e perseguição, lhe relegaria.

Ao considerarmos o JBa como lugar de resistência simbolizado por seus dois intelectuais, cujas biografias e notícias expressaram a luta e resistência nos conflitos travados com ACM, este último representante do novo regime instaurado a partir de um golpe, constatamos que ao longo da ditadura o cerceamento da liberdade por meio de censuras, invasões e perseguições aos veículos de informação de massa, tentou promover um certo enquadramento e silenciamento de memória a fim de estabelecer uma nova memória para a nação, esta seria pautada nos ideais de “revolução” conforme o discurso veiculado pelo regime e tais ideais estariam embebidos dos postulados da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Vale frisar novamente que conforme verificamos no decorrer desta pesquisa que no interior deste processo havia também memórias de grupo ou coletivas que confirmavam ou não o silenciamento sobre o apoio ao golpe com a presença de contradições e embates internos presentes.

No caso do JBa, verificamos uma memória social e coletiva acerca do jornal, que apontou para um posicionamento consentido de não favorecimento ao regime ditatorial, por conta de sua influência com os ideais esquerdistas, sobretudo, do PCB, desde a filiação de Falcão em um determinado momento com este partido, e contratação da mesma equipe que compunha o Jornal *O Momento*, na qual ele outroramente também já fez parte e que tinha a vinculação com o referido partido. Como também uma memória individual, coletiva e social contraditória quando tomamos as trajetórias dos intelectuais representativos deste veículo, João Falcão e João Gomes, que por meio de memórias comuns e conflitivas, apresentam na unidade de sua defesa contra a ditadura, posicionamentos distintos no que tange suas atuações, e a forma como cada um apresenta e reconstrói suas lembranças, muitas vezes contrariando o relato um do outro e acrescentando nuances que de forma alguma apresenta uma memória coesa do ponto de vista harmônico e sim uma memória coletiva conflitiva e porque não dizer como metáfora uma trincheira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “memória” é oriundo da cultura grega e remonta à mitologia, faz referência à deusa da memória, *Mnemosyne* e em sua acepção polissemântica, até antes tratada mormente correlata ao seu sentido bio-fisiológico, passou a ser observada em outros prismas. Porém o maior desvencilhamento para tal verbete no campo da ciência veio a ocorrer em períodos mais recentes, com maior ênfase no século XIX, quando pensadores se debruçaram para analisar seu sentido do prisma filosófico, sociológico e suas implicações lógicas dentro do todo social e nas relações de convívio existentes e, a *posteriori*, também dentro das relações de poder, consequência natural da vida em sociedade.

As bases do estudo da memória contemporânea são atribuídas ao pensamento desenvolvido por teóricos como Henri Bergson e Maurice Halbwachs, na qual o primeiro destacou-se por analisar a memória pelo prisma da subjetividade, distinguindo as noções de percepção pura, advinda da matéria e memória pura, advinda do espírito.

As memórias de João Falcão e de João Carlos Teixeira Gomes acerca do Jornal da Bahia e de si mesmos são relatadas nos livros “Não deixe esta chama se apagar” (2006), “Memórias das Trevas” (2001) e “A brava travessia” (2016), sendo o primeiro de autoria do seu proprietário Falcão e os dois últimos de autoria de Gomes, redator-chefe. Através destes tomos, acessamos aos relatos e as memórias destes personagens importantes na resistência do JBa., periódico de papel relevante no cenário estadual durante período da ditadura civil-militar.

O desafio desta dissertação era de aferir a importância da existência e da luta do Jornal da Bahia dentro do cenário baiano em meio ao movimento ditatorial, período no qual as bandeiras eram mormente o combate à corrupção e a suposta “comunização” que ameaçaria o país e que levou ao precoce fim do governo de João Goulart por meio de um golpe aplicado por civis abastados e militares. O que se percebeu foi que dentro desse debate aparecem divergências locais e acumuladas entre grupos da política e do poder baiano, mas também, embates de posição entre os dois grandes expoentes do JBa.

O referido jornal formado por vasta gama de ex-membros do jornal “O Momento”, braço jornalístico do Partido Comunista Brasileiro e tal fato já predisponha o Jornal da Bahia a uma perigosa animosidade com os militares,

situação comprovada com a invasão à sua sede e posteriormente potencializada pelo embate com Antônio Carlos Magalhães, civil que ganhou destaque no contexto político local durante os anos do governo de exceção.

No momento posterior à ascensão de poder por parte dos militares, o Jornal da Bahia conhece melhor a figura do seu maior opositor. Antônio Carlos Magalhães, como nos explica Dias (2016), ganhou grande destaque no cenário político do estado da Bahia com o esvaziamento provocado pelo golpe militar, que ao mesmo passo que promoveu seus apoiadores para cargos fora do estado da Bahia, também oprimiu e diminuiu a influência dos seus opositores. ACM então passou do cargo de deputado para o de prefeito e chegou à posição de governador do estado baiano, de onde aproveitou do aparato estatal para oprimir seus desafetos, dentre eles o JBa, que sofreu desde a asfixia financeira com a interrupção das propagandas oficiais do estado e perseguição aos seus anunciantes até a perseguição a seus membros, como o processo contra João Carlos Teixeira Gomes com base na Lei de Segurança Nacional e a desmoralização da família Falcão em cadeia estadual de televisão.

No campo da pesquisa, de forma complementar e corroborando com a proposta, foram utilizadas também as notícias do Jornal da Bahia e do Diário de Notícias, este último de propriedade de Assis Chateaubriand que fora declaradamente apoiador do golpe, seu jornal acaba servindo de contraponto para efeito de comparação, simbolizando o editorial de outros jornais baianos favoráveis ao golpe civil-militar. Todas estas notícias que compõem esta dissertação foram coletadas *in loco* na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade de Salvador. O intuito da coleta era tentar aferir o posicionamento diante da instauração da ditadura, tendo em vista que os supracitados livros contam com fotos e transcrições de matérias que falam sobre o embate do JBa. contra a figura de Antônio Carlos Magalhães, ao mesmo passo, a pesquisa das manchetes serviria também para aferir a veracidade dos relatos dos autores.

No que tange à parte conceitual desta dissertação, destacam-se a memória e as categorias de hegemonia e intelectuais. As memórias, individuais e coletivas, conceitos desenvolvidos pelo francês Maurice Halbwachs (2006), serviram de ponto de partida para contemplar as facetas do olhar de Gomes (2001) e Falcão (2006) na busca do rememorar o passado. Porém, o objetivo maior da análise da memória no prisma halbwachiano era mostrar a importância da memória coletiva na situação fática do Jornal da Bahia, tendo em vista que a manutenção substancial do quadro

de jornalistas que formavam o jornal “*O Momento*” (como já explicado, o periódico era um braço do Partido Comunista) é uma das mais marcantes características da formação do JBa., mas também contrariando o autor, vemos que memória de um grupo, pode ser próxima, mas também conflituosa, distinta.

Não só os relatos e as manchetes do Jornal da Bahia, de tom nitidamente diferente das chamadas do Diário de Notícias, comprovam a premissa da importância da memória coletiva remanescente do jornal “*O Momento*” na formação da linha editorial combativa do JBa, mas também a ação profilática do movimento golpista contra o jornal e a abordagem dada por Antônio Carlos Magalhães nos seus constantes ataques ao periódico e aos seus principais personagens, onde se referia a estes como notórios comunistas, os colocando de forma cruel em evidência para o aguçado radar da ditadura.

Ao que compete aos conceitos de hegemonia e intelectual, ambos provenientes do pensamento de Antônio Gramsci (2001), pode-se averiguar que a primeira intervenção gerada pelo governo ditatorial no Jornal da Bahia era em prol da assimilação do golpe como algo consensual e que o comportamento combativo do JBa, propiciou a invasão na redação do periódico, o que de imediato já tolheu sua liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo** – O jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

ABREU, Alzira Alves de et al. **Mídia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. **João Carlos Teixeira Gomes**. Salvador, 2007. Disponível em <<https://academiadeletrasdabahia.wordpress.com/2007/04/28/joao-carlos-teixeira-gomes/>>. Acesso em: julho de 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. Coleção Estado de Sítio.

AQUINO, Maria A. de. 1999. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

BAHIA. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. **Dep. Antônio Carlos Magalhães**. Salvador, s.d. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=454>>. Acesso em: agosto de 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **1964, os generais sob a estratégia americana**. São Paulo: Portal Vermelho, 06/04/2014. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=239299&id_secao=1#.U0KmAiMsGR8.facebook>. Acesso em: julho de 2014.

BARROS, César Mangolin. **Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior do Brasil (décadas de 1960-70)**. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: Julho de 2017.

_____. Secretaria especial de Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos**, 2007.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CERQUEIRA, Nelson. Nelson Cerqueira. Comissão Estadual da Verdade Bahia. 29 de julho de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5YTAID5-4W8>>

CPDOC. **Atos Institucionais** - Verbete. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais> >. Acesso em: julho de 2017.

_____. **João da Costa Falcão** – Biografia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009 Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-da-costa-falcao>>. Acesso em: julho de 2017.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. In: **Estudos avançados** 28 (80), 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/07.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

DE LUCA, Tania Regina. **As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas**, UNESP, s.d.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, vol.14 no.28 Niterói June, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006>.

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, Grimaldo. C. (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: EDIPRO, 2012.

_____. O ensino da moral na escola primária. In: **Novos Estudos**. 2007. n.78. p.59-75.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador. In: ZACHARIADHES, Grimaldo. C. (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003>.

GALLO, Carlos Arthur. Memória, verdade e justiça e direitos humanos: um estudo sobre as relações entre o direito e a memória da ditadura civil-militar no Brasil. In: **PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.21.1, 2014.

GODOY, Gabriela Freire Kühl de. Uma abordagem jurídica da ditadura brasileira. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 4, p. 45-53, junho/2009.

GOLBERY, General. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967 (Coleção Documentos Brasileiros n.126).

GOMES, João Carlos Teixeira. João Carlos Teixeira Gomes. Comissão Estadual da Verdade Bahia. 21 de maio de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZCs_ej-QeQk>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461, p. v. 5.

_____. **Cadernos do cárcere** . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JONAS, Adriano.; ALMEIDA, Gilberto W. Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia. In: **Organ. Soc.** vol.11 no.30 Salvador May/Aug. 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492302004000200006>. Acesso em: Agosto de 2017.

JOSÉ, Emiliano. Prefácio. In: FALCÃO, João. **Não deixe esta chama se apagar**: História do Jornal da Bahia. Salvador: Revan, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1987.

MACIEL, David. **A Argamassa da Ordem**: da ditadura militar à nova república (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. História, Memória e Geração: remissão inicial a uma discussão político-educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas: FE-UNICAMP, n. 55, p. 94-103, mar. 2014.

_____.; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S. **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global, 1980.

MORAES, Livia Assad de. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da construção da verdade histórica. In: **3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia**. Niterói-Rio de Janeiro: UFF, 2014.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango as 'donas' saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo. C. (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUZA, Daniela M. R.; OLIVEIRA, Mércia Caroline S. Neste luto, a luta começou”: as reformas para a Educação e o movimento estudantil durante a ditadura civil-militar. In: **Acesso Livre**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, n. 7 Jan-Jun 2017.

VELOSO, Fernando A et al. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In: **Rev. Bras. Econ.** vol.62 no.2. Rio de Janeiro Apr./June 2008.

TOLEDO, Caio Navarro. **Democracia populista golpeada**, op. cit., 1997.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Fontes

Jornalística

Diário de Notícias. Salvador, 1964. (exemplares)

Jornal da Bahia. Salvador, 1964. (exemplares)

Biografias

FALCÃO, João C. **Não deixe esta chama se apagar**: História do Jornal da Bahia. Salvador: Revan, 2006.

GOMES, João C. T. **Memórias das Trevas** – Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães, São Paulo: Geração Editorial, 2001.

_____. **A brava travessia**: memórias, viagens e artigos do pena de aço. Salvador: Caramurê publicações, 2016.

Incoerências reformistas

Depois de tanto anunciar que não podia fazer reforma agrária porque a Constituição Federal, obrigando o pagamento em dinheiro dos terrenos e glebas desapropriadas, tornava impossível ao Governo realizar os seus planos de socialização da terra, o mesmo Governo reformista volta atrás e anuncia um decreto de desapropriação de uma faixa de terra cuja área total não se pode ter idéia ainda, pretendendo com isso estar fazendo a reforma agrária.

Não importa que se faça executora das desapropriações a SUPRA, e pouco importará aos idealizadores do decreto que o Governo amanhã não concretize as desapropriações por caducarem antes que se tenha dinheiro para pagar as desapropriações, porque na verdade o que se pretende é fazer onda e demagogia, visando capitalizar a atenção da opinião pública. Na verdade, o decreto não vai ser reforma agrária nenhuma, e os bastidores do governismo federal sabem disso, quando acentuam dois objetivos remotos: a) forçar que o Congresso temendo decretos "reformadores" se apresse em dar as leis que vem procurando dar em termos dos interesses nacionais e não apenas da demagogia esquerdista que pretende dominar a vida pública brasileira; b) atingir os possíveis latifundiários detentores de glebas que poderiam estar dando apoio às forças que se levantam contra a demagogia no Congresso Nacional.

Ora, nenhum dos dois objetivos realmente significa a reforma agrária necessária ao povo brasileiro, que é a reforma feita em termos de produtividade agrícola, em termos de incremento às atividades rurais plane-

DNAG03

17/01/1964:

Lacerda crê na posse do eleito em 65

DNAG04

17/01/1964:

RIO (De Fernando Presidio, nosso enviado especial) — Em entrevista exclusiva, concedida a bordo do avião “Esperança” durante sua viagem para Araraquara, o governador Carlos Lacerda, afirmou ao DN que “acredita na posse do futuro presidente embora o sr. João Goulart, que é um perigo para a República, seja um instrumento dos comunistas, verdadeiro inimigo da liberdade do povo brasileiro”.

DNAG05

03/03/1964:

Ante o Governador, comunistas ocuparam a Reitoria, cumprindo plano de agitação

DNAG06

17/03/2016

Diário Político

Até as esquerdas temem o continuismo de Jango

Vencidos, pelo menos aparentemente, os maiores temores gerados pelo comício de sexta-feira na Guanabara, as suas principais implicações começam a merecer exame do mundo político em busca de orientação para o futuro. E o detalhe mais curioso dessa elaboração crítica é o que apresenta os partidários do sr. Leonel Brizzola e do sr. Miguel Arraes indistintamente preocupados com as veleidades continuistas do sr. João Goulart, surgindo assim, dentro do próprio esquema esquerdista o embrião de novos focos de resistência ao processo golpista já agora em franco desenvolvimento.

Sim, porque brizzolista e arraesistas, a esta altura dos acontecimentos, vão ao extremo de admitir um entendimento tácito com o sr. Carlos Lacerda no sentido de se garantir a realização das eleições de 65, quando mais não seja (no tocante aos dois primeiros grupos) como um mal menor do que a instauração no País de um regime totalitário moldado no peronismo, que tanto infelicitou a Argentina.

Dai o esforço geral e concorrente a que entregam os "experts" de todas as correntes políticas da esquerda visando a atribuírem-lhes papel decisivo nos resultados do "meeting" do dia 13.

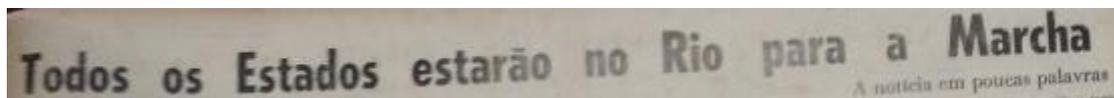
Há quem veja nele, por exemplo, uma demonstração de força do sr. João Goulart, na qual os srs. Leonel Brizzola e Miguel Arraes desempenharam, conscientemente, o papel de acólitos e por isso mesmo abdicaram da posição de independência que reclamavam em relação ao presidente da República.

Em sentido contrário, argumenta-se que o comício só se realizou em virtude do apoio que lhe deram as grandes organizações sindicais (CGT, PUA, etc.) hoje menos vinculadas ao sr. João Goulart do que ao seu cunhado e ao governador de Pernambuco, sendo que esse apoio teria sido dado em troca dos decretos que o sr. João Goulart assinou naquele dia. Tanto equivale a dizer que não se quer deixar ao presidente da República condições para capitalizar sozinho os possíveis efeitos políticos dos referidos atos.

Dai a expectativa de um progressivo recrudescimento da batalha de prestígio e de posições em que se acham empenhados os principais grupos da área governista. Os srs. Miguel Arraes e Leonel Brizzola, segundo os respectivos porta-vozes, acham que ainda não lhes é possível hostilizar ostensivamente o sr. João Goulart. Tampouco consideram possível negar apoio a qualquer medida governamental sintonizada com o programa das esquerdas. Mas por outro lado acreditam que já é tempo de se neutralizar o "culto da personalidade" instituído pelo presidente da República em seu benefício, embora ainda não saibam exatamente como fazê-lo.

DNAG07

29/03/2016



"Todos os Estados estarão no Rio para a Marcha" - Jornal diz que todos os estados do Brasil se fariam presentes e representados na Marcha da Família com Deus, movimento liderado por conservadores que se colocavam contra uma suposta onda comunista no Brasil.

DNAG08

30/03:

Nôvo estado de sítio

O noticiário da imprensa revive os rumores de Estado de Sítio, mas não esclarece bem os motivos e as razões que justificariam a medida, sobretudo se pedida pelo Governo. E que as agitações que por aí andam são semeadas pelo CGT e pelo PUA que são organismo ilegais e já incurso, por diversos e repetidos atos, na Lei de Segurança Nacional. E as indisciplinas e subversões hierárquicas que têm atingido as Forças Armadas têm sido consequência, de um lado, dessa agitação e, do outro, da tolerância do próprio Governo, quando pretende interferir na aplicação dos Regulamentos Disciplinares que são o sustentáculo de toda e qualquer estrutura militar, seja nos regimes democráticos, seja nos regimes totalitários, seja no Ocidente seja no Oriente, e de tal sorte que a estrutura hierárquica é universal nas forças militares, justamente para diferenciá-la dos antigos agrupamentos guerreiros que eram as hordas.

Não precisa nenhum Estado de Sítio para o Brasil. O necessário é que seja restabelecida a disciplina e a hierarquia nos setores civis e militares, e que as autoridades civis se compenetrem dos limites da sua ação, para que possam exigir das militares idênticos comportamento.

O Ministro da Justiça só fala em Lei de Segurança para ameaçar os cidadãos pacatos da oposição político-partidária ao Governo, e só se lembra da Lei de Segurança quando os democratas, ante a desfarçatez dos agitadores e pregadores de revolução, proclamam sua profissão de fé constitucional e prontificando-se a defender o regime e a Lei, as instituições e a Constituição contra os que a querem romper e desfigurar. No entanto, o Mesmo Ministro da Justiça esquece a Lei de Segurança para aplicá-la contra os agitadores do CGT e do PUA os que insuflam militares subalternos a se rebelarem contra os regulamentos disciplinares, os que pregam a revolução contra as instituições e tentam desmoralizar os princípios constitucionais vigentes.

DNAG09

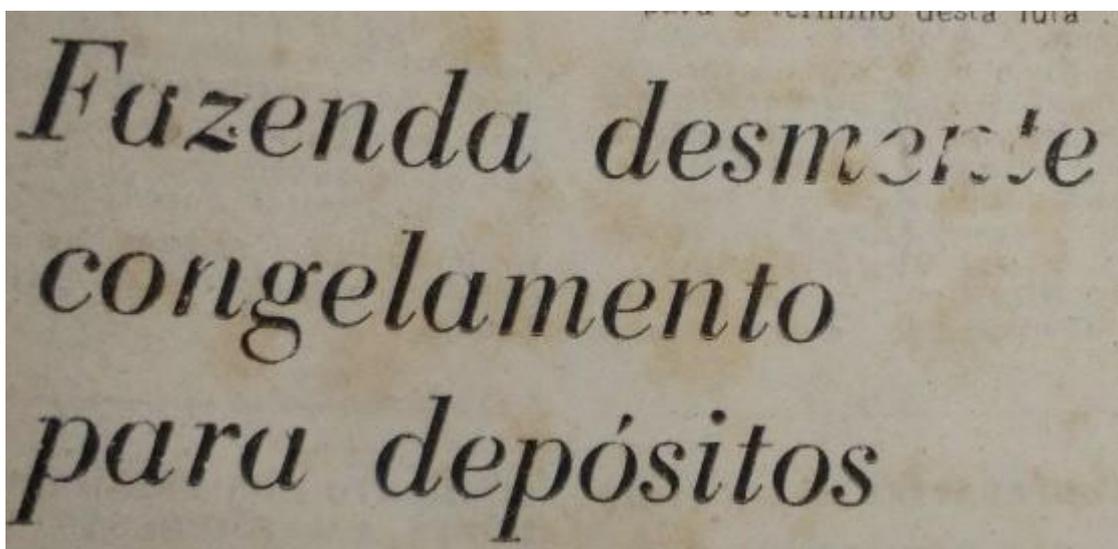
31/03:



Goulart diz que IBAD financia Marchas

DNAG10

31/03:



*Fazenda desmorte
congelamento
para depósitos*

DNAG11

31/03/1964:

Diário Político

Crise evolui para um desfecho em 48 horas

As últimas horas da tarde de ontem aproximava-se do limite da histeria a tensão reinante nos meios políticos locais desde que se registrou o levante de marinheiros na Guanabara. E' que notícias alarmantes tinham começado a circular entre nós naquela oportunidade, deixando entrever como iminente o desfecho da crise nacional dentro das 48 horas seguintes. Entre tais notícias foram confirmadas e vão publicadas com detalhes em outro local desta edição:

1) — Requisição, pelo Governo mineiro, dos ônibus que fazem linhas intermunicipais para transporte de tropas da Polícia Militar e requisição, para estocagem, de parte da gasolina disponível no Estado.

2) — Isolamento, por ordem do governador Carlos Lacerda, do palácio Guanabara, cuja guarda foi reforçada.

3) — Fechamento da sucursal de "Ultima Hora" em Belo Horizonte, com prisão do respectivo diretor.

— 4) — Entendimento entre os chefes da guarnição do exército aquartelado na Guanabara (inclusive e significativamente o general Oromar Osório) para condenação da interferência do CGT em assuntos da economia interna das Fôrças Armadas.

5) — Prontidão das Fôrças Armadas.

Foram desmentidos, depois de divulgados, rumores sôbre um levante da guarnição do exército sediada em Juiz de Fora e seu deslocamento em direção à fronteira do Rio.

Ficou a depender de confirmação noticia relativa a um rádio secreto do alto comando do CGT instruindo o seu dispositivo regional no sentido de preparar-se para ser acionado em 48 horas, ordem que foi entendida como prenúncio de uma tentativa de golpe do sr. João Goulart.

Paralelamente revelavam certas fontes que finalmente as Fôrças Armadas, sem exceção, haviam alcançado um denominador comum na disposição predominante em tôdas elas de preservar a Constituição e de pôr fim à onda de agitação subversiva que ameaça tragar as instituições democráticas.

MATARIFE — Aconteceu na Assembléia Geral do Sindicato de Mataripe realizada a 25 do corrente. A data assinalava mais um aniversário de fundação do Partido Comunista do que se aproveitou o sr. Hélio Duque (empregado na refinaria sem função pelo sr. João

da Bahia, que hoje deverá passar em recação final.

Possivelmente ainda esta semana o projeto do "SETUR" será remetido ao governador Lomanto Junior para sanção.

O PDC, através de seus líde-

RIO, 31 de
do Ministro
nota oficial
prensa, deu
dos os últim
rificações na
clarecidos a
ção de três
Os inquéri
nar em co
aconteciment
dos Metalúr
passeata em
origens da
rios do ma
da Marinha
reram em f

A NOT.

Els a not
"O Mini
conforme t
diversos ór
havla resc
sua posse,
ciplinares

os degrau
rante os a
dos por u
rinheiros
dos Meta
com a co
da Assoc
e Fuzilei

E a se
nifesto
Militar,

"O Ch
sidente,
lhôs Del
represe
mil ass
bravos

Clube
Clube

DNAG12

31/03/1964:

A Bahia presente

Depois de despertar das consciências civicas da nação, promovendo pela gigantesca manifestação democrática ocorrida em São Paulo, espalhou-se por todo o Brasil a chama dos sentimentos patrios, sob a égide da Constituição e de longa tradição da bandeira nacional que aponta o caminho da Ordem e do Progresso, da avaliação das instituições e do regime que nos rege, ameaçada pelas tentativas subversivas e desagregadoras dos famosos dispositivos políticos, enfraquecidos que ficaram a ruína e consequência de indisciplina, indisciplina, ilegalidade e outras manifestações golpistas de constantes atividades comunistas-socialistas infiltradas nos pontos de mando da nação.

Na Guanabara, prepara-se o povo legítimo daquele Estado, que tem sido alvo dos indeluzes da pátria e agentes da desagregação, para protestar sua fidelidade democrática, numa passante monstro, que não será imposta pela força do oficialismo federal, nem pela presença dos casados, que atestará ao Brasil sobreviventes ainda os sentimentos civicos daquela gente. E o agravamento da democracia aos sentimentos mais puros do nosso povo que foram distorcidos e envenenados no esquema da agitação. No Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, espetáculo semelhante se organiza e o mesmo se verifica em outras capitais que têm sido ou serão expostas à ação desagregadora das organizações reformistas do Governo, fazendo coro com o CBT, FEA e UNE, executores do comunismo-fidelismo em nosso meio, na mais espúria e impatriótica união que se tem memória na história política de nossa Pátria.

Na Bahia, que é a atriz da nossa racionalidade e que não escapará por certo à ação dos dispositivos da agitação, que se beneficiam à sombra do oficialismo federal, em suas atuações aparentemente reformistas mas já denunciadas como continuistas, domina também a mesma inspiração cívico-patriota que está sacudindo o Brasil de norte a sul. Também aqui, a exemplo do que ocorreu em São Paulo, do que ocorrerá na Guanabara e outras capitais brota espontâneo o movimento de defesa da Constituição e das instituições democráticas e de protesto contra a subversão, contra a indisciplina e contra a ação desagregadora.

APÊNDICE B - DIÁRIO DE NOTÍCIAS NO PÓS-GOLPE

DNPG01

1º de abril de 1964



DNPG02

03 de abril de 1964



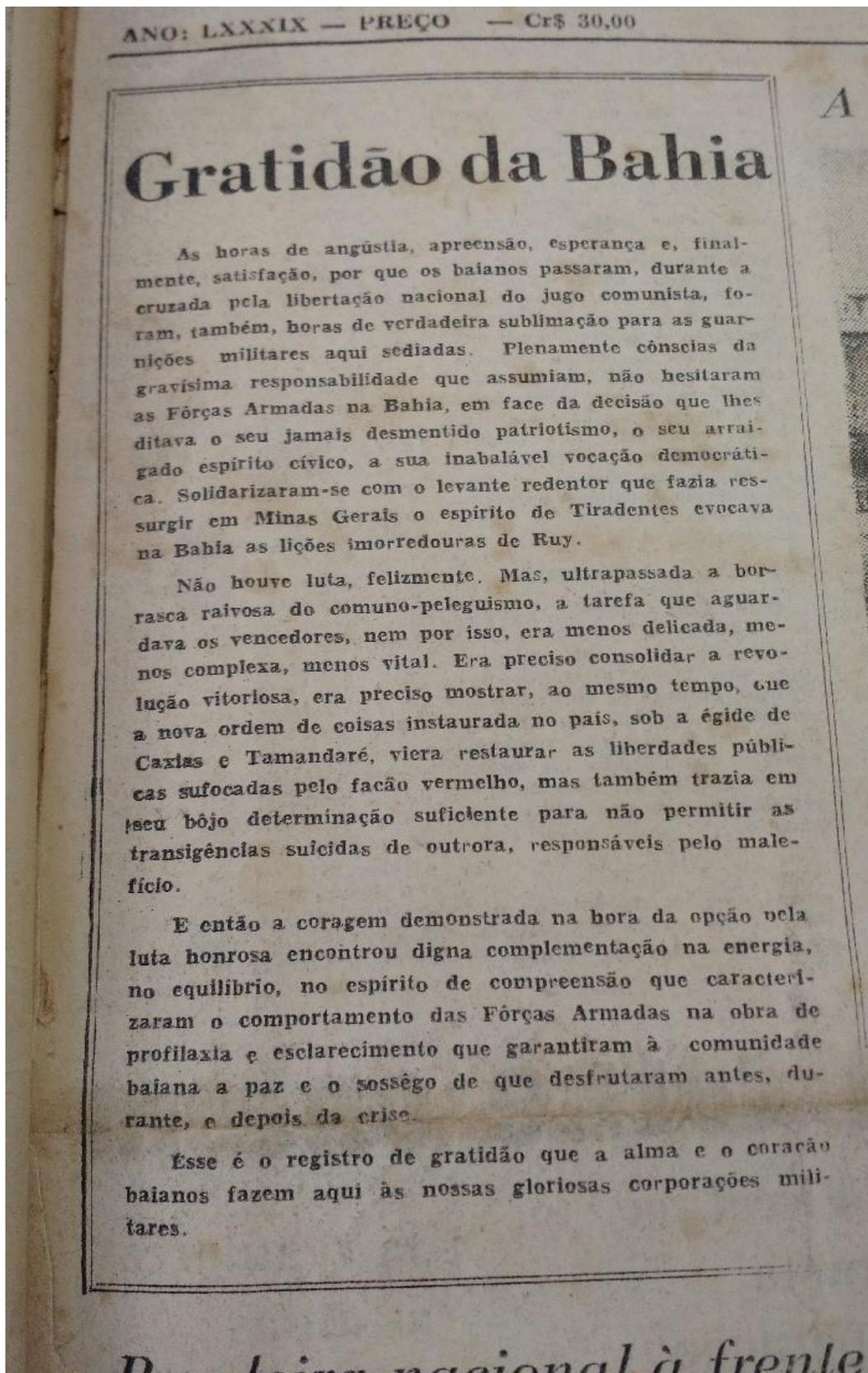
DNPG03

04 de abril de 1964



DNPG04

04 de abril de 1964



TODO O PODER AO GLORIOSO EXÉRCITO DO BRASIL

ASSIS CHATEAUBRIAND

CASA AMARELA (São Paulo), 3 de abril de 64 — No encontro dos "Diários Associados" mineiros, cariocas e paulistas com o governador Magalhães Pinto, no começo do ano passado, em Santa Theresza, Espírito Santo, todos dissemos ao chefe do executivo mineiro: — "E' inevitável, aqui, o que os espanhóis chamam a luta "callejera".

"O inimigo nos levará para este terreno, e ai nos cumpre firmar a democracia.

"Os nossos adversários do marxismo são perigosos nesse tipo de ação direta revolucionária.

"Irão obter do presidente aquelas medidas de radicalização, as quais não poderão ser respondidas apenas com a crítica do jornal escrito e falado e o terceiro, que será o da imagem, posta no ar.

"Tenha a segurança de que as provocações das esquerdas avermelhadas cairão, em primeiro lugar sobre Minas Gerais.

"Temos informações de que as assessorias lenineanas do presidente farão, aqui, e não em S. Paulo e no Rio Grande, o seu laboratório de experimentação.

"Eles descontam, de antemão, a fragilidade financeira do erário mineiro.

"As resistências, do corpo mineiro, são muito mais limitadas que as do organismo econômico de Piratininga.

"Estão planejados, pelo comandante Prestes, os choques do lançamento de vanguardas cubanas no território montanhês.

"Os nossos rapazes de Belo Horizonte e Juiz de Fora se acham dispostos a aceitar o seu quinhão de responsabilidades no entroveiro que se aproxima.

"Venha tranqüilo para topar o encontro marcado pelos marxistas-lenineanas com Minas, que eles consideraram o nó de estrangulamento da democracia no Brasil.

"Verá como se enganam o presidente e sua guarda escarlate.

"Pomos à sua disposição os instrumentos de preparação da mentalidade pró-Brasil e, "ipso facto", anti-Castro.

"Temos um esquema, já feito, para ser montado, de luta "callejera" contra decretos do governo, que se encontram em febril elaboração.

"Os brasileiros vão acordar, debaixo de um impacto emocional, que os fará aturdidos.

"E' que a opinião mineira anda longe de participar da pre-

gação demagógica das esquer-

das.

"Ela é nossa, tôda nossa.

"O que se torna preciso é enquadrá-la num dispositivo de reação contra o fantasma de papelão do binômio Goulart-Prestes.

"Isto é a introdução do movimento de Cuba num segundo ponto do hemisfério.

"Vamo-nos incumbir de provar que, no "Alvorada", longe de governar um Estado nacional autêntico, quem manda é a impostura de um sub-Fidel Castro".

Ouviu todos nós, particularmente os líderes "associados" de Minas, com esta paciência para escutar o seu interlocutor, que tem o chefe do Executivo das Gerais.

Disse o governador duas coisas, em voz pausada:

— "Não duvido de que teremos de jogar uma partida dura. . . "Não duvido que os marxistas estão no governo federal.

"O de que se trata é de enfrentar um segundo governo soviético na América.

"Os venezuelanos resistem à intenção vermelha e vão saindo triunfantes.

"A arma que manejam é esta: o poder invencível da democracia no continente.

"Derrotam Fidel Castro, que os ataca na porta de casa, suprindo os guerrilheiros castristas do material de guerra revolucionário.

"A democracia há de impor-se, tanto aos mineiros como ao resto da nação.

"Convenho com vocês que, neste momento, a nossa arma poderosa será declarar a guerra psicológica ao inimigo.

"Ir atacá-lo para mostrar que não estamos sob o medo nem o terror.

"Proponho nomearmos três comandantes da guerra psicológica, em Minas, Calmon, Geraldo Teixeira e Theódulo Pereira.

"Antes do presidente vermelho lançar contra Minas as peças que começou a fundir, nas forjas de Cuba, julgo indispensáveis a mobilização do povo para cobrir de fogo o inimigo, antes do ataque em massa que ele premedita e já organiza."

A frase que articulou aos jornalistas em 19 de março, ele a disse textualmente aos mineiros que consigo conspiravam:

— "O povo em Minas, desde que Antônio Carlos, o primeiro no Brasil, inaugurou o voto secreto em 28, fez a sua opção.

"Verá como saberemos pelejar por ela.

"Temos uma missão.

"Hoje, como ontem.

"O Brasil dará a sua confiança à gente que madrugou para a independência.

"Não iremos correndo, como vocês açodados e impetuosos nos "Diários".

"A nossa vai ser uma operação-lartaruga.

"No fim, porém, dá certo." Nós, que tínhamos pressa em aliviar o brasileiro da pressão marxista, fomos assistir, um ano mais tarde, esta delícia:

Os mineiros descontrolados, pondo a precissão na rua, 24 horas antes do exército e do governo em São Paulo.

Não.

Nós tínhamos na central "associada" do Rio dados acérrimos do desdobramento do plano sub-

versivo. Todos deviam levantar-se ao mesmo tempo.

Mas, não foi que os mineiros insofridos precipitaram, por conta própria, o "show" anti-comunista?

Ainda bem que o sr. Magalhães Pinto, com a autoridade de chefe inimitável dos montanhês, pede a união sagrada em torno das forças que enxotaram o comunismo do poder.

Toma, pois, o chefe do Executivo em Belo Horizonte o único papel que nós outros, paisanos, podemos representar nesta hora, de apetites devorantes dos corvos possedistas, que ajudaram o PTB a entregar o Brasil aos flibusteiros de Fidel Castro.

Vamos todos, sem perda de um segundo, levantar a candidatura de um dos generais da revolução, para lhe confiar esta tarefa superior: desbolchevizar a nação.

Foram ignóbeis políticos do PTB e do PSD os autores da trama infame, a qual colocaria o Brasil por um triz à mercê de um governo vermelho.

Quem salvou a nação desta infâmia foi o Exército.

A hora e os anos por virem serão poucos para a faxina que a força da linha tem diante de si.

Falar em PSD e candidatura de badamecos deste chiqueiro de suínos será até falta de respeito ao nome sagrado da pátria.

Exclamem Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Meneghetti em côro com 70 milhões de brasileiros:

— "Todo o poder ao glorioso Exército do Brasil".

dos
ven

Mo

O.

o

di

e

ra

APÊNDICE C – JORNAL DA BAHIA ANTES DO GOLPE

12 de março de 1964

JBAG01



14 de março de 1964

JBAG01



17 de março de 1964

JBAG03



20 de março de 1964

JBAG04



22 de março de 1964

JBAG05

Jango Confirma o Propósito de Prestigiar a Legalidade

Ondina Estuda o Tempo



Com mais de duas dezenas dos mais modernos aparelhos técnicos da astronomia contemporânea, o observatório de Ondina realiza, atualmente, vários estudos sobre o aproveitamento da energia eólica, das manchas solares e de diversos fenômenos meteorológicos, ocupando diversos técnicos absorvidos em colaborar com sua parcela na luta do homem para o domínio da natureza. Na página 10^o, JB apresenta uma reportagem completa sobre o modo como é calibrada a pressão atmosférica, a umidade do ar e outros fenômenos da natureza, mostrando inclusive, como a própria sensibilidade de certos animais pode servir de índice ao estudo dos fenômenos meteorológicos. Na foto, um técnico lidando com o "Pluviógrafo de Fress" aparelho destinado ao registro da precipitação das chuvas.

BRASÍLIA, 21 (Telepress) — "Enganam-se aqueles que procuram ver qualquer outra intenção nas atitudes e luta do Presidente da República. Nós, trabalhistas, mais do que ninguém, desejamos preservar e prestigiar a legalidade democrática. Exatamente porque desejamos preservá-la é que lutamos por modificá-la, porque Constituição e Legalidade valem na medida em que o povo nelas acredita e confia e nelas possa inspirar sua ação." Esta declaração consta do discurso do Presidente João Goulart feito hoje na Palácio do Planalto aos participantes da Convenção Nacional do PTB.

VOTO

Em seu discurso o Chefe do Governo fez, mais uma vez, a defesa do direito do voto ao analfabeto, acentuando que o "povo quer que a Lei Magna se renove, para que não seja ultrapassada e para que os movimentos populares, ultrapassando-a, não possam nos levar ao imprevisível, porque é sempre imprevisível o caminho que pretendam trilhar aqueles que querem sufocar as aspirações do povo brasileiro".

França Trabalha da China Comun

Reforma U

SUNAB TABELARA PREÇOS 3.^o FEIRA

RIO, 21 (Telepress) — Em sua reunião de terça-feira próximo, o Conselho da SUNAB já deverá aprovar o tabelamento de preços dos artigos de construção e materiais domésticos, de acordo com a fórmula custo-lucro-despesas.

A informação foi dada pelo Superintendente do órgão, Benedito Silva. Informa-se, também, que na próxima segunda-feira deverá estar concluída a regulamentação do decreto que tabelou os aluguéis, que terá como medida complementar a disciplinação dos preços dos materiais de construção.

O Superintendente da SUNAB informou, ainda, que possivelmente, na terça-feira, poderá ser concedido o to das barbarias.



RIO, 21 (JBS) — Durante o Carnaval, realizado no Instituto da Brasil, o Prof. Jorge foi lançado ao universidade por de reforma para um novo es universitária integral, pois os muitos pontos. A iniciativa pelo auditório do Instituto, rep e Diretorias Acadêmicas, bem O Trabalho Rio foi encerra Universitária. Na foto — do da reunião, vende-se o Releu Reform no centro da mesa q

24 de março de 1964

JBAG06

04 de abril de 2017

JBPG03



04 de abril de 2017

JBPG04

Mensagem do Cardeal Aos Seus Diocesanos

Sua Eminência Reverendíssima, D. Augusto, Cardeal da Silva, divulgou, ontem, a seguinte mensagem, dirigida aos diocesanos:

"Se nenhum benefício se há de receber das mãos de Deus sem a proporcionada manifestação do coração agradecido, se a Igreja nos convida a dar graças a Deus diariamente por toda parte e sempre, como o que há de mais digno e justo, equitativo e salutar para a consciência humana — que se há de sentir e de manifestar quando o benefício tem as proporções de um milagre e a grandeza da misericórdia infinita do Senhor?

O coração exulta, a alma freme de emoções sublimes e atira para todos os cantos do mundo o convite para o Te-Deum Laudamus da gratidão universal.

Quantas vezes nos campos de batalha, depois de haver chorado as vezes que se não de abrir entre suas fileiras, o general cristão ouvindo no silêncio da tenda do comando o primeiro clarim da vitória, ergue-se pronto, descobre-se ufano e manda para Deus o seu primeiro hino de ação de graças!

Com quanto mais forte e mais subido enlevo a alma nacional, tendo escutado apenas o — BASTA! como ordem de avançar, percebeu o início da vitória e exultou e fremeu e avançou na manifestação mais justa do inextinguível agradecimento e da inexprimível gratidão ao Senhor: Te-Deum Laudamus.

E justo, é natural, é nobre e santo agradecermos ao Senhor a vitória alcançada agora definitivamente sobre o comunismo apátrida e ateu.

A natureza do inimigo agnóstico, materialista, sanguinário, infame; a bandeira que desfralda: foice de traição e martelo demolidor; as armas de que se serve: suborno, tração, mentira, engodo, perjúrio, e quanto se pode encontrar em seus sombrios antros; as vítimas que procura, que fere, que mata, que truca: a Igreja, a Pátria, o lar — tudo, tudo torna esta vitória acima de toda e qualquer comparação.

Deus que inspirou ainda uma vez as gloriosas Forças Armadas do Brasil ouvirem e realizarem os anseios da alma nacional, evidenciados por todos os órgãos de sua representação oficial civil e eclesiástica, ao longo dos quadrantes da grande Pátria;

Deus que ainda uma vez realizou no Brasil o milagre de preservar-lhe das tramas e forças do comunismo internacional ateu e opressor, então dirigidas até a pouco nas altas esferas administrativas do País — a soberania da Nação e as liberdades todas da pessoa humana — indivíduo e comunidade; permita Deus que nesta hora de agradecimento e de trabalho, de reconstrução e de sancamento, de júbilo, de renúncia, de abnegação, de limpeza, mas de compreensão humana e cristã, de senso de justiça, de respeito à família e de amor a Pátria — volte a dominar entre nós sob a autoridade dos três Poderes unidos da Nação aquela paz que só Nosso Senhor Jesus Cristo tem e distribui.

Bahia, Paço do Campo Grande, 4 de Abril de 1964".

(a) Augusto, Cardeal da Silva.